

RESOLUÇÃO Nº 802, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre as diretrizes, propostas e moções aprovadas na 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua 375ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata; e

Considerando a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, convocada pela Resolução CNS nº 744/2024, regulamentada pelas Resoluções CNS nº 768/2025, 773/2025 e 775/2025, que estabeleceram o Regimento da Conferência, a Comissão Organizadora, os cronogramas e o Regulamento da Etapa Nacional;

Considerando que a 5ª CNSTT consolidou pautas estratégicas para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENASTT), em consonância com os princípios da universalidade, equidade, integralidade, participação social e intersetorialidade;

Considerando que a Conferência aprovou um conjunto estruturado de Diretrizes, Propostas e as Moções, organizadas por eixos temáticos, voltadas ao financiamento, vigilância, promoção da saúde, assistência, reabilitação, saúde mental, condições de trabalho, proteção social, combate à precarização e fortalecimento institucional das políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;

Considerando o material final analisado pela Comissão de Relatoria, pelos arquivos oficiais apresentados, contendo as **centro e trinta e quatro Diretrizes, quinhentas e dezoito Propostas e noventa e oito Moções**, aprovadas na Etapa Nacional

RESOLVE

Art. 1º - Ficam aprovadas como deliberações oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS), as **cento e trinta e quatro Diretrizes, quinhentos e dezoito Propostas e noventa e oito Moções** resultantes da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT), integrantes do Anexo desta Resolução.

Art. 2º - As **cento e trinta e quatro Diretrizes** aprovadas constituem orientações estruturantes para formulação, revisão, fortalecimento e implementação da PNSTT e da RENASTT, devendo orientar:

- I – a organização da vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora em todas as esferas de gestão;
- II – a integração entre Atenção Primária, Vigilância em Saúde e Redes de Atenção à Saúde;
- III – o financiamento tripartite, contínuo e específico para a política;
- IV – a proteção da saúde física, mental e social das pessoas trabalhadoras;
- V – ações intersetoriais com Justiça, Trabalho, Previdência, Educação, Agricultura, Meio Ambiente e demais setores correlatos;
- VI – a consolidação da saúde do trabalhador e da trabalhadora como direito humano fundamental.

Art. 3º - **As quinhentas e dezoito Propostas** aprovadas orientam ações a serem incorporadas pelos gestores do SUS, incluindo, entre outras:

- I – fortalecimento e ampliação dos CERESTs nos âmbitos municipal, regional, estadual e federal;
- II – criação do Fundo Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora;
- III – revisão e atualização da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - PNSTT;
- IV – expansão da notificação, integração de sistemas (SINAN, eSocial, CNES, CAT, CAGED);
- V – ampliação do financiamento para ações de vigilância, assistência e educação permanente em saúde;
- VI – estabelecimento de instrumentos legais e normativos, com arcabouço ampliado;
- VII – políticas integradas para populações vulnerabilizadas, trabalhadores informais, ribeirinhos, rurais, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTIAPN+, migrantes e trabalhadores plataformizados;
- VIII – fortalecimento das ações de saúde mental no trabalho, com protocolos, serviços ampliados e vigilância em saúde especializada.

Art. 4º - Ficam igualmente aprovadas as **noventa e oito Moções** apresentadas e votadas pelos delegados e delegadas da 5ª CNSTT, que expressam posicionamentos políticos sobre:

- I – financiamento dos conselhos de saúde;
- II – combate à precarização e à terceirização;
- III – políticas para trabalhadores rurais, ribeirinhos e informais;
- IV – políticas de saúde bucal, saúde mental, doenças crônicas, segurança do trabalho e vigilância;
- V – combate à violência, ao assédio, ao racismo, à discriminação e às desigualdades de gênero;
- VI – garantia de direitos previdenciários, trabalhistas e proteção social;
- VII – regulamentações profissionais e fortalecimento da democracia, soberania e direitos humanos

Art. 5º - A Secretaria-Executiva do CNS deverá:

- I – Publicar esta Resolução no sítio eletrônico oficial e providenciar sua consolidação no Sistema de Atos Normativos;
- II – Encaminhar as diretrizes, propostas e moções aos órgãos competentes do Ministério da Saúde e de outros Ministérios, para conhecimento e providências;
- III – Incorporar as deliberações ao **Plano de Ação do CNS** e aos trabalhos das Comissões Intersetoriais, especialmente a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CISTT.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fernanda Lou Sans Magano
Presidenta do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº XXX, de XX de fevereiro de 2026, nos termos da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Alexandre Rocha Santos Padilha
Ministro de Estado da Saúde

ANEXO I – Diretrizes e Propostas

EIXO I - Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

45 Diretrizes e 164 Propostas

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0079

Conteúdo: Garantindo que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), nas três esferas de gestão do SUS (Federal, Estadual e Municipal), conte com financiamento, concurso público e uso dos recursos da Renastt, sob fiscalização, fortalecendo a RAS e implementando as ações em saúde das pessoas trabalhadoras, visando a atenção integral à saúde e vigilância, com equipe multiprofissional, recursos tecnológicos e condições de trabalho com acessibilidade, criando comitê interministerial e controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0099

Conteúdo: Propor a elaboração de norma legal que vincule um percentual específico do orçamento da União para o financiamento exclusivo das ações e políticas de saúde à pessoa trabalhadora, garantindo repasses regulares e suficientes aos municípios, para apoiar a implantação, implementação e qualificação dessas ações dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), para assegurar a capilaridade e efetividade das políticas de saúde, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), com a instituição do Fundo Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, para garantir os recursos necessários à implementação e estruturação das ações de saúde do trabalhador, atendendo toda a classe trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0091

Conteúdo: Revisar, atualizar e fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), garantindo sua implementação em todo o país, com diretrizes e estratégias ampliadas, financiamento adequado, unificação dos sistemas de informação do SUS e alinhamento às transformações do mundo do trabalho

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0105

Conteúdo: Garantir que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) seja incluída nos instrumentos de planejamento e orçamento público (PPA, LDO e LOA), podendo vir de leis de incentivo em âmbito federal, estadual e municipal, de forma que seja uma política efetiva, contínua e com rede integrada sem retrocessos, sem desmontes financeiros e contingenciamentos de verbas, livre das terceirizações, com a participação da pessoa trabalhadora nas discussões e estratégias em prol da qualidade no ambiente de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0445

Conteúdo: Ampliar o orçamento federal destinado à saúde do trabalhador e da trabalhadora, viabilizando ações de prevenção, reabilitação e promoção de ambientes laborais saudáveis, articular com o Ministério do Trabalho e Emprego a atualização das diretrizes do SESMT para inclusão de profissionais de saúde mental, e criar o Fundo Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com repasse fundo a fundo, garantindo financiamento contínuo e estruturação em parceria com os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0106

Conteúdo: Alterar a portaria nº 3993/2017, que dispõe sobre financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços públicos de saúde do SUS, de forma a dar transparência ao financiamento tripartite e seus percentuais de contrapartida dos entes federal, estaduais e municipais e ao montante destinado a saúde do trabalhador e trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0090

Conteúdo: Garantir o financiamento tripartite da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), garantindo a alocação integral dos recursos financeiros para os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e assegurando a implementação da política em todos os níveis (federal, estadual e municipal), com a criação de fóruns de discussão sobre a saúde da população trabalhadora, ampliação do orçamento e a revogação da PEC 95/2016, a fim de fortalecer e garantir a sustentabilidade das ações nos diferentes níveis de gestão do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0277

Conteúdo: Instituir, por Proposta de Emenda Constitucional (PEC), o aumento progressivo do investimento público em saúde para atingir no mínimo 20% do orçamento geral da União, com vinculação direta à PNSTT.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0104

Conteúdo: Inserir financiamento via MAC para todos os procedimentos ambulatoriais de saúde do trabalhador e da trabalhadora, incluindo procedimentos de inspeção sanitária em saúde do trabalhador e da trabalhadora e consultas em saúde do trabalhador e da trabalhadora (EXCETO exames médicos incluídos no PCMSO), e assegurar que os recursos destinados à saúde dos trabalhadores sejam transferidos aos Cerests com rubrica orçamentária própria, nas três esferas de governo, para a implantação de uma política de educação permanente, além de garantia de direitos e deveres das pessoas trabalhadoras no contexto das políticas públicas que interfiram na saúde da população trabalhadora.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0076

Conteúdo: Fortalecendo e ampliando a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), como eixo estruturante do SUS, com maior aporte financeiro e capacitação dos profissionais, assegurando a implementação das ações de promoção, prevenção, notificação, assistência, reabilitação, monitoramento e fiscalização contínuos dos ambientes e processos de trabalho; com foco na intersetorialidade, participação social, na equidade e inclusão; e avançando na perspectiva da saúde do trabalhador e da trabalhadora como um direito humano.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0382

Conteúdo: Criar o Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador/a (SINASTT), para viabilizar uma política intersetorial, por Projeto de Lei da Presidência da República, inspirado no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tendo o Ministério da Saúde como principal instância de coordenação, na garantia de trabalho digno, seguro e saudável a todos/as e a preservação do meio ambiente, com arcabouço legal e orçamento no PPA (Plano Plurianual)

da Fazenda, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Desenvolvimento e Assistência Social, Saúde, Trabalho, Previdência, Turismo, etc e participação social, e com formação de grupo intersetorial para ações conjuntas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0149

Conteúdo: Revisar no organograma do Ministério da Saúde o status da Coordenação-Geral de vigilância em Saúde do Trabalhador (CGSAT), elevando à Secretaria de Vigilância de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (SVSTT) para fins de reformular a forma como a Renastt atua e se organiza, comprometida em: caracterizar acidentes de trabalho (óbitos/adoecimentos) como crimes contra a humanidade, ampliar a atuação do controle social através de Frentes Interseccionais, incluir o princípio da equidade como elemento essencial de ação de promoção da saúde com protagonismo das pessoas trabalhadoras, numa perspectiva classista, superando os espaços burocráticos de participação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0126

Conteúdo: Fomentar a articulação intersetorial que conecte os setores de saúde, educação, trabalho, previdência, economia e segurança pública, visando a formação de parcerias entre instituições governamentais, sindicatos e organizações da sociedade civil, para promoção e proteção da saúde das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0148

Conteúdo: Revisar e atualizar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), ampliando seu escopo de ação, de modo a permitir a transversalização do campo da Saúde do Trabalhador como Direito Humano junto às estruturas de poder do Estado, subsidiando a luta das pessoas trabalhadoras, tendo o SUS como articulador das diversas áreas, iniciando pela inclusão da temática nos conselhos de saúde e nas comissões bi e tripartites, até que se atinja esse patamar jurídico e simbólico.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0094

Conteúdo: Fortalecendo a implementação da PNSTT nos territórios, com atenção integral à saúde física e mental, ampliação da fiscalização, integração interinstitucional, estruturação dos Cerest e promoção da vigilância popular, garantindo acesso à informação, acolhimento qualificado e participação social na defesa de ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0097

Conteúdo: Fortalecer a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), como serviço especial de acesso aberto na PNSTT e incluindo-os como porta de entrada para as ações de vigilância e assistência, com financiamento permanente, formação em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), apoio técnico-pedagógico (matriciamento) para as equipes da Atenção Básica e a criação de referências nos hospitais universitários para investigação clínica especializada de doenças relacionadas ao trabalho, como o mesotelioma, assegurando a articulação com a Atenção Primária à Saúde e a ampliação do acesso integral e equitativo para todas as pessoas trabalhadoras, incluindo os sindicatos como componentes da vigilância em SST, com acesso às informações e estratégias.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0095

Conteúdo: Fortalecer e ampliar a Renastt e garantir que os recursos federais destinados aos Cerest sejam usados exclusivamente para ações de atenção integral à saúde da pessoa trabalhadora, com ênfase na vigilância e promoção da saúde, visando à redução de morbimortalidade, riscos e vulnerabilidades, com cobertura nacional dos Cerest, unidades móveis nas zonas rurais com horários alternativos, equipes multidisciplinares, infraestrutura adequada e articulação com outros setores do SUS, desenvolvendo campanhas educativas, formalização do trabalho por demanda e protocolos, reduzindo a precarização e garantindo segurança jurídica para as pessoas trabalhadoras e empregadoras, sendo estes oriundos de ressarcimentos das empresas onde ocorreu o acidente ou decorrente de multas das inspeções da Visat/Cerest.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0133

Conteúdo: Estruturar a equipe dos CERESTs, com composição mínima e multiprofissional, e com condições adequadas de trabalho, remuneração e autonomia para o exercício da autoridade sanitária, amparada por legislação específica, como o código sanitário, para que possam oferecer atenção à saúde, incluindo o acolhimento em tempo oportuno e atenção direcionada à saúde mental, em conformidade ao Decreto 7.508/2011.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0302

Conteúdo: Implantar Cerest em todos os estados e municípios, assegurar o cumprimento da NR1 e ampliar o acesso a serviços, medicamentos, equipamentos de saúde e EPI/EPC em quantidade e qualidade adequadas, fortalecendo o SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0113

Conteúdo: Implantar Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e fortalecer os existentes em todas as regiões de saúde, garantindo a estrutura equipamentos e recursos humanos necessários à habilitação conforme a Resolução CNS 603/18, com custeio tripartite, concursos públicos para formar equipes multiprofissionais e criar unidades municipais conforme o território, para promover ações de vigilância e educação permanente sobre as normas regulamentares (NRs) e demais instrumentos que vise a integridade das pessoas trabalhadoras, para a estruturação da vigilância em saúde municipal e estadual.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0272

Conteúdo: Implantar, estruturar e fortalecer Núcleos de Referência, Cerest e Vigilâncias em Saúde do Trabalhador em municípios que ainda não possuem esses serviços, priorizando regiões de maior vulnerabilidade social e econômica, incluindo atendimento itinerante, com recursos tripartites para implantação, manutenção e modernização, infraestrutura adequada, equipes multiprofissionais completas e capacitadas para atender às demandas regionais, fortalecendo a vigilância de ambientes e processos de trabalho, com diagnósticos situacionais,

fiscalização rigorosa das condições de trabalho, ampliando sua capilaridade, a partir do alcance das pessoas trabalhadoras informais e em situação de vulnerabilidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0112

Conteúdo: Ampliar e fortalecer os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) em nível municipal, estadual e nacional, com infraestrutura adequada e equipes multiprofissionais, com psicólogos, médicos do trabalho, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, orçamento próprio e reajustes anuais, para garantir a saúde da pessoa trabalhadora, para assegurar o Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), com a participação dos sindicatos como agentes notificadores de doenças e agravos relacionados ao trabalho no Sinan e atuante nas inspeções.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0094

Conteúdo: Fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) por meio da ampliação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), com equipes multiprofissionais capacitadas, sede própria, infraestrutura adequada, autoridade sanitária e autonomia técnica, além de garantir concurso público e a promoção de estudos sobre a saúde da pessoa trabalhadora com deficiência e reabilitados do INSS, criação de canais acessíveis de orientação e acolhimento, promoção da saúde mental, prevenção de acidentes e doenças, com financiamento específico e contínuo, para garantir a cobertura e a integração das ações de saúde do trabalhador em todos os níveis de governo, com participação popular e uma abordagem regionalizada e descentralizada.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0131

Conteúdo: Fortalecendo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) por meio da ampliação da quantidade de Cerest, com sede própria, equipe interprofissional concursada e com autonomia técnica.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0031

Conteúdo: Fortalecer os Cerests para que retornem com a prestação de um atendimento assistencial com equipe multidisciplinar completa, como preconizado na Lei do Trabalhador e da Trabalhadora, e ampliar o número de Cerest.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0114

Conteúdo: Realizar o mapeamento das regiões sem Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) ou com baixa atuação, a fim de expandir a rede e garantir a instalação de novas unidades, com infraestrutura adequada até 2027, cobertura eficiente e equipes ampliadas com autoridade sanitária, realizando vigilância das situações de trabalho formais e informais, com participação do controle social, na comissão multipartite, composta por pessoas trabalhadoras, gestores e sociedade civil, para definir protocolos de assistência, promoção da saúde da pessoa trabalhadora e da vigilância das condições de trabalho, com acompanhamento de indicadores de sucesso, além de pesquisas anuais de satisfação junto às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0165

Conteúdo: Fortalecer a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) por meio da realização de concursos públicos para recomposição de equipes de saúde multiprofissionais qualificadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0092

Conteúdo: Garantir a regulamentação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) estaduais, regionais e municipais, além da criação de um setor regulamentado exclusivo de Vigilância em Saúde do Trabalhador dentro da Vigilância em Saúde em cada município, com equipes multidisciplinares, com formação em saúde do trabalhador e da trabalhadora, aprovado por concurso público e nomeado como autoridade sanitária, para qualificação técnica e ampliação das fiscalizações, com foco na redução de riscos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas trabalhadoras, levando em consideração o porte populacional e o perfil produtivo do território.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0115

Conteúdo: Fortalecer a Renastt e os Cerest, ampliando e estruturando os serviços, com a contratação de profissionais concursados e estáveis para suprir a necessidade de pessoas servidoras dos Cerest em assistência e vigilância e como Referência Técnica em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, o que permitirá um atendimento mais qualificado e acessível, especialmente para as pessoas trabalhadoras de áreas rurais e periféricas, com a integração dos Cerest às demais redes de saúde, com atuação na promoção da equidade de gênero, com políticas que garantam igualdade de oportunidades, combate ao assédio e a discriminação nos ambientes laborais, instituindo escuta qualificada para identificação de agravos relacionados ao trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0058

Conteúdo: Garantindo a atenção integral à saúde das pessoas trabalhadoras como direito humano fundamental, expresso por ações intra e intersetoriais de promoção, prevenção, assistência, reabilitação e vigilância em saúde, em todas as esferas da Rede de Atenção à Saúde, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0140

Conteúdo: Efetivar a inserção da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) nas Redes de Atenção à Saúde (RAS), especialmente na Atenção Primária - APS, com capacitação permanente das equipes do SUS para identificação dos nexos entre trabalho e adoecimento, e fortalecimento da notificação compulsória dos agravos relacionados ao trabalho, garantido a participação da representação das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0150

Conteúdo: Criar uma indução nacional que busque garantir que os municípios planejem ações, programas e políticas voltadas para a saúde das pessoas trabalhadoras do SUS em diálogo com movimentos sociais, sindicatos e universidades, reconhecendo diferentes marcadores sociais e suas especificidades laborais (inserções e regimes de trabalho).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0134

Conteúdo: Garantir cuidado integral e longitudinal às pessoas trabalhadoras por meio da criação de política nacional que assegure a ampliação dos horários de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), para facilitar o acesso das pessoas trabalhadoras que não conseguem utilizar os serviços de saúde durante o expediente comum, buscando eliminar barreiras de acesso, promover a equidade na Atenção Primária e reforçar o cuidado integral das pessoas trabalhadoras da rede pública e da população em geral.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0159

Conteúdo: Aprimorar os instrumentos de vigilância incorporando o trabalho como atividade inerente ao processo de vida e de saúde. Para tanto: incluir informações sobre identidade de gênero e pessoa com deficiência; desenvolver metodologia para vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora com participação efetiva do controle social incorporando cadeias produtivas; análise da Organização do Ambiente de Trabalho; ambientes facilitadores de assédios e análise do processo de trabalho de mulheres e grupos identitários mais vulneráveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0395

Conteúdo: Elaborar e aplicar políticas públicas de apoio às pessoas trabalhadoras autônomas, informais, do campo, da floresta, das águas e catadores, assegurando condições dignas de trabalho. Mapear atividades e riscos ocupacionais, notificar e acompanhar doenças relacionadas ao trabalho via RAS. Ampliar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) com mais recursos, criação de espaços e equipes multiprofissionais especializadas para atendimento exclusivo das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0078

Conteúdo: Firmar compromisso para eliminar as mortes no trabalho, por acidentes, adoecimentos ou suicídios, integrando as políticas do SUS com outros setores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0077

Conteúdo: Incorporar o trabalho como determinante social da saúde, de modo a orientar as ações que garantam a saúde mental e o direito à vida nos locais de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0263

Conteúdo: Garantir, nos direitos humanos, o direito de trabalhadores e trabalhadoras à saúde e demais políticas públicas, considerando todas as novas formas e tecnologias de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0121

Conteúdo: Instituir e fortalecer as ações das Vigilâncias em Saúde (Vigilância Epidemiológica - VE, Vigilância Sanitária - VISA, Vigilância em Saúde Ambiental - VSA e Vigilância em Saúde do Trabalhador- VISAT e a Vigilância Popular) para a promoção da saúde e prevenção de danos, agravos e adoecimento da população trabalhadora, com atuação integrada e articulada entre os níveis de atenção.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0156

Conteúdo: Ampliar a qualidade das informações sobre a saúde das pessoas trabalhadoras no âmbito do Ministério da Saúde, por meio de pesquisas e da integração dos dados já existentes nos sistemas de informação. O desenvolvimento de pesquisas e boletins com representatividade de gênero, raça/cor/etnia, renda, orientação sexual e tipos de vínculo empregatício fortalece a vigilância em saúde do trabalhador, permitindo uma compreensão mais abrangente e precisa das condições de trabalho e dos riscos envolvidos, o que possibilita identificar e atender com mais eficácia as necessidades específicas de cada grupo, promovendo políticas de saúde mais inclusivas, equitativas e ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0026

Conteúdo: Fortalecer os mecanismos de notificação e registro das doenças e agravos relacionados ao trabalho, abrangendo pessoas trabalhadoras formais e informais, por meio da integração e qualificação dos sistemas e protocolos existentes, como SINAN, CAT, e-SUS, eSocial, CNES, CAGED; com interoperabilidade entre SUS, Ministério do Trabalho, Previdência

Social, segurança pública e assistência social, promovendo uma visão articulada das necessidades da população trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0142

Conteúdo: Criar um instrumento que permita aos Hospitais notificar os Sindicatos sobre os registros de acidente de trabalho que chegam nestes espaços hospitalares.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0057

Conteúdo: Aprimorando a Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e otimizando os programas de vigilância em saúde, na implementação, pelo poder público, de ações antecipatórias de precaução e promoção da saúde e concomitantemente assistir e/ou reabilitar às pessoas trabalhadoras acidentadas e adoecidas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0139

Conteúdo: Implementar uma política nacional que integre ações específicas de prevenção, diagnóstico precoce e reabilitação de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho, por meio da formação de equipes multidisciplinares especializadas no âmbito do SUS, compostas por fisioterapeutas, ortopedistas, terapeutas ocupacionais e outros profissionais de saúde, com atuação de forma articulada na atenção primária e na rede especializada, promovendo ações de cuidado, prevenção de lesões por esforços repetitivos e reabilitação funcional das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0143

Conteúdo: Implantar Política Nacional de Cuidado Integral à Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, com foco em ações de promoção, prevenção, intervenção, vigilância e atenção à saúde física e mental desses profissionais, incluindo: monitoramento contínuo das condições de trabalho nos serviços públicos de saúde; protocolos de atenção à saúde mental, com acolhimento e acompanhamento psicológico; ações específicas para prevenção de agravos relacionados ao trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0069

Conteúdo: Criando dispositivos legais, institucionais e operacionais para garantir o cumprimento das medidas de proteção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, com foco na fiscalização e vigilância dos ambientes, processos e atividades de trabalho, com a participação ativa das pessoas trabalhadoras, combatendo formas de violência e a exploração.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0102

Conteúdo: Fortalecer a Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como autoridade sanitária, garantindo a identificação, notificação e monitoramento de doenças, agravos e acidentes relacionados à saúde da pessoa trabalhadora, além de atuar como indutor na organização e operacionalização da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt), conforme o perfil epidemiológico e produtivo, com a ampliação dos recursos tecnológicos, estruturais e humanos, para fortalecer as ações de atenção primária à saúde da pessoa trabalhadora nos territórios e garantir alimentação adequada dos sistemas de informação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0130

Conteúdo: Fortalecer a vigilância em saúde do trabalhador em relação à fiscalização, no incentivo do preenchimento das notificações, promovendo maior identificação e monitoramento para reduzir acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e outros agravos relacionados à saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0274

Conteúdo: Fortalecer a fiscalização nos ambientes de trabalho quanto ao cumprimento das normas de saúde e segurança, com integração entre órgãos públicos e atuação interfederativa, incluindo o setor informal e novas formas de trabalho, estruturando os Cerest com profissionais

de saúde mental, ampliando a formação em SST na Atenção Básica, criando observatórios, canais de denúncia, referências hospitalares e garantir participação sindical, integrando MS, MTE e MPT em um Pacto Nacional, com articulação intersetorial para estratégias conjuntas que assegurem a transversalidade da saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0273

Conteúdo: Fortalecer e ampliar a fiscalização das condições de trabalho e de estudo nos locais de formação e nos serviços de saúde, assegurando o cumprimento das normas de saúde, segurança e leis trabalhistas, promovendo ambientes de trabalho seguros, dignos e saudáveis por meio de fiscalização integrada e uso de tecnologias eficazes de vigilância em saúde do trabalhador, prevenindo assédio moral, jornadas abusivas e terceirização irregular, com prioridade aos setores com maiores agravos à saúde no estado.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0096

Conteúdo: Aumentar o financiamento pelos três níveis de gestão e garantir a manutenção da PNSTT, com o fortalecimento das inspeções e na integralidade do atendimento, ampliando as Visat e garantindo condições laborais seguras e recursos para a saúde integral das pessoas trabalhadoras, para tornar a PNSTT universal, por meio da estruturação da Renastt, expandindo as equipes, melhorando a infraestrutura e implementando ações de educação permanente, com foco no monitoramento, prevenção, assistência, tratamento, reabilitação e fiscalização dos ambientes com pessoas trabalhadoras adoecidas e acidentadas adoecidas ou acidentadas, com especial atenção à saúde mental, com diretrizes nacionais que garantam a presença de profissionais de referência em saúde mental nas políticas públicas de prevenção.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0439

Conteúdo: Integrar os sistemas de informações sobre saúde do trabalhador e da trabalhadora entre o SUS, o Ministério do Trabalho e a Previdência, para promover um conhecimento articulado das necessidades desse público.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0092

Conteúdo: Desenvolvendo, fortalecendo, ampliando e garantindo ações e programas estratégicos de Visat, potencializando ações intersetoriais focadas na proteção da saúde das pessoas trabalhadoras formais e informais do campo, florestas, ribeirinhos, rural e urbano, e criando estratégias adaptadas às novas dinâmicas do mercado de trabalho, garantindo equidade e integralidade, com atendimento humanizado em todos os níveis de atenção e entes federados, além de ações voltadas para a saúde mental, física e social, visando reduzir desigualdades sociais e regionais, conforme a Lei 8.080/90.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0081

Conteúdo: Realizar ações diagnósticas em populações vulneráveis para mapear agravos relacionados ao trabalho implantando o protocolo de acolhimento nos serviços de urgência e unidades básicas sobre tipos de acidentes com notificação compulsória.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0108

Conteúdo: Implementar e efetivar a Política de Segurança e Saúde no Trabalho (PSST), articulada às demais políticas públicas, visando a prevenção de doenças, agravos e acidentes de trabalho, garantindo ações integradas de promoção da saúde, vigilância, fiscalização e educação permanente, com foco na proteção da integridade física e mental das pessoas trabalhadoras, assegurando ambientes laborais seguros, saudáveis e humanizados.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0440

Conteúdo: Aprimorar o Sistema de Notificação para registro dos Distúrbios de Voz Relacionados ao Trabalho, saúde mental, equilíbrio e Perdas Auditivas Relacionadas ao Trabalho, com maior qualificação do registro nas fichas de notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), utilizando ferramentas de apoio ao preenchimento automático ou semiautomático das notificações, garantindo a integração com outros sistemas de informação em saúde e trabalho, como e-SUS, CNES, CAGED, CAT, eSocial, com intuito de qualificar a gestão, fortalecer a atenção integral à saúde da pessoa trabalhadora e garantir o registro ágil, preciso e qualificado de informações atualizadas e relevantes relacionadas à população trabalhadora.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0093

Conteúdo: Promovendo a saúde das pessoas trabalhadoras, bem como ambientes e processos de trabalho saudáveis e seguros, atuando sobre riscos e prevenindo agravos e doenças relacionadas ao trabalho, por meio do fortalecimento das ações de vigilância, da integração da rede de atenção à saúde, da qualificação profissional, da fiscalização e do estímulo à participação ativa na identificação, controle e prevenção dos riscos, assegurando a financiamento, equidade e integralidade na saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0045

Conteúdo: Implementar programas de monitoramento contínuo dos ambientes de trabalho das novas formas de trabalho para identificar e mitigar riscos físicos, químicos, biológicos, psicossociais e de acidentes.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0283

Conteúdo: Priorizar Linhas de Vigilância que incorporem: cadeias produtivas e análise da organização do ambiente de trabalho, evidenciando e reprimindo o trabalho por metas, competição entre trabalhadores, ambiente facilitador do assédio institucional ou pessoal e particular análise para o processo de trabalho de mulheres e grupos mais vulneráveis, promovendo articulações intra e intersectoriais, para atualização do CBO e CNAE, obrigatoriedade no SINAN do campo "pode ser decorrente do trabalho", assegurando e promovendo a atenção integral à STT com prioridade para as pessoas com doenças raras; ampliar a fiscalização da comercialização e extração de substâncias tóxicas e/ou nocivas à saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0430

Conteúdo: Criar Núcleo ou Departamento de Ergonomia dentro dos setores de trabalho, desenvolvendo atividades do bem-estar da pessoa trabalhadora no setor privado e público.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0012

Conteúdo: Fortalecendo a vigilância em saúde e a elaboração de um plano intersectorial, definição de fluxo assistencial, formação profissional, monitoramento de agravos e financiamento permanentes.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0455

Conteúdo: Estabelecer ações interministeriais voltadas para a investigação e fiscalização de ambientes de trabalho para coibir a exploração de trabalhadores e trabalhadoras, migrantes e imigrantes, com foco na garantia dos direitos trabalhistas e no acesso às políticas públicas de saúde e de proteção social, em conformidade com os princípios constitucionais da dignidade humana, da igualdade e da não discriminação.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0078

Conteúdo: Ampliando, fortalecendo, divulgando e atualizando a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), garantindo a implementação e sustentabilidade com financiamento adequado e ações específicas voltadas à população trabalhadora urbana, rural, formal e informal, evitando a precarização e mitigando os adoecimentos e vulnerabilidades decorrentes das novas formas de organização no mundo do trabalho, da economia digital e da Indústria 4.0.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0316

Conteúdo: Criar protocolos nacionais de vigilância em saúde do trabalhador(a) voltados aos regimes e vínculos de trabalho flexíveis, intermitentes, terceirizados(as), e trabalhadores(as) de plataformas digitais e da indústria 4.0, com obrigatoriedade de notificação dos agravos e doenças relacionados ao trabalho, ações específicas de fiscalização e produção de dados desagregados por setor, raça, gênero e território de modo a dar visibilidade aos impactos das estratégias de flexibilização, informalidade e automação nos processos produtivos sobre a saúde dos trabalhadores, enfrentando a subnotificação. Especial atenção deverá ser dada à atuação articulada entre a Vigilância em Saúde do SUS e a Inspeção do Trabalho nos segmentos mais precarizados em todas as categorias e segmentos e os serviços terceirizados

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0161

Conteúdo: Implementar mecanismos de informação sobre as políticas públicas, programa e ações de serviços de saúde do trabalhador e da trabalhadora disponíveis no âmbito municipal e estadual com vistas a garantia de acesso para cuidados e proteção dos profissionais do SasiSUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0153

Conteúdo: Garantir os direitos reprodutivos e a saúde integral das mulheres, em especial das trabalhadoras, incluindo os cuidados com a saúde mental e fases da vida reprodutiva, menopausa, prevenção e tratamento do câncer, enfrentamento da violência e acesso ao aborto legal. É fundamental formar profissionais capacitados e assegurar políticas públicas que respeitem a autonomia das mulheres, a diversidade e a justiça social.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0013

Conteúdo: Fortalecendo a articulação entre os setores de saúde, trabalho, educação e assistência social, melhorando a saúde e a qualidade de vida das pessoas trabalhadoras, incentivando a participação desta classe na formulação e implementação das Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0127

Conteúdo: Revisar e atualizar a proposta do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário NTEP, conforme a Lei nº 8.213/91 (art. 21-A) e o Decreto nº 3.048/99 (art. 337, §3º), e viabilizar, por meio de articulação interministerial, a aplicação efetiva na concessão de benefícios e da proteção da Previdência Social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0163

Conteúdo: Garantir a aplicação do NTEp na concessão de benefícios por parte da perícia do INSS, com criação de um GT intersetorial que faça um estudo dos casos de NTEp nos quais o critério não tenha sido aplicado e que acompanhe a evolução desse aspecto depois que as

medidas para o cumprimento da Lei n. 8.213/91 (art. 21-A) e do Decreto n. 3.048/99 (art. 337, parágrafo 3º).

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0073

Conteúdo: Fortalecendo as Políticas Públicas de saúde direcionadas às questões e problemas decorrentes das emergências climáticas e sanitárias, por meio da melhoria das estruturas de gestão e das unidades de saúde especializadas no atendimento às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0123

Conteúdo: Instituir políticas de acompanhamento e monitoramento da saúde das pessoas trabalhadoras, expostos a intempéries e mudanças climáticas, bem como adoecidos pela covid 19 e outras epidemias / pandemias futuras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0447

Conteúdo: Capacitar as equipes dos Cerest e da VISAT para atuarem frente ao adoecimento mental relacionado ao racismo, machismo e LGBTQIAPN+fobia, com abordagens interseccionais e articulação com o MPT e movimentos sociais, e promover a implantação de Cerest regionais e municipais voltados ao acolhimento das demandas da classe trabalhadora diante de agravos emergentes decorrentes do avanço tecnológico, das novas relações de trabalho e das mudanças climáticas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0176

Conteúdo: Implementar um Programa de Educação Permanente e Formação Política e Técnica em Saúde do Trabalhador, em formato híbrido, com o objetivo de capacitar pessoas trabalhadoras em temas relativos aos agravos e doenças relacionadas ao trabalho, em especial à saúde mental, assédio, diversidade, inclusão e direito laboral; formar multiplicadores locais vinculados à Renastt; estimular a gestão participativa nas políticas institucionais de saúde do trabalhador e da trabalhadora em consonância com os conselhos locais; garantir a

sustentabilidade do Programa por meio de certificação institucional, mentoria de gestores e encontros trimestrais de monitoramento de indicadores e ajustes institucionais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0059

Conteúdo: Garantindo a análise de situação de saúde das pessoas trabalhadoras e da população em geral, tornando obrigatória, em todo o território nacional, a construção dos perfis produtivos e do grau de risco do trabalho, considerando as pessoas trabalhadoras formais e informais e seus impactos ambientais, por meio da articulação intra e interinstitucional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0132

Conteúdo: Estabelecer mecanismos de mapeamento dos territórios a partir da atenção primária para identificação dos ramos produtivos, a fim de reconhecer as modalidades de trabalho na área de abrangência, os graus de risco e informações afins para estabelecer a relação saúde-doença-trabalho, levantando-se também a quantidade das pessoas trabalhadoras para um perfil real, os indicadores de riscos envolvidos em saúde do trabalhador, buscando a integração entre os órgãos como Ministérios da Saúde, do Trabalho, Previdência Social, Receita Federal, secretarias de saúde, vigilância, Cerest, secretarias de educação, entidades de ensino superior e também com a participação dos sindicatos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0066

Conteúdo: Garantindo condições de trabalho humanizadas por meio da efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), com jornadas justas e sistemas de informação e vigilância qualificados, visando a proteção integral da saúde física e mental das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0160

Conteúdo: Implementar canais de denúncia, fiscalização e informações acessíveis, garantindo o anonimato, para relatar violação de direitos e condições de trabalho inadequadas, garantindo

que as informações cheguem diretamente ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0453

Conteúdo: Criar um canal aberto e de fácil acesso via internet, sem necessidade de senha ou login, nos moldes do Disque 100 ou 156, em níveis municipal e regional, para a notificação de situações de violências relacionadas ao trabalho, incluindo acidentes e doenças do trabalho, abusos de poder e violações de direitos humanos nas relações e ambientes de trabalho, como discriminação por gênero, etnia, raça, cor, religião, entre outros. A iniciativa deve ser acompanhada de uma ampla campanha de divulgação e orientação, em articulação com sindicatos, movimentos sociais e a população em geral.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0275

Conteúdo: Assegurar ambientes de trabalho livres de carga horária excessiva, metas inalcançáveis, assédio, violências, estigmas, discriminações e perdas remuneratórias na aposentadoria, com indicadores nos programas de promoção e proteção à saúde que combatam esses riscos, garantindo fluxos de denúncia acessíveis às pessoas trabalhadoras, por meio da criação e ampla divulgação do Disque Violências no Trabalho (nos moldes do Disque 100 ou 180) ou aplicativo, permitindo denúncias anônimas, subsidiando medidas punitivas, ações sanitárias e a responsabilização dos empregadores.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0083

Conteúdo: Promovendo a saúde integral das pessoas trabalhadoras, visando reduzir acidentes, agravos e doenças relacionadas ao trabalho, considerando os determinantes sociais de saúde que impactam na qualidade de vida, aspectos físicos, mentais, sociais e ambientais, fortalecendo os Cerest, qualificando as pessoas profissionais e integrando a PNSTT, garantindo ambientes de trabalho seguros, acesso humanizado à saúde e reabilitação, se necessário.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0129

Conteúdo: Implementar estratégias para à promoção da saúde, à prevenção de riscos, agravos e doenças, assistência, recuperação, reabilitação física e psicossocial, retorno ao trabalho e apoio à readaptação das pessoas trabalhadoras sobretudo para as que estão em situação de maior vulnerabilidade social, na perspectiva do trabalho decente e seguro.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0358

Conteúdo: Implantar uma política nacional para a instituição de serviços de atendimento as pessoas trabalhadoras da saúde nos aspectos biopsicossociais, com vistas à promoção de saúde física e emocional, prevenção de agravos e acidentes, tratamento e reabilitação, considerando as especificidades deste grupo populacional, com garantias de financiamento nas três esferas de governo para a criação de unidades de referência.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0233

Conteúdo: Propor que o governo federal implemente, de forma obrigatória, a Política Nacional em Saúde Mental para os Trabalhadores e Trabalhadoras (PNSTT), garantindo atenção integral, atuando com temas relevantes como depressão, automutilação, suicídio, ansiedade, uso problemático de substâncias psicoativas, com o apoio de profissionais especializados, equipe multidisciplinar, reuniões e acompanhamentos regulares com psicólogos e psiquiatras para a promoção da saúde mental e a prevenção de distúrbios emocionais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0017

Conteúdo: Garantir a transversalidade da PNSTT elencada a outras políticas públicas, promovendo a saúde mental através de indicador-chave e busca ativa das pessoas trabalhadoras, ampliando o acesso e cuidado psicossocial equitativo, para promover a saúde do trabalhador e da trabalhadora sem ônus nos diversos ambientes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0074

Conteúdo: Incluir na atenção integral as ações de vigilância em saúde mental das pessoas trabalhadoras, instituir mecanismos de notificação e acompanhamento de casos de assédio e campanhas nacionais de conscientização e denúncia sobre sofrimento psíquico relacionado ao trabalho, focando em populações vulneráveis, mapeamentos participativos dos determinantes sociais do adoecimento, assistência à saúde das pessoas trabalhadoras com integração entre as RAS e os níveis de atenção, conforme as demandas do território e nível de complexidade, práticas de atenção em saúde do trabalhador na APS e apoio matricial em saúde do trabalhador às equipes de APS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0075

Conteúdo: Implementar um programa nacional de prevenção ao adoecimento mental das pessoas trabalhadoras, integrando os serviços das RAPS, Cerest e APS, com elaboração de protocolo e linha de cuidado para atenção integral e vigilância em saúde mental das pessoas trabalhadoras, com estratégias de promoção, proteção e tratamento das doenças psicossociais relacionadas ao trabalho, incluindo atendimento psicológico e psiquiátrico, campanhas educativas e canais de denúncia para denúncias de assédio e outras violências laborais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0073

Conteúdo: Efetivar a política de saúde mental no âmbito do trabalho, criando programa nacional de saúde mental do trabalhador e da trabalhadora com apoio psicossocial, campanhas de combate ao estigma e educação permanente de lideranças, com direito ao afastamento e acolhimento, e integrando essas ações à RAPS, com base na reforma psiquiátrica.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0084

Conteúdo: Criar no SUS uma política nacional de saúde mental da pessoa trabalhadora, articulada à Rede de Atenção Psicossocial, com foco na prevenção do assédio moral, metas abusivas, práticas antissindicais e outras formas de violência organizacional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0004

Conteúdo: Instituir programas permanentes de vigilância e assistência em saúde mental para as pessoas trabalhadoras, com foco na prevenção e enfrentamento do sofrimento emocional e do suicídio.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0015

Conteúdo: Garantir a oferta de serviços de saúde mental para as pessoas trabalhadoras e para a população, aumentando os serviços de saúde mental nas três esferas: União, Estados, Municípios e no DF, incluindo ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, como as práticas integrativas de saúde, adequando o percentual de população adscrita por serviço, de forma gratuita e de qualidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0087

Conteúdo: Expandir os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), CAPS AD e Unidades de Saúde da Família (USFs) com o cuidado ampliando na saúde do trabalhador e da trabalhadora e nos transtornos mentais relacionadas ao trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0348

Conteúdo: Implantar serviço de acolhimento a pessoa trabalhadora com equipe mínima de atenção psicossocial (assistente social, psicólogo, psiquiatra, enfermeiro e técnico de enfermagem do trabalho) para atendimento no local de trabalho, promovendo ambiente seguro, prevenção de doenças e cuidado a acidentados ou com doenças ocupacionais, e garantir terapias integrativas e divulgar, em mídias e espaços coletivos, os direitos à proteção contra riscos ocupacionais e os canais de apoio em caso de violação desses direitos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0350

Conteúdo: Enfrentar as situações de violência nos ambientes de trabalho e promover a reabilitação psicossocial dos envolvidos, a partir da ampliação e implementação do Plano Setorial de Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação para todas as pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0141

Conteúdo: Incluir o psicólogo na equipe de estratégia de saúde da família para acompanhamento das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0116

Conteúdo: Efetivar a política de saúde mental no trabalho por meio da criação de um programa nacional voltado ao trabalhador, que inclua apoio psicossocial, campanhas contra o estigma e a educação permanente, reconhecendo o sofrimento emocional e a síndrome de Burnout como doenças relacionadas ao trabalho, com direito ao afastamento e acolhimento, integrando essas ações à RAPS, além de garantir a inserção de psicólogos nas equipes mínimas dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) para o desenvolvimento de estratégias conforme as diretrizes da PNSTT.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0228

Conteúdo: Qualificar as informações sobre agravos a saúde mental relacionados ao trabalho, por meio da melhoria dos sistemas de informação utilizados no SUS, buscando a integração entre esses sistemas e com outros sistemas utilizados pelo Estado, possibilitando obter informações que irão contribuir para a formulação de políticas, bem como nas decisões sobre intervenções nos ambientes/processos de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0085

Conteúdo: Instituir programas de promoção da Saúde Mental de Trabalhadores e Trabalhadoras, com espaço de escuta qualificada e práticas integrativas, enfrentamento à precarização do processo de trabalho, ao assédio moral, sexual e todo tipo de discriminação, na construção das políticas de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0086

Conteúdo: Implantar núcleo de apoio psicossocial, equipe multiprofissional para o acolhimento e atendimento da saúde do trabalhador e da trabalhadora em todas as áreas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0089

Conteúdo: Garantir a inclusão de psicólogos organizacionais e do trabalho nas organizações públicas e privadas, visando o cuidado com a saúde mental das pessoas trabalhadoras desde os processos de recrutamento, seleção e contratação, possibilitando o desenvolvimento profissional, a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, a melhoria dos vínculos interpessoais e hierárquicos, bem como a prevenção e o enfrentamento do assédio moral, da sobrecarga de trabalho e demais fatores de risco, assegurando também o exercício pleno das funções inerentes a esse profissional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0251

Conteúdo: Elaborar protocolo de riscos psicossociais identificando fatores e promovendo ações preventivas, voltadas à saúde mental, com o objetivo de reduzir casos de burnout e outros transtornos entre trabalhadores. A promoção da saúde deve ser compromisso permanente, com políticas claras contra violências, assédio e discriminação, além de transparência nas denúncias.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0031

Conteúdo: Reconhecendo à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano e transversal às políticas públicas, considerada como direito essencial a ser protegida, com a participação do Estado, empregadores e sociedade pela promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, e com controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0162

Conteúdo: Reformular as políticas públicas de proteção à saúde do trabalhador e da trabalhadora, considerando as transformações nas relações de trabalho, marcadas pela precarização, informalidade e avanço do trabalho remoto, de modo a garantir a ampliação do cuidado com a saúde mental e regulamentar as novas formas de trabalho assegurando direitos

a ambientes laborais mais humanizados, que priorizem o bem-estar e a escuta ativas das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0098

Conteúdo: Implementar e fortalecer a PNSTT e as Políticas Estaduais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PESTT) de forma abrangente, com financiamento adequado, promovendo o acolhimento integral e o atendimento imediato à saúde mental, física e social relacionado ao trabalho, com a criação de ouvidorias e redes de apoio para facilitar o acesso a direitos e o acompanhamento biopsicossocial, estabelecendo monitoramento contínuo da saúde das pessoas trabalhadoras, a partir da ampliação dos Cerest, com estrutura suficiente para a realização das inspeções e do apoio aos municípios, assegurando diagnóstico, prevenção e tratamento de agravos relacionados ao trabalho, com a divulgação das ações por meio do aplicativo 'SOS Trabalhador' da Política.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0081

Conteúdo: Fortalecendo e implementando a PNSTT nos municípios, com criação das CISTT estaduais e municipais e de outras instâncias permanentes de controle social, garantindo estrutura técnica e financeira, participação efetiva das pessoas trabalhadoras e capacitação contínua dos profissionais, promovendo a saúde como direito humano fundamental.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0520

Conteúdo: Fortalecer as Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) em todas as esferas da federação (municipal, estadual e nacional) com estrutura, recursos e representação ampla, estabelecendo reuniões regulares e mecanismos de coleta sistemática das demandas das pessoas trabalhadoras e gestores/as nos territórios, integrando-as aos Conselhos de Saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0189

Conteúdo: Garantir que todas as pessoas trabalhadoras tenham acesso a informações sobre seus direitos à saúde, conforme a legislação e buscar formas de financiamento para análise das

condições de saúde e capacitar e qualificar os dirigentes sindicais para promoção da vigilância popular em saúde do trabalhador e da trabalhadora (VPSTT), bem como a criação de departamentos com profissionais de saúde e segurança nos sindicatos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0450

Conteúdo: Fomentar a participação popular no controle social da saúde do trabalhador e trabalhadora, por meio do fortalecimento das ouvidorias, campanhas publicitárias, formação técnica contínua dos conselheiros e estratégias de inclusão que superem barreiras estruturais como transporte, acessibilidade e linguagem, garantindo o direito à voz ativa da população.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0052

Conteúdo: Implementando e efetivando, em todos os territórios, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, buscando efetivar os recursos tripartite, para solidificar os princípios do SUS e envolvendo ações interministeriais e intersetoriais, além da participação das pessoas trabalhadoras e do controle social, com financiamento tripartite descentralizado, fiscalização no trabalho articulada à Rede de Atenção à Saúde, prevenindo adoecimentos/óbitos nos grupos mais vulnerabilizados.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0093

Conteúdo: Garantir a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) em todos os municípios, com a institucionalização das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Cistt) e ampliação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), assegurando uma dotação orçamentária própria e condições adequadas de trabalho, com planos de ação territorializados, articulados com a vigilância e fiscalização dos processos de trabalho, e fortalecer instâncias bipartites e tripartites com a participação ativa das entidades sindicais e dos trabalhadores para o monitoramento, fiscalização e proposição de ações da PNSTT, garantindo a efetiva participação e controle social.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0022

Conteúdo: Promovendo políticas públicas e ações afirmativas que assegurem o direito ao trabalho digno e livre de discriminação para a pessoa trabalhadora LGBTI+, com foco na equidade, considerando as interseccionalidades de gênero, povos originários, povos de terreiros, pessoas com deficiência, quilombolas, povos tradicionais, dentre outras, com foco em populações historicamente vulnerabilizadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0385

Conteúdo: Efetivar políticas públicas que considerem as interseccionalidades de gênero, raça, etnia, deficiência e classe social, incluindo também pessoas de comunidades ribeirinhas, insulares, camponesas e pescadores, no desenvolvimento de programas de proteção social, assegurando atenção integral e contínua à saúde das pessoas trabalhadoras de diversos vínculos, por meio de serviços de referência multiprofissional, com foco na promoção da saúde e acesso às práticas integrativas e complementares, na prevenção de agravos e na reabilitação em casos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, fortalecendo também a atuação do Conselho Nacional de Saúde junto aos conselhos estaduais, municipais e à CISTT nas questões relacionadas à saúde do trabalhador.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0260

Conteúdo: Garantir proteção à saúde e segurança de povos indígenas e quilombolas por meio da atenção integral e enfoque intercultural, por equipes multidisciplinares e devidamente capacitadas, incluindo acesso facilitado, transporte, intérpretes e práticas de cuidado respeitosas e antirracistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0280

Conteúdo: Reconhecer e proteger trabalhadores informais, voluntários profissionais/sociais, cuidadores familiares/sociais e de pessoas com deficiência, portadoras de TDAH, fibromialgia e outros transtornos, assegurando a inclusão no trabalho e nas políticas públicas de saúde e da seguridade social, conforme prescrito pela Lei 13.146/2015 e outras legislações vigentes, com foco na proteção social e no conceito ampliado de saúde da OMS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0080

Conteúdo: Fortalecer, nos serviços de saúde do trabalhador, os núcleos de apoio à saúde da pessoa trabalhadora, com recorte LGBTI+, criando indicadores de sofrimento psíquico, licenças por transtornos mentais, consumo de substâncias e ideação suicida, além de monitorar a implementação de políticas públicas de cuidado em saúde mental voltadas a essa população, com foco nos efeitos do estresse de minorias nos ambientes e processos de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0103

Conteúdo: Garantir financiamento tripartite para a criação e implementação de protocolos locais de acolhimento e reabilitação para trabalhadores formais e informais, vítimas de acidentes de trabalho ou adoecimento relacionado ao trabalho, incluindo Pessoas com Deficiência (PcD), idosos e grupos vulneráveis, respeitando as especificidades regionais e garantindo acesso ao acompanhamento multiprofissional, rede de saúde mental, reabilitação física e reintegração ao trabalho, como também assegurar a implementação de Unidades Básicas de Saúde na zona rural, atendendo trabalhadores em comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, com infraestrutura adequada, equipamentos de informática, internet, recursos humanos e transporte fluvial, terrestre e aéreo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0101

Conteúdo: Fortalecer a Visat com a integração de dados e ampliação de Cerest, além de criar programas nacionais para promoção da saúde mental e escuta qualificada, garantindo direitos e proteção para trabalhadores informais, terceirizados, entregadores por aplicativos e plataformizados, domésticos e cooperados, com a inclusão e prioridade da saúde da pessoa trabalhadora nos Planos de Saúde do SUS, no combate ao racismo, sexismo, capacitismo e LGBTfobia no trabalho por meio de ações educativas, protocolos institucionais e participação social, enfrentando a precarização e ampliando o acesso equitativo e justo aos serviços de saúde, com dignidade e justiça social, investindo em políticas públicas para os municípios com baixas taxas e indicadores populacionais, criando canais anônimos de denúncia e escuta qualificada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0118

Conteúdo: Reformular as fichas de notificação e sistemas de informação em saúde relacionadas ao trabalho, para incluir dados de identidade de gênero, orientação sexual e nome social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0518

Conteúdo: Garantir a inserção obrigatória da categoria Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) dos campos, florestas e águas nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde (SUS), priorizando o CadSUS, bem como os demais sistemas de informação oficiais do governo federal, de acordo com o Artigo nº 4 do Decreto nº 8750/2016, como subsídio e orientação para elaboração de diagnóstico e relatórios sobre a situação de saúde dessas populações, planejamento e avaliação de ações de saúde considerando as especificidades ambientais, culturais, os modos de vida e produção dessa populações.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0174

Conteúdo: Implementar a publicação de um Boletim de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, consolidando informações e indicadores de adoecimento e acidentes relacionados ao trabalho, de riscos e perigos para a saúde presentes ou potenciais existente no trabalho, incluindo os psicossociais, além da caracterização sociodemográfico com informações relativas ao perfil de gênero, étnico-racial, população LGBTI+ e renda, entre outros, e a análise da diversidade do perfil da força de trabalho no Brasil, para integrar os achados a um plano de ação vinculado à Renastt e a gestão de pessoas para facilitar o monitoramento contínuo, o aperfeiçoamento das práticas institucionais de planejamento e gestão da saúde e a divulgação para a sociedade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0079

Conteúdo: Desenvolver práticas populares de saúde com a pessoa trabalhadora, como forma de promoção da saúde, para o apoio psicológico nos ambientes e processos de trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0020

Conteúdo: Fortalecendo e ampliando a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) com foco em saúde mental, inclusão e ações de proteção social voltadas para os/as estudantes-trabalhadores e mulheres em situação de vulnerabilidade, por meio de ações psicossociais integradas ao Sistema Único de Saúde (SUS), com melhorias nos ambientes de ensino e de trabalho e cuidado das mães solo com filhos com deficiência.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0171

Conteúdo: Implantar núcleos de escuta nas instituições de ensino, integrados ao SUS e Cerest, para acolhimento e prevenção do adoecimento mental decorrente da dupla jornada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0020

Conteúdo: Criar fluxos e protocolos conjuntos entre SUS (UBS, NASF e Cerest), SUAS (CRAS e CREAS), Conselhos Tutelares, Educação (creches e escolas) e Ministério do Trabalho, com foco específico no apoio às mães solo trabalhadoras, e ou estudantes que trabalham, garantindo encaminhamentos e acompanhamento integrado que visem reajuste em carga horária de trabalho já garantida por lei para mães de pessoas com deficiência e acolhimento à sua saúde de modo que não seja penalizada ou prejudicada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0076

Conteúdo: Promover ações que visem desenvolver o bem-estar e a saúde mental de estudantes, pessoas estagiárias e trabalhadoras, em todas as etapas da formação acadêmica e profissional, por meio da criação de programas de apoio psicológico e psiquiátrico, com oferta de terapias grupais, estratégias de manejo do estresse e canais de escuta e acolhimento, utilizando recursos da telessaúde e com atuação integrada de psicólogos, psicopedagogos e equipes da atenção básica do território, visando também o enfrentamento ao estigma relacionado à saúde mental no ambiente universitário e de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0012

Conteúdo: Garantir estruturas de qualidade no ambiente acadêmico, para diminuir as dificuldades inseridas no dia a dia do aluno trabalhador, promovendo a inclusão e a capacitação profissional adequada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0173

Conteúdo: Formular grupo de trabalho específico para o estudo e delineamento de políticas voltadas às condições de vida e saúde de estudantes estagiários da saúde, no sentido de prevenir afecções à saúde mental e ocupacional, para prevenir o adoecimento do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0082

Conteúdo: Criar políticas públicas que auxiliem/apoiem, no seu direito ao trabalho, as mães de filhos com doenças raras ou neurodivergentes, como síndrome de Down, transtorno do espectro autista (TEA), transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), transtorno do déficit de atenção (TDA) e dislexia, entre outras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0124

Conteúdo: Garantir e efetivar os direitos das pessoas trabalhadoras, do serviço público e privado, para que possam se ausentar do trabalho sem prejuízo de benefícios como vale-alimentação, vale-transporte, gratificação por assiduidade, entre outros, a fim de acompanhar tratamentos de saúde próprios, do cônjuge, filhos menores ou outros familiares dependentes, bem como para participar de atividades escolares e de saúde relacionadas aos filhos, assegurando a possibilidade de flexibilidade de horário e justificativa das ausências mediante apresentação de atestado ou declaração.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0019

Conteúdo: Fortalecendo a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) com foco nas pessoas trabalhadoras com deficiência, de modo a garantir o acesso e a atenção integral à saúde dessas pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0122

Conteúdo: Criar e implementar programas de saúde específicos para PcD focado em: prevenção de acidentes no trajeto casa/trabalho/casa - considerando acessibilidade e tempo do trajeto; informação sobre prevenção de LER/DORT e demais doenças ocupacionais, sobretudo relacionadas às barreiras que afetam desproporcionalmente PcD; oferta e garantia de tecnologias assistivas à autodeterminação das PcD no ambiente de trabalho; promoção da saúde mental; canais acessíveis de denúncias e notificações de violências capacitistas, garantindo sigilo e proteção contra retaliações; e sistema de monitoramento e avaliação de políticas para trabalhadores com deficiência, com indicadores de qualidade e efetividade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0155

Conteúdo: Incluir diretrizes para PcD na PNSTT, alinhadas à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e às necessidades de trabalhadores com deficiência, garantindo que a saúde do trabalho se adeque à avaliação biopsicossocial e promovam ambientes de trabalho equânimes através de formações com gestores, equipes de segurança do trabalho e demais trabalhadores sobre a luta anticapacitista.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0188

Conteúdo: Ampliar a fiscalização da Lei de Cotas para identificar contratações equivocadas, vagas precarizadas e/ou restritas a pessoas com deficiência, barreiras ao desenvolvimento de carreira, desigualdades salariais e outras formas de discriminação, garantindo a inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiência (auditiva, física, visual, intelectual e mental/psicossocial), o cumprimento das normas de acessibilidade e a ampliação das sanções às empresas que descumprirem a Lei 8213/91 (Lei de Cotas), a Lei 13146/15 (LBI)e/ou apresentarem notificações de acidentes de trabalho que resultem em deficiência ou não assegurem ambientes e condições de trabalho equânimes para pessoas com deficiência.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0190

Conteúdo: Fortalecer ações de inclusão para trabalhadores com deficiência e exigir maior compromisso dos governantes na melhoria das condições de trabalho, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para todos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0021

Conteúdo: Atualizando a PNSTT, garantindo a visibilização das populações do Campo, Floresta e Água, promoção da equidade, enfrentamento às violências relacionadas a raça, cor, etnia, gênero, sexualidade, classe e intergeracionais no contexto de trabalho e garantir direitos humanos e acessos aos serviços do SUS, considerando as novas relações de trabalho e o advento das novas tecnologias.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0267

Conteúdo: Fortalecer a assistência em saúde aos trabalhadores informais e autônomos, especialmente na Amazônia, com ações de Atenção Primária, vigilância em Saúde e acolhimento psicossocial. Criar espaços de escuta qualificada para as pessoas trabalhadoras em sofrimento psíquico e para os povos das Águas, das Florestas e do Campo. Promover ações de prevenção e resposta às emergências climáticas, como enchentes e estiagens, e incentivar a adequação das legislações municipais às realidades trabalhistas locais não apenas urbanas como também rurais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0111

Conteúdo: Estabelecer programas permanentes de parcerias e financiamento com instituições públicas de ensino superior, para descentralização de ações de ensino, pesquisa e extensão, voltadas à atenção integral à saúde de trabalhadores e trabalhadoras do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas, com ênfase na identificação dos riscos ocupacionais e ambientais, na produção de conhecimento sobre os determinantes de adoecimento do trabalhador e da trabalhadora e na formulação de estratégias de promoção, prevenção e vigilância em saúde, respeitando as especificidades culturais, territoriais e produtivas desses grupos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0278

Conteúdo: Reconhecer as pessoas trabalhadoras na atenção à saúde indígena como categoria profissional diferenciada, para fins de registro sindical, conforme o § 3º do Art. 511 da CLT, em razão de suas condições de trabalho e de vida singulares, garantindo a criação imediata de núcleos de saúde e segurança do trabalhador da saúde indígena no âmbito da AGSUS e instituições conveniadas, assegurando políticas específicas de proteção, valorização e cuidado com a saúde desses trabalhadores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0011

Conteúdo: Garantir a formação de pessoas trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) e lideranças das comunidades do campo, florestas e águas objetivando a implementação e fortalecimento da Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras - PNSTT, tomando como base a Educação Popular em Saúde.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0085

Conteúdo: Promovendo a saúde integral das pessoas trabalhadoras por meio de ações intra e intersetoriais que garantam ambientes laborais seguros, fortalecendo a vigilância em saúde, a prevenção de agravos e adoecimentos (físicos e psicossociais) e a educação em saúde como pilares fundamentais para a efetivação de direitos e a valorização da vida no trabalho, com o fortalecimento da atuação sindical, políticas inclusivas, redução da jornada laboral atual e qualidade de vida nos locais de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0154

Conteúdo: Ampliar o acesso à prevenção e ao diagnóstico do câncer de mama. As desigualdades territoriais ainda dificultam o rastreamento precoce da doença. É preciso implementar políticas interseccionais que garantam acesso a exames, profissionais capacitados e um acolhimento livre de racismo, LGBTfobia e capacitismo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0508

Conteúdo: Criar a Política Nacional de Práticas Corporais e Atividades Físicas (PNPCAF) integrada às demais políticas de saúde existentes em diferentes níveis de governabilidade, garantindo a participação da população na construção das ações e programas da área.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0509

Conteúdo: Incluir e fortalecer as práticas corporais e atividades físicas nos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde, a partir de apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde, com pactuação tripartite.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0087

Conteúdo: Garantindo a atenção integral à saúde das pessoas trabalhadoras, por meio de potentes programas de vigilância em saúde e da implementação, pelo poder público, de ações antecipatórias de precaução e promoção da saúde e, ao mesmo tempo, assistir as pessoas trabalhadoras acidentadas e adoecidas, visando à recuperação de sua saúde e à reabilitação profissional, se preciso.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0107

Conteúdo: Fortalecer o SUS e ampliar o acesso à saúde do trabalhador com ampliação da Atenção Básica, dos Cerests e concursos públicos, garantindo acesso à diagnósticos ambientais e EPIs, responsabilizando empregadores em caso de negligência com a saúde e segurança no trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0047

Conteúdo: Articulando a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) com a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), destinadas a promover atenção integral e o cuidado emancipador às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0137

Conteúdo: Estabelecer diretrizes nacionais para a incorporação transversal das PICS em todos os níveis de atuação da PNSTT, como parte do cuidado à saúde do trabalhador e da trabalhadora, prevendo financiamento para a formação e capacitação de profissionais, articulada com outras políticas públicas, potencializando o impacto das PICS, considerando os determinantes sociais do processo saúde-doença, com indicadores específicos para o monitoramento e avaliação da implementação das PICS na PNSTT, aprimorando as estratégias para garantir o acesso universal e equitativo a essas práticas para todas as pessoas trabalhadoras, independentemente de sua categoria profissional ou vínculo empregatício.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0138

Conteúdo: Incluir os profissionais que atuam com Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), conforme delineado na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), nas equipes de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0024

Conteúdo: Fortalecendo a implementação descentralizada e intersetorial da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), integrando a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt) às políticas públicas, assegurando a saúde da pessoa trabalhadora como direito humano, combatendo a naturalização do adoecimento relacionado ao trabalho e garantindo proteção integral à saúde, com ênfase em grupos vulnerabilizados e na inserção obrigatória de psicólogos nos serviços da área.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0070

Conteúdo: Valorizando às pessoas trabalhadoras da auditoria interna do SUS, por meio da construção de uma Política Nacional de Auditoria do SUS (PNAS), garantindo mecanismos de apoio, incentivo e financiamento das ações do Sistema Nacional de Auditoria (SNA).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0442

Conteúdo: Fomentar o apoio técnico e financeiro nas três esferas de gestão para a formação e aprimoramento dos auditores do SUS, com foco no fortalecimento dos serviços que atuam na saúde da pessoa trabalhadora, desenvolvendo competências e habilidades essenciais à auditoria interna, e a construção da Política Nacional de Auditoria Interna do SUS, definindo parâmetros mínimos que assegurem a uniformidade e a qualidade das ações do Sistema Nacional de Auditoria.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0032

Conteúdo: Garantindo a atenção à saúde da mulher trabalhadora com deficiência, idosa, trans e travesti, com equipamentos adaptados e profissionais capacitados, superando o capacitismo e a invisibilidade, sem barreiras físicas, comunicacionais ou atitudinais que impeçam o acesso igualitário aos cuidados em todas as fases da vida.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0001

Conteúdo: Realizar capacitação obrigatória e permanente para profissionais de saúde sobre atendimento às mulheres com deficiência, com ênfase em saúde sexual e reprodutiva, prevenção de violência obstétrica e comunicação acessível.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0144

Conteúdo: Adaptar 100% dos serviços de saúde com equipamentos acessíveis em todos os municípios brasileiros no prazo de cinco anos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0151

Conteúdo: Instituir programa de vigilância e monitoramento da saúde mental e ocupacional das mulheres com deficiência, com atenção aos riscos específicos relacionados ao gênero e às barreiras de acesso aos serviços preventivos

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0315

Conteúdo: Garantir que a pessoa trabalhadora (trans, travestis, lésbicas e bissexuais) tenha acesso a assistência clínica, exames invasivos e outras especificidades, relacionados a transexualização e saúde da mulher lésbica e bissexual e formar pessoas trabalhadoras do SUS para atendimento humanizado.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0072

Conteúdo: Estabelecendo modelo de gestão que garanta às pessoas trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), saúde como política de desenvolvimento da pessoa trabalhadora no SUS, desenvolvendo e implementando mecanismo que proporcione cuidados aos profissionais ativos e inativos que fizeram e os que fazem a saúde acontecer.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0378

Conteúdo: Publicar e implantar o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde e Segurança da Trabalhadora e do Trabalhador do SUS (PNAIST/SUS), com base na PNSTT, prevendo incentivos técnico-financeiros aos municípios.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0232

Conteúdo: Garantir atendimento, grupos de apoio e cuidados às pessoas trabalhadoras com transtornos mentais e/ou egressos de hospitais psiquiátricos, com o objetivo de promover a funcionalidade e bem-estar desses profissionais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0038

Conteúdo: Promovendo outro modelo de organização do trabalho capazes de resguardar o direito da criança ao cuidado integral por parte dos pais trabalhadores, incluindo o cuidado na família, maior respeito ao Direito Humano à Saúde, práticas de vigilância, atenção e educação em saúde, especialmente para categorias em situação de vulnerabilidade (migrantes).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0088

Conteúdo: Criar espaços de escuta, acolhimento, promoção da saúde, orientação e encaminhamento das pessoas trabalhadoras nos serviços de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS) e co-responsabilizar as equipes da saúde da família, inclusive fortalecendo o acolhimento de populações em situações de vulnerabilidades e migrantes sem domínio da língua portuguesa.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0169

Conteúdo: Reconhecer o papel essencial das doulas no cuidado e apoio às gestantes, parturientes e puérperas, promovendo sua inserção efetiva nas categorias profissionais do SUS como trabalhadoras da saúde. Essa inclusão visa superar a invisibilidade institucional de sua atuação, assegurar sua participação nos espaços de controle social e garantir representação nos processos de formulação, fiscalização e deliberação das políticas públicas de saúde, valorizando sua contribuição para a humanização do parto e nascimento.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0170

Conteúdo: Criação de cadastro nacional de Doulas atuantes no SUS, com entrada de dados em âmbito municipal, com vistas ao planejamento de suporte à saúde da trabalhadora, incluindo a disponibilidade de imunobiológicos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0039

Conteúdo: Garantindo a saúde integral e o bem-estar das pessoas trabalhadoras, enfermos, familiares e pessoas privadas de liberdade, por meio da implementação de serviços de capelania, autocuidado, com foco na saúde mental e práticas integrativas e complementares em saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0033

Conteúdo: Promover o autocuidado da pessoa trabalhadora, oferecendo avaliação, aconselhamento e acompanhamento psicológico, sempre que necessário, por meio de programas que permitam o acesso à serviços especializados no município de residência, mantendo canais de comunicação aberta e transparente para identificar possíveis problemas de

saúde mental. Fornecer ainda recursos e ferramentas para o gerenciamento do estresse e da ansiedade, como técnicas de relaxamento e meditação

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0045

Conteúdo: Garantindo a atenção integral e humanizada à saúde das pessoas trabalhadoras vulnerabilizadas com vistas a erradicação do trabalho escravo, visando a equidade de raça/cor, gênero, sexualidade e classe social, com ênfase no fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0109

Conteúdo: Garantir, ampliar e fomentar o número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) Regionais e/ou Municipais em áreas de maior presença de trabalho análogo a escravidão, considerando também a base populacional e o perfil sócio produtivo e demográfico, garantindo também educação permanente e qualificação das equipes de referência, com grupos focais inseridos em colegiados de nível municipal e estadual e inserção de profissionais de saúde mental nas equipes de grupo móvel para qualificação do acolhimento à pessoa resgatada, vítima de trabalho escravo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0193

Conteúdo: Implementar um conjunto de políticas públicas integradas para atuar na fiscalização, prevenção, repressão e reparação de dano causado às pessoas submetidas ao trabalho análogo à escravidão, ampliando e intensificando as notificações e a fiscalização de situações de trabalho análogo a escravidão com a participação da Vigilância em Saúde do Trabalhador - VISAT.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0046

Conteúdo: Reconhecendo o trabalho em situação de rua, a partir da definição do perfil das pessoas trabalhadoras, através de mapeamento, censos e pesquisas, identificando suas

particularidades e necessidades de modo a subsidiar a elaboração de programas, ações e serviços da Rede de Atenção à Saúde e as articulações intersetoriais adequadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0145

Conteúdo: Criar programas de orientação e fornecimento de insumos e equipamentos de proteção individual para pessoas trabalhadoras em situação de rua em toda rede de oferta de serviços, programas, projetos e benefícios para a População em Situação de Rua.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0146

Conteúdo: Incluir a população trabalhadora em situação de rua na implementação das políticas de saúde, por meio da elaboração de protocolos de atendimento e programas de prevenção, promoção e recuperação da saúde, coordenados pelos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), em serviços da rede de Urgência e Emergência e da criação de serviços especializados para acolhimento e acompanhamento das pessoas trabalhadoras em situação de rua com necessidades relativas a tratamentos de saúde, até a sua plena recuperação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0147

Conteúdo: Promover formação, na perspectiva da educação popular, para profissionais de saúde visando o atendimento de pessoas trans trabalhadoras da rua em suas demandas específicas de saúde, ofertando atendimento digno e prioritário em todas as Redes de Saúde em suas relações intersetoriais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0009

Conteúdo: Criando ou ampliando programas de formação para pessoas trabalhadoras informais e de saúde, o registro e o reconhecimento das doenças e agravos relacionados ao trabalho, de modo a garantir o funcionamento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) com horários estendidos, facilitando o acesso e o cadastro dos usuários o mais próximo possível dos locais de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0010

Conteúdo: Criar e ampliar programas de formação e capacitação para trabalhadores informais, plataformizados, não-regulamentados e de saúde, construindo e aprimorando sistemas de avaliação e protocolos dessas atividades, a fim de instrumentalizar suas práticas e promover trabalho que converse com os princípios das políticas públicas do SUS e do SUAS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0019

Conteúdo: Capacitar profissionais da atenção básica e da vigilância em saúde com o apoio de plataforma digital interativa, incluindo módulos sobre doenças e agravos relacionados ao trabalho; temas referentes ao financiamento adequado do SUS; a gestão orçamentária e a transversalidade das ações intraSUS, oferecidos por meio de webinários com especialistas, e disponibilizados em língua de sinais e legendas. Também deverão ser fortalecidas a integração ensino-serviço e a atuação de estudantes graduandos em políticas de vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora. A implementação desta proposta deverá ser acompanhada por indicadores que incluam o número de certificados emitidos, a taxa de conclusão dos módulos e avaliação de impacto utilizando pré e pós testes de conhecimento.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0117

Conteúdo: Aprimorar protocolos a serem seguidos, obrigatoriamente, em todos os serviços de saúde, que assegurem o registro da ocorrência de doenças e agravos relacionados ao trabalho, incluindo os acidentes de trabalho tipo; os acidentes de trânsito sofridos por pessoas trabalhadoras no exercício de atividade laboral e ou realizada nas ruas, como é o caso dos camelôs, ambulantes, entregadores, motofretistas, entre outros.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0120

Conteúdo: Garantir o funcionamento da Rede de Atenção à Saúde (RAS) com horário estendido até a noite, e com dimensionamento adequado das equipes de saúde, de forma a garantir o acesso das pessoas trabalhadoras formais e informais, cadastrados o mais próximo possível do local de trabalho e não apenas considerando o critério de local ou território de residência.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0175

Conteúdo: Promover seminários, rodas de conversa e oficinas itinerantes sobre o tema Trabalho, Saúde e Equidade nas unidades do MS, em formato colaborativo, destinados às pessoas trabalhadoras independentemente do vínculo empregatício. A temática desenvolvida nestas atividades deverá contemplar os riscos específicos considerando os vínculos e marcadores sociais, incluindo também temas como saúde mental, assédio e sobrecarga, legislação trabalhista e previdenciária, ergonomia e canais de denúncia, entre outros. Cada edição gerará um relatório de prioridades locais que orientará a gestão de pessoas e a Renastt na definição de protocolos e intervenções direcionadas para fortalecer a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras como direito humano.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0006

Conteúdo: Fortalecendo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com base no SUS, ampliando a formação crítica e o compromisso social das pessoas profissionais de saúde, desde a graduação, articulando saúde, trabalho e território, aprimorando as condições de formação e trabalho na área da saúde e promovendo ambientes de trabalho seguros, saudáveis e acolhedores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0172

Conteúdo: Fortalecer as políticas de saúde do trabalhador e da trabalhadora, e a implementação de programas de acolhimento, notificação obrigatória de acidentes de trabalho, inclusão da saúde do trabalhador na formação acadêmica e nos processos de educação permanente em saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0131

Conteúdo: Implementar um programa contínuo de capacitação das equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde, assegurando a qualificação dos profissionais para a notificação

adequada dos agravos, a realização de intervenções oportunas e a adoção de medidas preventivas que garantam a saúde e segurança dos trabalhadores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0282

Conteúdo: Implementar serviços especializados em vigilância em saúde do trabalhador e da trabalhadora, integrados à APS e aos Cerest, garantindo acesso à saúde, à terra, ao território e à produção de alimentos saudáveis, regulamentando, fiscalizando e monitorando o uso de agrotóxicos, inclusive a pulverização aérea, por meio de ações intersetoriais e implantação de CIATOX, estabelecendo tributação mínima ao agronegócio para fortalecer a agricultura familiar, com conselhos locais de saúde nas mesas de negociação e promovendo a conscientização de pessoas trabalhadoras rurais com instituições e sindicatos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0519

Conteúdo: Promover a integração efetiva da Vigilância em Saúde do Trabalhador à Estratégia Saúde da Família (ESF) e demais serviços da Atenção Primária Saúde, possibilitando a identificação precoce de riscos ocupacionais e a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0006

Conteúdo: Ampliar e implementar um programa permanente de educação e capacitação para profissionais da saúde da rede pública e privada, em todos os níveis de atenção, por meio de estratégias presenciais e virtuais, com foco na vigilância em saúde do trabalhador, na notificação de agravos no SINAN, na identificação e diagnóstico de doenças relacionadas ao trabalho, no acolhimento às pessoas trabalhadoras, na promoção da saúde laboral, incentivando as práticas intersetoriais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0003

Conteúdo: Fortalecer as ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no SUS por meio da articulação entre os Ministérios da Saúde e da Educação, estabelecendo a obrigatoriedade

da inclusão de conteúdos sobre Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (tais como: a identificação de riscos e perigos presentes nas atividades produtivas, medidas de prevenção, direitos trabalhistas, gestão de riscos e controle social das políticas públicas de saúde do trabalhador) nos currículos dos ensinos fundamental e médio, dos cursos de graduação, pós-graduação, residências, cursos técnicos, profissionalizantes e de formação continuada na área da saúde, com abordagem interdisciplinar.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0014

Conteúdo: Manter e expandir o VER-SUS para estudantes de educação profissional e universitária em cenários de saúde do trabalhador e da trabalhadora e em cenários que configurem situações de trabalho, utilizando como dinâmica de vivência e experiência a formulação de mapas de risco participativos com pessoas trabalhadoras dos cenários e situações selecionadas ou escolhidas.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0090

Conteúdo: Garantindo o ensino da integralidade da atenção e da proteção à saúde das pessoas trabalhadoras, com práticas de ensino e espaços de aprendizagem nos diversificados ambientes de trabalho, do campo e da cidade, proporcionando aprendizagem multi e interprofissional na formação e durante o processo de trabalho no SUS, que envolvam os contextos da diversidade ocupacional formal e artesanal, com inclusão das representações das pessoas trabalhadoras na formação básica e na educação permanente em saúde, discutindo os determinantes e as formas de enfrentamento da opressão e exploração em todas as situações de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0009

Conteúdo: Formação e Educação Permanente intersetorial e específica sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora LGBTQI+, nos ambientes e processos de trabalho, articulado com as secretarias de saúde e ministério: plano Ministerial de educação permanente dos trabalhadores sobre a pauta LGBTQI+ e trabalho; inserir no currículo transversal obrigatório dos cursos de especialização da saúde, o tema da literacia em saúde do trabalhador e da trabalhadora com recorte LGBTQI+; articulação conjunta com os movimentos sociais LGBTQI+.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0018

Conteúdo: Assegurar Educação Permanente em Saúde ou Espaços de Educação Autogeridos em todos os ambientes e situações de trabalho, abrangendo temas críticos e reflexivos que permitam a compreensão dos determinantes do processo saúde-doença no trabalho e do ambiente do trabalho como lugar possível de produção da alegria no/pelo próprio trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0129

Conteúdo: Garantindo a interlocução com os Fóruns Nacionais de Residência em Saúde (Residentes, Tutores/Preceptores, Coordenadores e Apoiadores) na construção, avaliação e implementação de qualquer formação especializada e/ou de aperfeiçoamento para profissionais na área da Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para residentes em saúde, preceptoras(es), tutoras(es), atuais e/ou futuros, considerando a expansão de programas especializados e a incorporação futura de egressos em todos os postos de trabalho especializados e/ou matriciais no escopo da relação saúde e trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0136

Conteúdo: Incluir a promoção da saúde como princípio da PNSTT, bem como o reconhecimento do residente como pessoa trabalhadora e também a inserção de ações de saúde, destinadas aos profissionais de saúde residentes como meio de prevenção de doenças e agravos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0013

Conteúdo: Prever mecanismos de promoção e proteção da saúde das pessoas trabalhadoras residentes, integrando as ações à Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), com a melhoria das condições de trabalho e a inclusão dos Cerest como cenários de prática e rodízio para esses profissionais, como fomento à participação ativa dos residentes nos espaços de discussão e decisão coletiva da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e inserção da temática da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de forma transversal na formação dos residentes.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0152

Conteúdo: Assegurar a participação formal dos Fóruns Nacionais de Residência em Saúde (Residentes, Tutores/Preceptores, Coordenadores e Apoiadores) na construção, avaliação e implementação de qualquer formação especializada e/ou de aperfeiçoamento no âmbito da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0441

Conteúdo: Estabelecer programas permanentes de parceria e financiamento com instituições públicas de ensino superior para descentralizar ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à saúde de pessoas trabalhadoras do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas, com foco nos riscos ocupacionais e ambientais, produção de conhecimento sobre determinantes do adoecimento e estratégias de promoção, prevenção e vigilância em saúde, inserindo sistematicamente essa temática nos Projetos Pedagógicos das Residências em Saúde com componentes teórico-práticos sobre trabalho, modos de produção, saúde mental e física, impactos ambientais, estruturais e culturais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0452

Conteúdo: Instituir Política Nacional de Formação Permanente em Saúde do Trabalhador/a como conteúdo transversal voltado às Residências em Saúde, garantindo a inclusão da temática nos projetos pedagógicos e a qualificação continuada de residentes, preceptoras/es, tutoras/es e coordenadoras/es.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0014

Conteúdo: Elaborando política pública efetiva de prevenção ao adoecimento mental e combate ao assédio moral para Hospitais Universitários (HU) e Universidades; com revogação da lei que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), reposição de vagas de Regime Jurídico Único (RJU) nos HU e concursos públicos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0083

Conteúdo: Estabelecer jornada de trabalho de 30 horas semanais para as pessoas trabalhadoras, concurso público para reposição RJUs e revogação da Lei que cria a EBSERH.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0029

Conteúdo: Implantando uma mesa de negociação de saúde do trabalhador e da trabalhadora do setor público, privado e autônomo, visando garantir os direitos de saúde e buscando a integração e representatividade de todos os segmentos das categorias profissionais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0321

Conteúdo: Regular a carga horária das pessoas trabalhadoras da área da saúde para 30 horas semanais, sem redução de salário.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0062

Conteúdo: Promovendo o trabalho digno com proteção integral à saúde física e mental, por meio da consolidação de políticas públicas, fortalecimento da Visat e dos Cerest, criando comissões nas unidades de saúde e inclusão de pessoas estudantes-trabalhadoras em ações psicossociais

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0341

Conteúdo: Criar comissões permanentes de saúde do trabalhador e da trabalhadora nas unidades de saúde, suporte psicossocial obrigatório, concursos públicos em substituição dos processos de terceirização, regulamentação das jornadas e o estabelecimento de metas, e o reconhecimento das doenças e agravos relacionados ao trabalho como prioridade. Incluir os estudantes-trabalhadores em programas de acolhimento e prevenção durante a formação, garantindo condições dignas e protegendo a saúde dos profissionais atuais e futuros do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0349

Conteúdo: Garantir políticas públicas de saúde mental e apoio psicossocial específicas para estudantes-trabalhadores beneficiários de programas como Prouni, Fies, Bolsas Institucionais e

Bolsas Mais Médicos (a nível de graduação), considerando a sobrecarga da dupla jornada de trabalho e estudo como fator de risco à saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0067

Conteúdo: Exigindo que o MS/SESAI implante o adicional de penosidade e implemente os adicionais de periculosidade (NR16) e insalubridade (NR15) para as pessoas trabalhadoras, para as equipes multidisciplinares que atuam nos Pólos Bases, incluindo os profissionais dos DIASI, SESANI/DSEI.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0095

Conteúdo: Promovendo o cuidado com a saúde das pessoas trabalhadoras do Ministério da Saúde, a partir do fortalecimento de ações, estratégias, políticas, direitos e programas de trabalho decente, inclusivo e participativo, com foco na prevenção de doenças, promoção e vigilância em saúde, priorizando o bem-estar e a valorização de todos, independentemente do vínculo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0389

Conteúdo: Adotar uma política institucional de diversidade e inclusão, que reconheça e valorize as diferenças individuais e coletivas (raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade, deficiência, religião, cultura e origem social), promovendo novas relações de trabalho baseadas na equidade e no respeito à pluralidade, assegurando a acessibilidade plena nos espaços físicos e nas plataformas digitais, na comunicação e na linguagem institucional do Ministério da Saúde, e investimentos sistemáticos em tecnologias assistidas e adaptações necessárias, e reconhecimento do Programa de Gestão e Desempenho como instrumento potente de gestão de pessoas e processos por meio do teletrabalho ou trabalho presencial.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0068

Conteúdo: Garantindo a legislação protetiva que assegure a efetivação dos direitos trabalhistas e previdenciários, a partir de condições de trabalho dignas, com remuneração e distribuição de

carga horária justas, segurança no ambiente, prevenção de acidentes e de doenças relacionados ao trabalho e promoção de cuidados individuais e coletivos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E1-0017

Conteúdo: Valorizando as pessoas trabalhadoras nos serviços de comunicação pública, em consonância com a política nacional de Estado de comunicação pública do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como um dos pilares o combate à desinformação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E1-0281

Conteúdo: Instituir ações para valorização das pessoas trabalhadoras dos serviços de comunicação, que atuam na área da saúde pública com investimentos em formação, remuneração adequada e incentivo ao reconhecimento profissional, em secretarias municipais, estaduais, além do Ministério da Saúde e outras instituições vinculadas ao SUS.

EIXO II - As novas relações de trabalho e a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

43 Diretrizes e 204 Propostas

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0048

Conteúdo: Garantindo proteção a todas as pessoas trabalhadoras, independentemente do vínculo empregatício formal ou informal, com enfrentamento às diversas formas de violência no trabalho, combatendo a precarização, assegurando salários justos e trabalho digno, com jornadas que respeitem a vida de todas as pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0005

Conteúdo: Criar uma lei nacional de proteção e integração aos trabalhadores e às trabalhadoras migrantes e imigrantes, que responsabilize os contratantes.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0128

Conteúdo: Ampliação dos Cerests e criação de um serviço voltado para as pessoas trabalhadoras de aplicativo, a fim de mitigar a precarização da função exercida pelas pessoas trabalhadoras e promovendo a equidade nos ambientes laborais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0299

Conteúdo: Estabelecer o Comitê do Ministério da Saúde conjuntamente com o MTE, Previdência Social e todos os Ministérios afins para estudos, medidas, portarias e Normas Regulamentadoras de saúde para o trabalho digno e saudável no uso das novas tecnologias. Adequar as NR da Saúde no teletrabalho, criando instrumentos que assegurem pausas obrigatórias, ergonomia adequada, apoio psicológico e direito à desconexão. Implementando ferramentas de monitoramento dos impactos dessas modalidades, criando canais permanentes de diálogo com as pessoas trabalhadoras. Combater a precarização, assegurando salários justos e jornadas que respeitem a vida de todas as pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0319

Conteúdo: Identificar, avaliar e enfrentar os processos de precarização do trabalho no serviço público e privado, nas três esferas, tais como insegurança no trabalho, empregos instáveis, pejetização, terceirização de serviços essenciais, informais, com longas jornadas e mal remunerados.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0362

Conteúdo: Resgatar a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, e nesse sentido, exigir o fim da escala de trabalho 6x1 e toda a forma de precarização do trabalho, extinguindo os contratos de trabalho por pessoa jurídica (pejetização), pois este regime contratual não garante direitos trabalhistas e adoecce fisicamente e mentalmente a classe trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0370

Conteúdo: Articular a implementação no próximo plano safra o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA) para proteção à saúde. Incorporando o PRONARA no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), a fim de articular políticas públicas que restrinjam a produção, comercialização e uso de agrotóxicos, promovendo a transição para projetos produtivos sustentáveis e de base agroecológica.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0371

Conteúdo: Implementar a redução da escala 6x1 para 5x2 ou 4x3 e garantir os direitos trabalhistas e da saúde do trabalhador e da trabalhadora na diversidade das formas de trabalho na ruralidade brasileira, por meio do provimento de pessoas trabalhadoras para o SUS, com formação apropriada, educação permanente/continuada e plano de carreira, para garantir a longitudinalidade do cuidado com as populações do campo, floresta e água.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0373

Conteúdo: Enfrentar o avanço do adoecimento psíquico causado por metas excessivas e uso inadequado de tecnologias com exigência de regulamentação dos vínculos, garantia de direitos, enfrentamento da Síndrome de Burnout e a criação de núcleos de cuidado coletivo, com políticas preventivas e responsabilização das instituições, reconhecendo os pós-graduandos como pessoas trabalhadoras da ciência, superando a lógica filantrópica para a valorização profissional com direitos trabalhistas, condições dignas de estudo e de pesquisa, e valorização profissional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0376

Conteúdo: Defender a jornada de 30 a 36 horas semanais, sem diminuição salarial, enfrentando o modelo exaustivo da escala 6x1, o avanço das terceirizações e os impactos do teto de gastos, fortalecimento do trabalho decente e os investimentos da saúde pública e da proteção social, estabelecendo limite máximo de cinco dias de atividade com dois de descanso, em conformidade com a NR 01, priorizando o cuidado com a saúde mental e no caso das Residências em Saúde,

garantir a diminuição da carga de 60 para 44 horas semanais, sem prejuízo no valor das bolsas, assegurando sua inclusão na Política Nacional de Residências.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0423

Conteúdo: Articular ações do Ministério da Saúde com os Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social, para o desenvolvimento de um programa de transferência de renda, para garantir afastamento para tratamento de saúde das pessoas trabalhadoras plataformizadas, informais, da economia popular e não regulamentados.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0448

Conteúdo: Reconhecer formalmente a diversidade de vínculos profissionais existentes (servidores, celetistas, terceirizados, bolsistas e outros) e prezar pela valorização de cada tipo, garantindo direitos funcionais evidentes e transparentes, como equiparação salarial, promoção de bem-estar (alimentação, cultura e lazer). Priorizar a contratação de pessoas trabalhadoras em vínculos regularizados e normatizados, respeitando as políticas de ações afirmativas. Rever a estrutura física e organizacional do trabalho, com a disponibilização de equipamentos de proteção individual, visto que um ambiente que protege os direitos das pessoas trabalhadoras é um ambiente que favorece a saúde de sua força de trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0091

Conteúdo: Adaptando as Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora às novas dinâmicas do mundo do trabalho, na formulação e implementação das Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora promovendo a proteção e a valorização da pessoa trabalhadora, garantindo os direitos trabalhistas universais, com equidade nas condições de trabalho, remuneração justa, carga horária que garanta a dignidade da pessoa trabalhadora, implementando a NR 01 e revogando LF 13.467/2017 e a PEC 103/2019.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0064

Conteúdo: Criar carreira única interfederativa para todas as pessoas trabalhadoras do SUS, através de concurso público, regime jurídico único e pisos e carreiras, garantidos por Emenda à Constituição e legislação específica.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0164

Conteúdo: Estabelecer diretrizes que reforçam a fiscalização e adaptações em atendimento à NR 01 para assegurar condições de saúde e segurança no trabalho: proporcionar condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho, adotando ações de prevenção de acidentes, de doenças relacionadas ao trabalho e de demais riscos laborais e biopsicossociais; assegurar que todas as pessoas trabalhadoras sejam informadas sobre os riscos existentes em suas atividades e sobre as respectivas medidas de prevenção, de forma clara, acessível e contínua; criar observatório de condições de segurança que divulgue boas práticas e soluções implementadas pelas organizações; criar canal de denúncia ou divulgar existente.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0185

Conteúdo: Revisar a legislação trabalhista e desenvolver políticas públicas intersetoriais que promovam a formalização progressiva das pessoas trabalhadoras informais, assegurando a universalização dos direitos trabalhistas e sua inclusão nas ações e programas de saúde, com foco na proteção social, equidade e justiça social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0205

Conteúdo: Ampliar o horário de funcionamento de unidades básicas de saúde para incluir turnos noturnos, principalmente em áreas com alta concentração de pessoas trabalhadoras em turnos alternativos com equipe multidisciplinar capacitada para atuar em horários estendidos, estabelecendo parcerias com empresas e sindicatos para identificar demandas específicas de horários, monitorar o fluxo de atendimentos noturnos para ajustar a oferta conforme a necessidade da população, assegurando infraestrutura adequada e segurança para profissionais e usuários no turno da noite nesses serviços.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0206

Conteúdo: Criar sistema nacional para a inclusão de mulheres, negros e LGBTI+ no mercado de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0254

Conteúdo: Reverter todos os processos de privatização no SUS, entre eles as concessões das gestões de hospitais, unidades de saúde da família e demais serviços do SUS, sejam por meio de empresas públicas de direito privado, organizações sociais de saúde (OSS), etc.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0262

Conteúdo: Combater a precarização do trabalho com espaços de debate sobre novas relações laborais, assédio, violência, discriminação, ética e condições dignas. Garantir remuneração adequada, saúde, lazer, escuta ativa, jornada de 30h semanais e piso salarial para todas as pessoas trabalhadoras da saúde. Ampliar a exigência dos PCMSOs, proteger o trabalhador informal, incluir profissionais nos Cerests para diagnóstico e recuperação de doenças ocupacionais, implantar programa de notificação de eventos sentinela e assegurar dimensionamento adequado.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0099

Conteúdo: Fortalecendo à vigilância em saúde com atuação intersetorial, viabilizando fluxo assistencial, formação profissional, monitoramento de agravos e financiamento permanentes e fortalecer os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Cerests) com especialistas em saúde do trabalho, combatendo a precarização das relações de trabalho, construindo e instrumentalizando a elaboração de políticas públicas para as pessoas trabalhadoras, promovendo a sua saúde integral, com leis que assegurem concursos, carreiras e adaptação às novas formas de trabalho como o home office.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0210

Conteúdo: Disponibilizar Atendimento Domiciliar da Equipe Multiprofissional de Saúde (ADAPS), composta por fisioterapeuta, psicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, farmacêutico, enfermagem, além de médico, com veículo equipado para prestar serviços de

prevenção e cuidados básicos às pessoas com deficiência, idosas e seus cuidadores e cuidadoras nas áreas rurais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0211

Conteúdo: Estimular, na prática de ensino, a intersetorialidade e a educação permanente entre os Cerests, a Atenção Primária à Saúde (APS) e os demais níveis de atenção, fortalecendo a comunicação entre esses serviços e ampliando a oferta de estágios eletivos nas residências em saúde. Garantir à equipe mínima os recursos financeiros e estruturais necessários, considerando a potencialidade da fiscalização para seu pleno funcionamento. Ampliar a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renatt), articulando com o governo federal a criação de novos Centros de Referência, com profissionais de carreira, estrutura adequada para atendimento, incentivo à pesquisa e estudos epidemiológicos, além da implementação de um centro nacional de denúncias sobre violações de direitos trabalhistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0212

Conteúdo: Ampliar e garantir financiamento regular e específico para as ações de vigilância em saúde da trabalhadora e do trabalhador, assegurando sua estruturação, continuidade e divulgação qualificada, por meio de mídias oficiais e redes sociais, bem como promover reconhecimento a boas práticas institucionais com a criação de selo empresa saudável, para os setores público e privado.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0213

Conteúdo: Desenvolver e implementar ferramentas digitais acessíveis, como aplicativos e plataformas seguras, que possibilitem às pessoas trabalhadoras, o relato direto de condições inadequadas de trabalho e doenças ocupacionais, ampliando a transparência, o controle social e o protagonismo da(o)s mesma(o)s na proteção de sua saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0214

Conteúdo: Promover a valorização do trabalho por meio da redução da jornada semanal para 40 horas nos programas de residência, transição do regime 6x1 para 5x2, implantação da jornada

de 30 horas para profissionais de saúde, revogação da reforma trabalhista, combate à terceirização e institucionalização de um programa nacional de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0327

Conteúdo: Garantir e fomentar a implantação de Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerests) regionalizados em todo território nacional e fortalecer a Política de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, por meio da Renastt, fortalecendo as Visats, para combater os assédios moral e sexual, com destaque a NR1, como forma de redução dos impactos na saúde mental, da precarização das condições em todos os ambientes de trabalho, formal e informal, a fim de que, as pessoas trabalhadoras sejam assistidas em todos os aspectos, de acordo com diagnósticos e condições de agravos em seus ambientes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0408

Conteúdo: Reivindicar a estruturação de forma efetiva do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, Cerest, através de Concurso Público, mantendo profissionais capacitados e em quantidade suficiente.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0101

Conteúdo: Extinguindo a Escala 6x1, articulando ações do setor saúde com a previdência social, no sentido de estabelecer diálogo, cooperação e respeito às competências de cada setor, combatendo a intensificação do trabalho, a instabilidade contratual e a falta de reconhecimento profissional que contribuem para o aumento do estresse, do esgotamento físico e mental.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0030

Conteúdo: Revogar a Reforma Trabalhista e fim da escala 6x1. Restabelecer condições laborais mais justas, promovendo ambientes de trabalho dignos e sustentáveis, com proteção aos direitos de pessoas trabalhadoras reduzir a jornada para 30 horas semanais e/ou jornada de 4x3 sem redução de salários à todas as pessoas trabalhadoras da iniciativa privada e pública com intuito de melhorar as condições físicas e mentais da classe trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0215

Conteúdo: Garantir a redução da jornada de trabalho, com o fim da escala 6x1, sem redução salarial e com a preservação dos direitos previdenciários e trabalhistas. Buscar meios para sua implementação também nas novas formas de trabalho, assegurando condições salariais e carga horária adequadas. Regulamentar essas novas relações laborais, além de estimular o uso das redes para a educação popular e o fortalecimento do controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0255

Conteúdo: Reduzir a carga horária para 30 horas semanais, com o fim da escala 6x1, e garantir piso salarial para todas as categorias profissionais. Mobilizar esforços em todo o país para pautar e aprovar a PEC 8/2025, que propõe a adoção da jornada de quatro dias por semana, promovendo uma nova organização do trabalho no Brasil. Revisar a Lei Previdenciária para assegurar condições laborais mais justas e compatíveis com o bem-estar físico e mental das pessoas trabalhadoras, fortalecendo direitos e melhorando a qualidade de vida da classe trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0320

Conteúdo: Incentivar medidas para fim da escala 6x1, buscando as 30 horas semanais de trabalho para todas as pessoas trabalhadoras, garantindo direitos trabalhistas e sociais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0118

Conteúdo: Contendo a precarização do trabalho formal e garantindo os direitos das pessoas trabalhadoras informais, enfrentando as fraudes trabalhistas nas políticas de terceirização das empresas que comprometem a dignidade, geram insegurança de emprego, degradam as relações laborais e limitam a proteção social. É essencial desenvolver estratégias voltadas à eliminação dos riscos psicossociais nos ambientes de trabalho, assegurando saúde, segurança e bem-estar em todos os níveis de atenção. Isso implica garantir condições adequadas, suporte

psicossocial, respeito às especificidades regionais e a inclusão dessas ações nos planos de saúde das três esferas de gestão.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0330

Conteúdo: Reduzir jornadas e combater a precarização. Defender a jornada de 30 a 36 horas semanais sem redução de salário. Combater o modelo exaustivo da escala 6x1, o avanço das terceirizações e os cortes do teto de gastos, fortalecendo o trabalho decente e os investimentos em saúde e proteção social.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0119

Conteúdo: Reconhecendo a Síndrome de Burnout, o assédio moral e o assédio sexual como doenças relacionadas aos trabalhos laborais, implementando estratégias de manejo no âmbito dos serviços de saúde e melhoria das condições e ambientes de trabalho, obrigando os empregadores e as empresas a oferecerem apoio psicológico adequado às pessoas trabalhadoras, fomentando iniciativas de promoção da saúde mental, incluindo a redução da jornada de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0068

Conteúdo: Garantir condições dignas e seguras de trabalho para todas as categorias profissionais, mediante a identificação dos riscos e agravos à saúde, promovendo ações de prevenção e promoção da saúde, com a efetiva participação das pessoas trabalhadoras, nos processos de identificação de riscos, formulação e controle das políticas públicas de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0227

Conteúdo: Fortalecer as políticas de saúde mental e apoio psicológico, com a criação de programas de acompanhamento psicológico e psiquiátrico para todas as pessoas trabalhadoras, considerando a sobrecarga emocional e física, e formação de grupos de apoio e redes de acolhimento para toda(o)s a(o)s profissionais que enfrentam desafios no ambiente de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0343

Conteúdo: Promover a saúde física e mental, com protocolos de atenção psicossocial, suporte psicológico e psiquiátrico, prevenção ao estresse e à Síndrome de Burnout e reivindicar a institucionalização de políticas de prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, nos ambientes de trabalho, presenciais ou virtuais, bem como fortalecer a mesa de negociação do SUS para as pessoas trabalhadoras da saúde.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0124

Conteúdo: Implantando ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora, embasado na NR-1, NR-32 e Lei 8.213/91, reforçando os princípios do SUS, criando no DigiSUS plataforma digital cooperativa com dados e direitos. Garantindo participação ativa nos conselhos de saúde e políticas de proteção à saúde mental, fortalecendo o controle social e o bem-estar no trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0326

Conteúdo: Tornar obrigatório a capacitação e prover Educação Permanente em Saúde continuada e permanente para os/as pessoas conselheiras nas três esferas de governo. Promovendo a qualificação e o fortalecimento do controle social (Conselho de Saúde e Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - CISTT) para atuação nos setores de competência. Assegurar que o CNS/CES acompanhe e divulgue os relatórios das conferências municipais da saúde do trabalhador e da trabalhadora, na implantação dos planos municipais de saúde para o fortalecimento a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0338

Conteúdo: Implementar núcleos de acolhimento psicossocial nos ambientes de trabalho, com entrada pela Atenção Básica e readequação das equipes, incluindo psicólogo e assistente social, para atendimentos individuais e em grupo. Fortalecendo os Cerest's para o matriciamento, campanhas e supervisão das ações; desenvolver no DigiSUS plataforma para triagem, agendamento e monitoramento; capacitar pessoas gestoras para identificar adoecimento

psíquico e liderando com empatia; garantir a participação das pessoas trabalhadoras nos conselhos de saúde, financiados via repasses federais pelo Fundo Nacional de Saúde, com pactuação tripartite.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0132

Conteúdo: Combatendo a precarização e a informalização das relações de trabalho, fomentando o diálogo social e a negociação coletiva para enfrentar questões de saúde e segurança nas novas formas de trabalho, a desvalorização da profissão e a falta de investimentos, que comprometem a qualidade do cuidado e a efetividade das ações de promoção da saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0250

Conteúdo: Criar, implantar e implementar política de desprecarização dos vínculos empregatícios e priorização dos vínculos de trabalho não-terceirizados.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0257

Conteúdo: Reconhecer o tempo de serviço em fronteiras como tempo especial, como contagem diferenciada para aposentadoria e estímulo a permanência (bônus por tempo de permanência em fronteira). Implementar incentivos e isenção fiscal para profissionais de serviços essenciais em área de difícil acesso a fim de incentivar a fixação desses profissionais em áreas que historicamente são de difícil fixação por falta de estrutura e atrativos do município, para que esses profissionais qualificados não fiquem apenas em grandes centros.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0134

Conteúdo: Fortalecendo o SUS com financiamento sustentado e atuação integrada, enfrentando a precarização do trabalho e a desproteção social, assegurando a identificação e

redução de danos à saúde, relacionados ao trabalho, com vigilância de novos agravos; reformulando a reforma trabalhista para garantir trabalho digno, protegido e saudável, regulamentando as novas formas de exploração; promovendo ambientes laborais seguros e saudáveis, com enfrentamento ao assédio, combate à violência nas escolas e fortalecimento das CIPAs como espaços de escuta e acolhimento.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0028

Conteúdo: Revogar todas as medidas que limitam os investimentos em saúde como a emenda 95 e o novo arcabouço fiscal.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0253

Conteúdo: Ampliar e instrumentalizar a capacidade do SUS para que a PNSTT contemple todas as pessoas trabalhadoras, priorizando pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como aqueles inseridos em atividades ou em relações informais e precárias de trabalho, em atividades de maior risco para a saúde, submetidas a formas nocivas de discriminação ou ao trabalho infantil, visando superar as desigualdades sociais, de saúde e buscar a equidade na atenção, os quais devem ser identificados e definidos a partir da análise da situação de saúde e da discussão com a comunidade, pessoas trabalhadoras e outros atores sociais de interesse à STT, considerando-se suas especificidades e singularidades culturais e sociais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0428

Conteúdo: Garantir 100% de aumento dos recursos destinados às políticas públicas de saúde do trabalhador e trabalhadora no serviço público e privado, criar um portal nacional integrado de controle social (federal, estadual e municipal) para assegurar a transparência e fortalecer a participação da sociedade nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0077

Conteúdo: Defendendo o trabalho decente, com direitos, equidade e liberdade sindical, combatendo a precarização e construindo ambientes justos, promovendo a cidadania, dignidade e acesso à saúde para população trabalhadora, independente da inserção no mercado de

trabalho, vínculo trabalhista (formal ou informal, terceirizados, plataformizados, não-regulamentados).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0046

Conteúdo: Regular as novas modalidades de trabalho - como teletrabalho, trabalho por aplicativos, híbridos, remotos, autônomos, informais, ambulantes e contratados - com diretrizes evidentes que assegurem a segurança, a jornada justa, o fornecimento de EPI's, a participação de pessoas trabalhadoras e dos sindicatos nas negociações que incluam as pautas de plano de carreira, acesso à formação, ressarcimento por perdas em casos de acidente de trabalho, ergonomia, suporte psicossocial, seguridade social, direitos trabalhistas e fiscalização contínua para garantir o cumprimento das normas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0135

Conteúdo: Garantir a equidade de direitos ao acesso das pessoas trabalhadoras à Rede de Atenção Integral do SUS, em face às novas relações e agravos laborais em situações vulneráveis de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0332

Conteúdo: Assegurar isonomia para licença maternidade da pessoa trabalhadora, garantindo os 180 dias para todas as puérperas, com estabilidade profissional por igual período.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0415

Conteúdo: Implementar ações conjuntas entre o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Justiça, que o MS intervenha para assegurar a participação das pessoas trabalhadoras na criação de uma legislação de responsabilização das plataformas de aplicativos em relação à proteção e segurança no trabalho, assim como para a criação de pontos de apoio específicos para as pessoas trabalhadoras, incluindo a participação destas nas mesas de negociação sobre plataformização do trabalho, em cenários de propostas e regulamentação para a categoria.

Tipo: Diretriz - trabalho digno e decente e modo de produção

Código: D-N-CSL-E2-0026

Conteúdo: Fortalecendo as relações de trabalho para mitigar a precarização e enfrentar ataques à dignidade, à insegurança empregatícia, jornadas prolongadas, vínculos intermitentes, condições perigosas, insalubres e penosas, bem como a exposição à violência social, os impactos da crise climática e a insuficiente proteção social. Ampliando iniciativas de reconhecimento e valorização da pessoa pós-graduanda enquanto pessoa trabalhadora em qualificação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0049

Conteúdo: Fortalecer, de forma permanente, nos ambientes laborais, as práticas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), por meio de treinamentos, workshops, grupos de estudos e ferramentas tecnológicas sobre gerenciamento de riscos ocupacionais, para desenvolvimento de políticas públicas de acesso à comunicação e informação às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0050

Conteúdo: Atualizar a NR 32 e NR 15, em relação aos riscos biológicos e químicos, para que possa contemplar as pessoas trabalhadoras destas áreas de atuação junto ao pagamento do adicional de insalubridade, em especial na área da saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0192

Conteúdo: Revisar e adequar as regulamentações às novas formas de práticas laborais, de forma intersetorial e com articulação nas três esferas de governo. Isso será feito através do estabelecimento de normativas gerais e específicas, visando assegurar condições de trabalho salubres, seguras e dignas. O objetivo é reduzir a precariedade dos vínculos trabalhistas e garantir o cumprimento efetivo da seguridade social para pessoas trabalhadoras formais e informais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0194

Conteúdo: Garantir, por meio das três esferas de governo, a implantação de uma política de informação, divulgação e educação permanente sobre os direitos e deveres das pessoas trabalhadoras, dentro das políticas públicas, que façam interface com a saúde da trabalhadora e do trabalhador, fortalecendo entre estas a intersetorialidade, principalmente para que atinjam as pessoas trabalhadoras na informalidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0264

Conteúdo: Criar e implementar o Cerest por região de saúde, contemplando os municípios de fronteira.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0331

Conteúdo: Combater a violência nas escolas com profissionais da educação onde se observam, enfrentam agressões físicas e simbólicas. É urgente criar redes de apoio nas escolas, com psicólogos/as, assistentes sociais e estruturas que promovam ambientes escolares seguros, respeitosos e que valorizem as pessoas trabalhadoras da educação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0361

Conteúdo: Perseguir a revogação das Reformas Trabalhista e o resgate do caráter público da Previdência Social, com: a) criação de grupo de parlamentares, sindicatos e juristas para formular propostas que alterem a CLT, quanto à democratização dos locais de trabalho, à regulamentação da jornada, à terceirização, à segurança empregatícia, ao direito de recusa ao trabalho perigoso e ao direito à inviolabilidade de seu corpo, que atualmente é usado como indicador da qualidade do ambiente por meio de exames de sangue e urina; b) formação de grupo intersetorial junto com a Previdência Social, para corrigir o afunilamento do acesso ao sistema e a subnotificação.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0080

Conteúdo: Combatendo o assédio moral, sexual e eleitoral nos ambientes de trabalho, aplicando as leis previstas no Código Penal, impondo penalidades às empresas e órgãos públicos que permitirem tais práticas - com exigência de que o ônus da prova recaia sobre a pessoa assediadora - e ratificando a convenção 190 da OIT que versa sobre a temática.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0199

Conteúdo: Implementar obrigatoriamente programas de promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, com atenção especial ao combate do assédio moral e sexual. Implementar políticas públicas de prevenção de acidentes de trabalho com foco em setores de maiores riscos, como serviço de entrega (delivery) construção civil, agricultura e indústria, garantindo a fiscalização mais rigorosa e campanhas de conscientização.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0265

Conteúdo: Fortalecer as CIPAs no combate aos assédios, para que as CIPAs atuem como espaços permanentes de escuta, acolhimento e mediação de conflitos entre os assediadores e as empresas. É necessário garantir sua autonomia, formação contínua e presença em todos os locais de trabalho, a fim de enfrentar não somente os acidentes físicos, mas também as violências e riscos psicossociais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0279

Conteúdo: Implementar ações voltadas à saúde mental, reconhecendo os impactos das novas formas de organização do trabalho, como o remoto e a precarização, sobre o bem-estar emocional, incluindo o fim do uso de tecnologias como instrumento de vigilância e controle, a exemplo de mensagens por redes sociais, e-mails e monitoramento da jornada, com objetivo de reduzir casos de estresse, Síndrome de Burnout, suicídio e outros agravos, assegurando acesso a atendimentos presenciais, virtuais e por canais acessíveis, garantindo acompanhamento contínuo e acolhedor para pessoas trabalhadoras em geral e LGBTQI+ vítimas de assédio e violências no ambiente laboral, com oferta de serviços de suporte emocional, psicológico e psicossocial efetivos de promoção do cuidado e prevenção do adoecimento.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0298

Conteúdo: Garantir o enfrentamento às diversas formas de violência no trabalho, com participação das pessoas trabalhadoras, por meio de políticas públicas que combatam o assédio moral e sexual, o racismo, a discriminação de gênero, que respeitem à orientação sexual e religiosa. Criando canais de denúncia protegidos e comissões de enfrentamento às violências, promovendo ambientes de trabalho seguros e inclusivos, considerando as novas relações de trabalho, com condições dignas e saudáveis, justiça social e respeito às diversidades no mundo do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0377

Conteúdo: Garantir políticas contra assédio moral, sexual e discriminação nos ambientes presenciais e virtuais de trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0086

Conteúdo: Atuando na promoção de ambientes de trabalho seguros, saudáveis, sustentáveis, inclusivos e acolhedores, garantindo condições dignas de trabalho, com respeito aos direitos humanos e trabalhistas, com salários justos e jornadas adequadas, prevenindo riscos ambientais, psicossociais e adoecimento psíquico, protegendo a saúde das pessoas trabalhadoras, com apoio à escuta ativa e gestão participativa com entidades de classe, independentemente dos vínculos empregatícios e/ou atuação no mercado de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0038

Conteúdo: Fortalecer espaços de diálogos com as pessoas trabalhadoras, desde o seu lugar de moradia/comunidade, incluindo as novas relações de trabalho, na luta pelo seu direito humano.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0039

Conteúdo: Desenvolver programas de promoção, prevenção e assistência à saúde em ambientes de trabalho com estratégias para: combater assédios e outras violências; reduzir

adoecimentos; promover proteção da vida e integridade física e psíquica, incluindo prevenção/pósvenção de suicídio. As estratégias devem ser humanizadas e participativas (envolvendo pessoas trabalhadoras). Recomenda-se a inclusão obrigatória de psicóloga/os em equipes multiprofissionais para avaliação dos riscos psicossociais e letramento de pessoas gestoras em saúde mental no trabalho, buscando reduzir estigmas e fomentar políticas que valorizem a complexidade humana, inclusão e diversidade na contratação e formação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0040

Conteúdo: Tornar constitucional, de forma efetiva, o adicional de insalubridade a todo e qualquer profissional, proporcional ao grau de periculosidade, usando como base as NRS, para garantir os direitos trabalhistas com condições dignas de trabalho, a revisão do tempo de contribuição, a redução da carga horária e validação dos pisos salariais, inclusive revogando a PEC 95.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0061

Conteúdo: Promover a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida, por meio da criação de ambientes laborais mais seguros e saudáveis, assegurando o tempo adequado para descanso e recuperação das pessoas trabalhadoras. De forma a implantar políticas de saúde mental no trabalho conforme NR 01 (jornada, apoio psicológico, fluxos de cuidado).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0200

Conteúdo: Reforçar a atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédios (CIPA) para incluir a prevenção e combate ao assédio moral e psicológico no ambiente de trabalho, bem como assegurar aos cipeiros a rescisão contratual com a garantia de direitos trabalhistas em casos de assédio moral e ócio forçado contra os cipeiros.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0201

Conteúdo: Promover a regulamentação de protocolos de atenção à saúde do trabalhador e da trabalhadora no SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0202

Conteúdo: Implementar observatório nacional, com respectivas representações no estado e municípios, da saúde do trabalhador e da trabalhadora, ampliar o sistema de Vigilância de Saúde do Trabalhador (Visat) para conhecimento de toda a rede de saúde, tanto privada quanto pública, que possibilite a identificação e análise dos riscos ocupacionais, bem como a notificação e investigação de acidentes e doenças ocupacionais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0203

Conteúdo: Alterar a CLT para jornada de trabalho de 4x3 e alternativas, como teletrabalho, com diretrizes nítidas de acessibilidade, suporte técnico e financeiro para tecnologias assistivas, assim como em setores emergentes, como o da economia digital. Garantir adequação de ambientes de trabalho, programas de prevenção a acidentes e doenças ocupacionais voltados às especificidades de PcD e políticas de desenvolvimento de carreira. Se necessário, flexibilizar jornadas e adotar trabalho remoto, assegurando infraestrutura, monitoramento das condições de trabalho, cumprimento de direitos trabalhistas e promoção da saúde, especialmente a mental, prevenindo isolamento e oferecendo suporte psicológico.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0258

Conteúdo: Monitorar o cumprimento das normas regulamentadoras (NRs) e assegurar a proteção dos direitos previdenciários e trabalhistas de todas as pessoas trabalhadoras independente do vínculo empregatício (CLT e estatutário) ou relação de trabalho, com foco na promoção de saúde, segurança e qualidade na vida da pessoa trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0289

Conteúdo: Garantir proteção especial às pessoas trabalhadoras expostas aos efeitos das mudanças climáticas, especialmente às altas temperaturas e chuvas intensas, permitindo a redução da jornada para quem exerce atividades a céu aberto, assegurando também acesso a locais de descanso com conforto térmico e garantir o direito de interrupção das atividades sem prejuízo, inclusive as que exercem sua atividade na informalidade, assegurando benefício compensatório nos moldes do seguro defeso que é concedido aos que vivem da pesca, possibilitando condições mínimas de subsistência, além de ampliar a cobertura do SUS em áreas

rurais e periféricas, onde os efeitos da crise climática são mais severos, garantindo acesso à saúde e proteção frente às vulnerabilidades ambientais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0384

Conteúdo: Alinhar as diretrizes e normas da Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) na prevenção, proteção, promoção, recuperação da saúde e melhoria da qualidade de vida nas novas relações de trabalho, com ênfase nos agravos psicossociais, considerando as mudanças climáticas, práticas laborais sustentáveis, adaptativas e resilientes.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0044

Conteúdo: Promovendo o trabalho decente, com direitos, equidade e liberdade sindical, mediante a adoção de políticas públicas e fiscalização integrada, que combatam a exploração, a precarização e a informalização do trabalho, reduzam jornadas abusivas e reconheçam desigualdades estruturais de raça, gênero e classe, os impactos da crise climática e da insuficiente proteção social no mundo do trabalho, com financiamento adequado, controle social, reconhecimento de boas práticas, e uso de tecnologias que promovam a saúde e os direitos da classe trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0067

Conteúdo: Fortalecer a atuação sindical para a valorização das pessoas trabalhadoras, tendo os focos nas políticas de saúde e deste modo, no monitoramento das condições de trabalho, assegurando presença ativa nos ambientes laborais, especialmente nas fábricas. Intensificando a fiscalização de lesões relacionadas ao trabalho, em especial, diante dos desafios impostos pelo avanço do neoliberalismo e da desinformação, que exige dos sindicatos o investimento em estratégias de sustentabilidade, comunicação eficaz e engajamento digital, reconhecendo os impactos psicossociais das relações de trabalho, promovendo espaços de escuta qualificada e comunicação horizontal, e a contratação de profissionais especializada(o)s na saúde mental para a garantia do diagnóstico e a mitigação de riscos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0179

Conteúdo: Lutar pela revogação da Reforma Trabalhista e pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, com articulação entre as pessoas trabalhadoras e suas diferentes organizações (sindicatos, movimentos sociais, comissões, comitês, grupos, coletivos, associações, entre outras), os serviços de saúde, os órgãos públicos de proteção à saúde, os partidos políticos, os parlamentares e demais organizações da sociedade civil.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0329

Conteúdo: Aprofundar, na Política Nacional de Saúde do Trabalhador/a, o reconhecimento do legado da escravidão e o combate às desigualdades raciais levando em consideração o histórico de exploração da população negra, bem como a implementação das ações afirmativas que garantam saúde, segurança e equidade no mercado de trabalho para pessoas negras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0391

Conteúdo: Ampliar e instrumentalizar a capacidade do SUS para garantir a efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), ampliando a participação da comunidade, da classe trabalhadora e do controle social na formulação, planejamento e execução de políticas e ações em saúde do trabalhador e da trabalhadora, com atenção às transformações no mundo do trabalho, às mudanças nos processos produtivos, à organização sindical e ao crescimento da informalidade e da precarização, assegurando a inclusão de representações de categorias historicamente marginalizadas, como pessoas trabalhadoras da economia informal, agricultura familiar, pescadores, comunidades tradicionais, sem-terra, quilombolas, autônomos e demais segmentos, conforme previsto na Lei nº 8.080/90.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0411

Conteúdo: Monitoramento contínuo das regiões em situação de crise ou colapso climático, com atenção aos impactos sobre as condições de trabalho, perda de renda e barreiras de acesso à saúde. Essas informações devem subsidiar a formulação de planos emergenciais de garantia do direito à saúde e à renda em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Assim como, a identificação, notificação e acolhimento de casos de intoxicação por agrotóxicos e metais pesados. Deve-se garantir o correto preenchimento do Sistema de Informação de Agravos de

Notificação (SINAN), o encaminhamento apropriado para exames e a adoção de protocolos clínicos para tratamento dos pacientes expostos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0127

Conteúdo: Assegurando trabalho digno no SUS por meio de vínculos empregatícios de natureza pública, com garantia de estabilidade, condições justas de trabalho e valorização das pessoas trabalhadoras da saúde em todas as esferas da federação, garantindo a saúde e os direitos frente às novas relações de trabalho, combatendo a precarização, assegurando proteção social e regulamentação adequada, além de incluir os estudantes da saúde na formulação de políticas voltadas à valorização da força de trabalho e ao enfrentamento das novas formas de exploração laboral.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0186

Conteúdo: Garantir a realização de concursos públicos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e da carreira pública de Estado para pessoal do SUS e contra todas as formas de precarização do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0240

Conteúdo: Promover estudos para estruturar os serviços de saúde e dimensionamento das equipes de pessoas trabalhadoras do SUS, de forma a verificar o vazio sanitário de atendimentos para melhor atender as pessoas usuárias no território, e diminuindo a sobrecarga de trabalho (física e mental) das equipes.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0241

Conteúdo: Ampliar e garantir a sustentabilidade de espaços de prática de estágio e residência a partir do olhar da Educação Física no SUS, de forma a garantir a expertise desta (e)s profissionais em benefício da Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador no território.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0242

Conteúdo: Criar o cargo/função única de Auditor Nacional do SUS com atuação no SNA nos três níveis de governo, com responsabilidades definidas e financiamento tripartite, incentivando a interiorização.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0243

Conteúdo: Fomentar a criação e implantação de Lei que garanta a carga horária dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e da rede privada em uma jornada de trabalho de no máximo 30 horas semanais, sem prejuízo e redução salarial, com construção e implementação de Plano de Cargos Carreiras e Salários, exclusivo, às pessoas trabalhadoras de saúde, bem como a revogação da última Lei da Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467/2017), quanto a carga horária de trabalho, garantindo desta forma uma melhor qualidade de vida às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0244

Conteúdo: Criar espaços de lazer, inclusão, expressão, convivência e acolhimento para os profissionais da saúde. Instituir a carreira única no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com estrutura salarial, progressão e planos de cargos unificados, garantindo valorização, estabilidade e desenvolvimento profissional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0256

Conteúdo: Criar um marco regulatório que proteja as pessoas trabalhadoras e estudantes da saúde no SUS contra vínculos precários, incluindo estágios, residências e contratos intermitentes, garantindo direitos trabalhistas, acesso as políticas de saúde ocupacional e proteção contra a uberização do trabalho na saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0292

Conteúdo: Garantir a realização periódica de concursos públicos como mecanismo preferencial de ingresso no serviço público, assegurando processos seletivos baseados na transparência, equidade e no provimento eficiente das vagas existentes, com vistas à valorização profissional, à estabilidade funcional e à qualificação dos serviços prestados à população, e instituir uma

carreira nacional estruturada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com plano de cargos, salários compatíveis, jornada regulamentada e vínculos empregatícios estáveis, promovendo a adoção de tecnologias que otimizem o trabalho sem implicar em sobrecarga para os profissionais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0042

Conteúdo: Identificando os impactos das novas relações de trabalho na saúde das pessoas trabalhadoras, considerando os desafios, oportunidades, processos de precarização e riscos psicossociais envolvidos, elaborando estratégias de proteção à saúde mental e física como direito humano, reconhecendo e valorizando o papel essencial e ético da Psicologia no enfrentamento da precarização do trabalho, como componente do esforço coletivo necessário para garantir direitos a todas às pessoas trabalhadoras, em oposição aos ataques à dignidade, insegurança empregatícia, jornadas prolongadas, vínculos intermitentes, condições perigosas, insalubres e penosas de trabalho, exposição à violência e aos assédios morais e sexuais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0008

Conteúdo: Instituir mecanismos de vigilância e proteção voltados à saúde mental e física das pessoas trabalhadoras e estudantes da área da saúde, priorizando a redução da sobrecarga, o combate ao assédio moral e institucional, a regulação do uso de tecnologias digitais no ambiente de trabalho e a ampliação do acesso a serviços de apoio psicológico e jurídico, fortalecendo as iniciativas psicossociais já existentes e criando novas ações voltadas ao bem-estar no contexto da modernização das relações de trabalho, com participação do Estado e da sociedade civil, para promover ambientes laborais saudáveis e com garantia de direitos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0034

Conteúdo: Qualificar psicólogos/os para atuar frente aos desafios sistêmicos e emergentes das novas relações de trabalho (privatizações, 4ª Revolução Industrial), garantindo sua inclusão em equipes multidisciplinares. Defender o espaço da Psicologia na formulação, execução e fiscalização de políticas de saúde do trabalhador e da trabalhadora, combatendo a instrumentalização e assegurando autonomia e reconhecimento de competência. Exigir a presença e habilitação de psicólogos/as em avaliações de riscos psicossociais e programas de

intervenção, atuando conforme o Código de Ética e com qualidade técnica para enfrentar a precarização do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0168

Conteúdo: Ampliar espaços de reflexão e intervenção nas organizações (públicas/privadas) sobre as diversas formas de violência e promoção da Saúde Mental frente às novas e antigas configurações do trabalho, com a contribuição de diferentes profissões a compor equipe multiprofissional como psicologia, serviço social, dentre outras, com intuito de transformar as relações de trabalho e a saúde do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0178

Conteúdo: Identificar e reconhecer os aspectos psicossociais do trabalho, observando processos, relações hierárquicas, formas de organização e gestão laborais promovendo comunicação horizontalizada com escutas recíprocas, mediante metodologias qualitativas, executadas por equipes multiprofissionais, em diálogo continuado com as pessoas trabalhadoras, suas experiências laborais e suas representações sindicais. É necessária também a obrigatoriedade legal de contratação de profissionais qualificados para reconhecer a associação entre trabalho e saúde mental nos diferentes locais e relações laborativas.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0049

Conteúdo: Ampliando o monitoramento dos impactos das novas relações de trabalho na saúde física e mental, por meio da notificação de adoecimentos relacionados ao trabalho em um sistema unificado de registro e acompanhamento pelo SUS, bem como a produção e divulgação popular dos agravos mais prevalentes.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0053

Conteúdo: Garantir a instalação de salas específicas para atividades coletivas e descanso, promovendo um ambiente digno e saudável que favoreça a desconexão e o bem-estar no trabalho, com a oferta de práticas integrativas de saúde. Além disso, assegurar ambientes de

trabalho adequados para mães, com creches e escolas próximas ao local de trabalho, facilitando a conciliação entre vida profissional e familiar.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0119

Conteúdo: Criar espaços específicos nos sistemas de notificação em saúde para o registro das condições relacionadas ao trabalho escravo, promovendo a interoperabilidade desses sistemas com outras bases de dados relevantes, como CadÚnico, Seguro Desemprego e Radar SIT, entre outros. Além disso, elaborar um fluxo integrado de atenção integral no SUS para pessoas em situação de trabalho escravo, que contemple ações de prevenção, cuidado integral e transversalidade entre as políticas e programas existentes, alinhado ao Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0336

Conteúdo: Desenvolver uma plataforma digital integrada ao SUS para reunir informações de saúde do trabalhador e da trabalhadora, incluindo dados de vigilância, direitos e acesso aos serviços, e a qual também possa permitir a notificação de acidentes de trabalho, com destaque para casos envolvendo profissionais com deficiência, especialmente quando relacionados à ausência de adaptações no ambiente laboral ou durante o percurso até o trabalho, objetivando fortalecer a prevenção, a transparência e a formulação de políticas públicas mais justas, inclusivas e efetivas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0344

Conteúdo: Promoção da Saúde Mental e do Bem-Estar nas Novas Dinâmicas de Trabalho. Estabelecer regulamentações específicas para o teletrabalho, com ênfase na proteção da saúde física e mental das pessoas trabalhadoras, garantindo a ergonomia, a redução do isolamento social e o enfrentamento do estresse digital.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0413

Conteúdo: Reconhecer juridicamente o residente em saúde como profissional e estudante, estando em uma especialização e atuando como trabalhador dentro do setor de saúde. Garantindo-lhes os direitos trabalhistas previstos em lei, sem prejuízo de sua categoria híbrida.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0082

Conteúdo: Reconhecendo as novas nas relações de trabalho e desenvolvendo estratégias de vigilância em saúde do trabalhador que contemplem as novas modalidades de emprego, combatam a precarização, regulamentem as plataformas digitais e mitiguem os impactos da 4ª Revolução Industrial, assegurando direitos e condições de trabalho para todos neste novo paradigma.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0023

Conteúdo: Garantir o acesso à saúde e a proteção social das pessoas trabalhadoras em aplicativos e nas novas modalidades de trabalho, responsabilizando as empresas, através da criação de Leis específicas que garantam assistência, renda e indenização das pessoas trabalhadoras e suas famílias, enquanto estiverem afastadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0100

Conteúdo: Garantir o repasse de recursos com uma linha específica de financiamento, com investimento anual destinado à execução de ações integrais previstas na Lei Orgânica do SUS, incluindo vigilância, assistência e promoção da saúde das pessoas trabalhadoras, com controle social em todos os municípios e assegurar que a União aplique 20% da receita bruta dos royalties do pré-sal, petroquímica e minerais no SUS, destinando 20% desse montante exclusivamente para a saúde da pessoa trabalhadora, para investimentos e capital nas ações de vigilância em saúde do trabalhador, tanto no âmbito municipal quanto estadual.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0166

Conteúdo: Promover ações de assistência em saúde para as pessoas trabalhadoras em situação de vulnerabilidade, tais como: pescadores e pescadoras, trabalhadores do campos, floresta e águas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0195

Conteúdo: Garantir meios de proteção às pessoas trabalhadoras que exercem sua função ficando expostas ao sol, principalmente no horário de verão, onde as temperaturas são mais altas, colocando em risco a saúde dos mesmos, por meio da redução e mudanças na escala salientando, que a carga horaria total será cumprida, porém em uma escala diferenciada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0360

Conteúdo: Garantir a saúde integral das trabalhadoras doulas por meio da regulamentação da profissão, valorização do cuidado como trabalho em saúde e promoção de condições dignas de trabalho, com enfoque em justiça social e equidade de gênero.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0368

Conteúdo: Regular as ocupações mediadas por plataformas digitais, assegurando proteção social, previdência, remuneração justa, cobertura contra acidentes e condições dignas, com fortalecimento da fiscalização e responsabilização das empresas pela saúde e segurança das pessoas trabalhadoras de aplicativos, como em serviços de entrega e transporte. Articular ações entre os Ministérios da Saúde, Trabalho, Previdência e Meio Ambiente para promover relações laborais seguras, com foco na prevenção de riscos psicossociais, metas abusivas, jornadas exaustivas, redução da carga horária sem corte salarial, fim da escala 6x1 e normatização da Inteligência Artificial, controlando algoritmos e sistemas de monitoramento que geram adoecimento, excesso de controle, invasão de privacidade e intensificação do trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0111

Conteúdo: Enfrentando a precarização nos setores público e privado por meio do combate à pejetização, terceirização e informalidade, promovendo a humanização das novas formas de relação laboral e assegurando o fortalecimento e a ampliação dos direitos conquistados

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0027

Conteúdo: Garantir que as pessoas trabalhadoras, do serviço público e privado, não percam benefícios, tais como: vale alimentação, vale transporte, assiduidade, dentre outros) ao se ausentarem do trabalho para tratamento da própria saúde, do cônjuge, dos filhos menores ou outro familiar dependente, mediante apresentação de atestado e declaração.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0261

Conteúdo: Articular ações integradas entre os Ministérios da Saúde, Trabalho e Emprego e Previdência Social com o objetivo de revisar os processos de agendamentos e de realização das perícias médicas, incluindo a regulamentação do uso da telemedicina quando pertinente, garantindo maior eficiência, acesso, qualidade e agilidade no atendimento aos trabalhadores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0403

Conteúdo: Instituir o vínculo empregatício de Regime Único do estado em todas as esferas da federação, por meio de concursos públicos e direitos trabalhistas conquistados nas mesas de negociação e nas leis trabalhistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0407

Conteúdo: Fortalecer a realização de concursos públicos para pessoas trabalhadoras da saúde como medida para reduzir a sobrecarga enfrentada por residentes, assegurando o limite de 44 horas semanais para todos os(as) profissionais, com a eliminação de jornadas excessivas e sem prejuízo à remuneração, promovendo o reconhecimento ético e profissional das pessoas em residência como pós-graduandas, com condições adequadas de formação e trabalho, e investir em políticas que estimulem o cooperativismo como alternativa de proteção frente aos desafios impostos pelas novas formas de relação do laboral.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0420

Conteúdo: Incluir nas políticas públicas a priorização da contratação de residentes egressos nos serviços do SUS, garantindo reserva de vagas específicas ou pontuação diferenciada em concursos públicos, reconhecendo a residência em saúde como título de pós-graduação lato sensu equivalente ao mestrado profissional em processos seletivos públicos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0112

Conteúdo: Regulamentando as novas formas de trabalho e promovendo uma discussão ampliada e crítica com a sociedade sobre seus impactos na saúde das pessoas trabalhadoras, além de fortalecer políticas voltadas ao cooperativismo como alternativa solidária de organização laboral, intensificando a fiscalização das condições de trabalho, garantindo a proteção dos direitos e a promoção de ambientes laborais dignos e saudáveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0036

Conteúdo: Promover políticas públicas que assegurem direitos e proteção social para todas as pessoas trabalhadoras frente às novas relações de trabalho, como expandir normas de segurança e saúde (NR 05/CIPA) ao serviço público; assegurar condições de trabalho e proteção social equivalentes no regime de home office; promover acesso à saúde e proteção social para as pessoas trabalhadoras de aplicativos e outras formas de trabalho plataformizado, com regulamentação; defender a redução da jornada de trabalho sem corte salarial, equilibrando vida profissional e pessoal; fortalecer ações de cuidado psicossocial e instituir protocolos intersetoriais adaptados às realidades atuais, com essencial contribuição da Psicologia.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0071

Conteúdo: Implementar políticas públicas de enfrentamento aos riscos à saúde das pessoas trabalhadoras, principalmente rurais, artesãos, pescadores, informais, autônomos, de vínculos precarizados e servidores, com ações permanentes de monitoramento em saúde, campanhas educativas, incentivo a boas práticas, ergonomia no ambiente de trabalho, uso de EPI's e acesso a exames e consultas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0220

Conteúdo: Assumir como responsabilidade da governança do Estado a necessidade de fomentar a implantação de plataformas estatais ou de cooperativas de pessoas trabalhadoras plataformizadas como uma estratégia para superar a uberização predatória do trabalho. Deve-se responsabilizar as plataformas pelo acidente, adoecimento e morte das pessoas trabalhadoras, considerando-os como violência ou violação dos direitos humanos. Além disso, devem ser instituídas formas de controle, e vigilância sobre estas formas novas de relações de trabalho, com controles efetivos sobre os dados para serem transformados em elementos de ação coletiva.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0113

Conteúdo: Regulamentando novas formas de trabalho, combatendo a precarização, valorizando o trabalho em saúde e garantindo direitos trabalhistas e a saúde das pessoas trabalhadoras, revogando as reformas trabalhistas e previdenciárias, incluindo a Emenda Constitucional 103/2019, a lei da terceirização, o arcabouço fiscal e a escala 6x1, regulamentando a uberização, promovendo emprego digno, equidade salarial, benefícios e leis que considerem as realidades concretas de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0035

Conteúdo: Revogar as reformas trabalhistas (3.467/17), a lei da terceirização (13.429/17) e a reforma previdenciária para reverter retrocessos que precarizaram as condições de trabalho, reduziram a proteção social, ampliaram terceirizações e pejetização, causando queda salarial e piora nas condições de trabalho. Extinguir a escala 6x1 e implementar a escala 4x3 sem perda salarial, com jornada digna nos setores públicos e privados. Regular novas formas de trabalho, como home office, entregadores e catadores. Promover equidade salarial, planos de carreira, piso salarial e concursos públicos. Combater a discriminação de gênero, raça e etnia, com igualdade de oportunidades. Garantir saúde e seguridade para todas as pessoas trabalhadoras, inclusive pessoas trabalhadoras rurais e autônomas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0058

Conteúdo: Regular as novas modalidades de trabalho: teletrabalho, trabalho por aplicativos, regimes híbridos, remotos, autônomos, informal e contratados, estabelecendo

diretrizes claras para garantir segurança, jornada justa, equipamentos de proteção individual, participação de pessoas trabalhadoras e sindicatos na mesa de negociação, plano de carreira, oportunidades de processos formativos, acesso a assistência médica complementar e ressarcimento pelas perdas materiais durante o período de afastamento para tratamento da saúde em caso de acidente de trabalho, ergonomia, suporte psicossocial, acesso à seguridade social, direitos trabalhistas e fiscalização regular para garantir o cumprimento das normas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0059

Conteúdo: Revisar a legislação trabalhista de 2019 para garantir direitos como férias remuneradas, insalubridade, reajuste, folgas, a todas as pessoas trabalhadoras, independentemente do vínculo formal.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0181

Conteúdo: Revogar a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência Social e extinguir qualquer proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que retire direitos trabalhistas e pode significar a perseguição de servidores públicos e a privatização dos serviços estatais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0182

Conteúdo: Reduzir a jornada de trabalho (com a PEC do fim da escala de trabalho 6x1), sem redução salarial, com articulação entre as pessoas trabalhadoras e suas diferentes organizações (sindicatos, movimentos sociais, comissões, comitês, grupos, coletivos, associações, entre outras), os serviços de saúde, os órgãos públicos de proteção à saúde, os partidos políticos, os parlamentares e demais organizações da sociedade civil.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0183

Conteúdo: Revogar o regime de jornada 6x1, substituindo-o por escalas mais equilibradas, como 5x2 ou 4x3, garantindo ao menos dois dias consecutivos de descanso semanal, sem redução salarial, promovendo condições laborais mais justas e saudáveis, contribuindo para a preservação da saúde física e mental das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0184

Conteúdo: Garantir a valorização das pessoas trabalhadoras em todos os setores, fazer uma consulta popular pelo fim da jornada 6x1 de forma particular, valorizar as pessoas trabalhadoras do SUS, nos setores públicos e privados, preconizando a jornada semanal máxima de 30 horas, piso salarial, plano de carreira, adicional por risco, insalubridade, adicional noturno e seguro.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0187

Conteúdo: Desenvolver estratégias para aprovação de Emenda Constitucional que reconheça a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como direito à vida e a efetivação dos direitos trabalhistas, a promoção de formações continuadas para pessoas empregadoras e empregadas sobre direito a vida e trabalhistas, e a implementação do direito à desconexão, garantindo que pessoas trabalhadoras não sejam compelidas a atender demandas profissionais fora do expediente, redução de jornada assegurando dignidade, bem-estar e equilíbrio entre vida pessoal e profissional com o fim da escala 6x1.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0221

Conteúdo: Revogar as reformas previdenciária e trabalhista, extinguir a escala 6X1, garantindo 30h semanais sem redução de salário para todas as pessoas trabalhadoras formais e informais em todos os setores econômicos, públicos e privados. Garantir o direito à mãe trabalhadora de se afastar do trabalho para acompanhamento de adoecimento do filho, prorrogar a licença maternidade de 120 dias para 180 dias, independente do vínculo empregatício. Garantir condições laborais adequadas (incluindo para trabalho a céu aberto), EPIs de qualidade e jornadas equitativas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0339

Conteúdo: Alterar a CLT estabelecendo nacionalmente jornada máxima de 30 horas semanais, garantindo mínimo de dois dias consecutivos de descanso semanal e vedando escala 6x1 para todas as categorias profissionais, estabelecendo cronograma de implementação progressiva em 24 meses. Integrar os Ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência junto às centrais sindicais

para que a política do PNSST esteja integrada à rede SUS. Revogar reformas trabalhista e previdenciária restabelecendo direitos trabalhistas integrais e efetivação das NR 1, 5 e 17. Garantir trabalho digno por meio de reestruturação e fortalecimento dos Cerests, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0114

Conteúdo: Garantindo uma legislação protetiva dos direitos trabalhistas e previdenciários, assegurando estrutura, financiamento e fiscalização, com condições dignas de trabalho, remuneração adequada e distribuição justa da carga horária, garantindo segurança, prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho, bem como a promoção de cuidados individuais e coletivos, com o fortalecimento de mecanismos de prevenção a abusos e violações de direitos, a ampliação da proteção social a todas as pessoas trabalhadoras, independentemente do regime de contratação, e a melhoria na estrutura de atendimento previdenciário.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0060

Conteúdo: Criar e efetivar regras que promovam contratos das novas formas de trabalho fiscalizando e garantindo a proteção integral da saúde da pessoa trabalhadora, por meio da articulação intersetorial promovendo diálogo, fortalecendo Conselhos e fóruns para construção de soluções e estimular campanhas e mídia sobre as políticas públicas em saúde do trabalhador e da trabalhadora, implementando a prevenção de agravos, promovendo fiscalização preventiva das condições de trabalho e atuação da Vigilância em Saúde do Trabalho, com ações de educação permanente, fortalecendo a atenção primária à saúde promovendo a intersetorialidade independentemente do tipo de vínculo empregatício e das novas relações de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0072

Conteúdo: Resgatar o Serviço Social, a Habilitação e a Reabilitação Profissional nas Agências do INSS em todo o país, no acolhimento e assistência às pessoas seguradas da Previdência Social, de modo a devolver o suporte de renda aos milhares de adoecidos e acidentados que atualmente se encontram desassistidos de seus direitos previdenciários e benefícios

assistenciais devido ao avanço do processo de sucateamento físico e de pessoal da instituição nos últimos anos. Sob perspectiva de que se trata de um esforço intersetorial, estabelecer um canal de troca e comunicação do atual Comitê Gestor da Rede de Reabilitação Integral Social com a sociedade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0222

Conteúdo: Garantir que as pessoas trabalhadoras MEI, terceirizados ou contratados como PJ tenham acesso a benefícios essenciais, como previdência, descanso remunerado e décimo terceiro.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0223

Conteúdo: Ampliar o número de pessoas médicas peritas no INSS para garantir celeridade na avaliação de pessoas trabalhadoras acometidas por doenças ocupacionais, pois a demora pode agravar o processo de adoecimento tendo em vista que esta pessoa fica até a data da perícia sem remuneração para custear as despesas essenciais e o tratamento em si.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0224

Conteúdo: Garantir condições dignas de trabalho, como forma de diminuir o adoecimento físico e mental da classe trabalhadora, e o número de acidentes relacionados ao trabalho. Fomentar políticas de proteção da saúde do trabalhador e trabalhadora em cada ambiente de trabalho

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0409

Conteúdo: Implementar programas de apoio psicológico e emocional nas instituições de ensino e pesquisa, visando a saúde mental das pessoas pós-graduandas. Fomentar políticas contra assédio moral nos programas de pós-graduação incluindo informativos sobre relações interpessoais respeitosas e democráticas na academia, e os impactos do assédio na capacidade laboral e saúde mental.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0517

Conteúdo: Promover a integração entre MS, MTE e MPS para garantir atendimento interdisciplinar e reabilitação de pessoas trabalhadoras adoecidas, acidentadas ou vítimas de violência sexual, assegurando readaptação laboral e fortalecendo a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com foco na diversidade e no cuidado integral, baseado no tripé saúde-doença-cuidado.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0116

Conteúdo: Promovendo concursos públicos e planos de carreira, com despreciação dos vínculos de trabalho. Desenvolver uma política pública que garanta a não privatização do serviço público, com contratação do profissional por meio de concurso público (servidores), de modo a assegurar que o vínculo de trabalho do profissional não impacte na continuidade da assistência prestada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0054

Conteúdo: Ampliar o concurso público como principal forma de contratação para cargos públicos, garantindo transparência e equidade. É fundamental estruturar uma Carreira SUS, com plano de cargos e salários, jornada regulamentada e estabilidade no vínculo empregatício, além de adaptar o uso de tecnologias sem gerar sobrecarga.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0063

Conteúdo: Revisar o modelo de contratos precários do SUS, combater a terceirização abusiva, vínculos temporários, e ausência de direitos trabalhistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0065

Conteúdo: Criar a carreira SUS para os profissionais que atuam, garantindo financiamento federal e carreira típica de estado às pessoas servidoras.

Tipo: Proposta -

Código: P-CN-E2-0259

Conteúdo: Criar uma Carreira Única Interfederativa com plano de cargos, carreira e salários, conforme proposta da CDEPCA/SUS (Comissão para Discussão e Elaboração de Proposta de Carreira no Âmbito do Sistema Único de Saúde), com ingresso por concurso público, piso salarial nacional, jornada de 30 h/sem e educação permanente integrada à jornada, financiada por Fundo Público Nacional Tripartite, garantindo estabilidade, remuneração justa, mobilidade entre as esferas e valorização profissional. Instituir um marco legal nacional com estados e municípios, assegurando equiparação salarial, reajuste anual e fortalecimento da MENP-SUS com poder deliberativo, melhorando a qualidade dos serviços de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0521

Conteúdo: Instituir uma política de valorização da pessoa servidora, garantindo isonomia salarial, estabilidade no trabalho e reajustes salariais dignos, baseados em estudos apresentados pelo DIEESE, além de eliminar o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal nas áreas da saúde e da educação.

Tipo: Diretriz -

Código: D-N-CSL-E2-0117

Conteúdo: Ampliando as discussões sobre os impactos das novas relações no mundo do trabalho na saúde das pessoas trabalhadoras, visando ao pleno acesso à informação, à garantia de direitos sociais e à promoção de condições seguras e dignas, ao mesmo tempo em que se propõe a criação e implementação de programas nacionais estruturados, com diretrizes claras e abrangentes, promovendo a saúde mental diante dos desafios do trabalho moderno, como o trabalho remoto e a pressão por produtividade, e fomentando ambientes laborais saudáveis e adaptados às novas formas de organização.

Tipo: Proposta -

Código: P-CN-E2-0225

Conteúdo: Regulamentar o uso da Inteligência Artificial no trabalho e implementar instrumentos de monitoramento das novas tecnologias, assegurando a observância dos direitos trabalhistas e o acompanhamento de indicadores de adoecimento, absenteísmo e acidentes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0226

Conteúdo: Ampliar e fortalecer as ações de vigilância e fiscalização dos ambientes e processos de trabalho; realizar concursos públicos para contratação de equipes multidisciplinares no SUS, com salários e condições de trabalho dignas, assegurando uma atenção integral e equânime às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Diretriz -

Código: D-N-CSL-E2-0120

Conteúdo: Fomentando, definindo e implementando políticas públicas específicas considerando para as novas configurações do mundo do trabalho, como teletrabalho, relações informais, pessoas trabalhadoras de aplicativos e home office, estabelecendo normas precisas de segurança e saúde, benefícios previdenciários e limites de jornada, com fiscalização efetiva pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e órgãos de saúde, além de elaborar políticas intersetoriais que valorizem as relações laborais, contribuindo para a redução da informalidade, pejetização e precarização, em oposição aos ataques à dignidade, à insegurança empregatícia, às jornadas prolongadas, aos vínculos intermitentes e às condições perigosas, insalubres e penosas de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0022

Conteúdo: Estabelecer políticas públicas com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que promovam a saúde integral das pessoas trabalhadoras, incluindo rurais e atípicas, fortalecendo a prevenção, a saúde mental, a criação de ambientes de trabalho saudáveis combatendo o assédio e todas as formas de discriminação. Garantir recursos, fiscalização, capacitação e mecanismos acessíveis de denúncia.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0044

Conteúdo: Fomentar, definir e implementar políticas públicas intersetoriais de apoio às pessoas trabalhadoras frente às transformações tecnológicas, com foco em programas contínuos de qualificação e requalificação profissional para lidar com a automação e as novas tecnologias, promovendo a adaptação segura às novas formas de trabalho como forma de prevenir o adoecimento físico e mental e garantir a inclusão produtiva e a proteção social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0157

Conteúdo: Garantir cumprimento das leis de proteção à saúde das pessoas trabalhadoras, assegurando condições e ambientes adequados para a execução do trabalho, com a totalidade dos insumos necessários para execução da atividade, ergonomia, pausas regulares, autonomia, intervalo para refeições e preservação da dignidade humana, direitos estendidos a todas as formas de vínculos, postos e ambientes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0180

Conteúdo: Institucionalizar o Programa Mais Vida do Trabalho que tem como objetivo prevenir os óbitos relacionados ao trabalho com ênfase naqueles decorrentes de acidentes de trabalho e seus determinantes e promover a STT da estruturação da vigilância de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho em todo território nacional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0229

Conteúdo: Promover a articulação e cooperação intra e intersetorial, envolvendo ativamente as pessoas trabalhadoras e suas representações, para garantir a eficácia e eficiência na fiscalização e vigilância dos ambientes e processos de trabalho, que perpassa por fortalecer redes de apoio, a troca de informações e criar estratégias conjuntas entre os setores, assegurando o monitoramento contínuo das condições laborais e a implementação das medidas de proteção à saúde; estimular a atuação efetiva da vigilância nos ambientes de trabalho, criando a carreira de fiscal sanitário no âmbito da RENASTT.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0230

Conteúdo: Destinar recursos financeiros para fomento a pesquisas e desenvolver políticas públicas eficazes frente às transformações do mundo do trabalho;

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0121

Conteúdo: Fortalecendo políticas públicas que enfrentem os desafios das novas formas de trabalho como informalidade, terceirização, teletrabalho, contratos flexíveis e plataformas

digitais, assegurando direitos trabalhistas, proteção à saúde e inclusão no SUS, com foco na prevenção de agravos decorrentes da precarização, com a proposição da articulação do Ministério da Saúde com outros ministérios para garantir a participação das pessoas trabalhadoras na elaboração de legislações, a criação de pontos de apoio, a atualização da CBO e a implementação de programas de transferência de renda voltados à saúde das pessoas trabalhadoras informais e plataformizadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0231

Conteúdo: Determinar que as empresas privadas que adotam a modalidade de entrega por aplicativo ou contratação direta, ofereçam às pessoas trabalhadoras, responsáveis pelas entregas, um ambiente de espera adequado, limpo, seguro, confortável e instituem a obrigatoriedade de um termo de responsabilidade contratual que assegure cobertura e suporte em casos de acidentes ocorridos durante o percurso, garantindo proteção social e respeito aos direitos dessas pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0234

Conteúdo: Implementar uma forma de comunicação nacional entre as pessoas trabalhadoras e os serviços de apoio à saúde da trabalhadora e do trabalhador, Previdência Social e órgãos afins, com objetivo de disseminar a PNST, por meio de aplicativo para celular, rádios e vozes comunitárias e outros recursos audiovisuais, com a promoção do resgate do serviço social e a reabilitação profissional nas agências do INSS em todo país de forma que possa acolher e promover a assistência às pessoas adoecidas, acidentadas em tempo hábil.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0122

Conteúdo: Implementando os prontuários eletrônicos, através da MS/SESAI, em todo território indígena, para evitar o esgotamento por hiper produtividade, para ter tempo para preenchimento dentro da carga horária de trabalho, respeitando as especificidades e garantir capacitação em ferramentas tecnológicas, com vistas à inclusão digital para pessoas trabalhadoras do SASISUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0322

Conteúdo: Garantir, pela SESAI/ DSEI, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) na saúde Indígena com vistas à promoção da saúde e segurança das pessoas trabalhadoras no local de trabalho para prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0323

Conteúdo: Promover o trabalho de criação de uma equipe multiprofissional composta por (assistente social, fisioterapeuta, nutricionista, psicólogo etc.) para ofertar suporte às pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0324

Conteúdo: Implementar prontuários eletrônicos através da MS/SESAI em todo território indígena, a fim de evitar o esgotamento por hiper produtividade, incluindo o tempo necessário para preenchimento dentro da carga horária de trabalho; respeitando nossas especificidades e garantir capacitação em ferramentas tecnológicas, com vistas à inclusão digital para as pessoas trabalhadoras do SASISUS.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0123

Conteúdo: Combatendo a precarização do trabalho com articulações intersetoriais, lutando pela admissão no serviço público via concurso público, apoiando todas as iniciativas de legalização dos vínculos de pessoas trabalhadoras informais e respeitando a dignidade humana. Promovendo políticas públicas e ações sindicais integradas contra os impactos das novas formas de trabalho na saúde, enfrentando a precarização, o adoecimento e a perda de direitos, com foco na dignidade, na vida e na organização das pessoas trabalhadoras, especialmente os mais vulneráveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0043

Conteúdo: Fortalecer a vigilância em saúde da pessoa trabalhadora nos ambientes e processos de trabalho, com o objetivo de reduzir os impactos causados pela mineração, pelos agrotóxicos e pelas mudanças climáticas, via promoção de capacitação das pessoas trabalhadoras sobre os riscos e consequências do uso abusivo de agrotóxicos; instituir, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA); e implementar a Política Estadual de Agroecologia, com destaque para a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos, por meio da atuação dos órgãos competentes nas três esferas de governo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0235

Conteúdo: Selecionar e admitir profissionais de saúde para atuação em todos os níveis da federação (estados e municípios) por concurso público e estatutário, a fim de que as terceirizações, privatizações e todas as formas precarizadas deixem de ser praticadas em todos os serviços, mantidos por recursos públicos, que estas pessoas trabalhadoras tenham acesso a Planos de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), boas condições de trabalho e seguridade social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0236

Conteúdo: Realizar concursos públicos, combatendo a precarização do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0237

Conteúdo: Assegurar orçamento exclusivo para recomposição da força de trabalho para serviço público, visando suprir a demanda, para ampliar as equipes de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nomeadas por meio de concurso público e orçamento para qualificação do serviço prestado.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0238

Conteúdo: Aprovar lei que determine o fim da escala 6x1 e que estabeleça a jornada de trabalho das pessoas trabalhadoras da saúde em 30 horas semanais, sem redução de salário.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0333

Conteúdo: Garantir condições laborais adequadas (incluindo para trabalho a céu aberto), EPIs de qualidade e jornadas equitativas; coibir a precarização e sua informalização; regulamentar o trabalho remoto, híbrido e de plataformas digitais e por aplicativo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0334

Conteúdo: Garantir e oferecer redução de tempo de serviço ou idade em anos para aposentadoria, para os profissionais da Saúde, com vínculo federal, estadual ou municipal que trabalharam presencialmente durante a pandemia de covid-19, como forma de valorização do referido profissional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0335

Conteúdo: Garantir o direito à mãe trabalhadora de se afastar do trabalho para acompanhamento de adoecimento do filho, prorrogar a licença maternidade de 120 dias para 180 dias, independente do vínculo empregatício.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0340

Conteúdo: Fortalecer as políticas sociais, de caráter público e estatal, assegurando condições de saúde, de vida e de trabalho dignas à população trabalhadora, com contratação de servidores no Regime Jurídico Único (RJU), a partir da ampliação de concursos públicos e, no âmbito nacional, busca do fortalecimento do SUS fundamentado na educação permanente das suas pessoas trabalhadoras, assim como valorização do cuidado de quem cuida.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0128

Conteúdo: Garantindo as condições dignas de formação e valorização profissional frente às transformações nas relações de trabalho, reconhecendo o estudante como sujeito de direitos e futura pessoa trabalhadora da saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0245

Conteúdo: Difundir, por meio da educação, informação e comunicação em saúde, a ampliação da proteção social para todas as pessoas trabalhadoras - formais e informais - tendo como horizonte a pluralidade, a diversidade e a intersetorialidade nas políticas públicas, regulamentando as novas profissões com a revisão da reforma trabalhista de modo que se assegure o trabalho digno, seguro e decente para todas as pessoas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0246

Conteúdo: Garantir e manter incentivos as políticas públicas de indução da transformação do ensino técnico, de graduação e de residências em saúde, para que estreitem a relação ensino-serviço-comunidade-gestão, incluídos os Cerests, e apoiem mecanismos de Educação Permanente em Saúde, favorecendo a expansão do VER-SUS, PET-Saúde, EdPopSUS, AgPopSUS e Extensão Universitária, com destaque às temáticas da relação Saúde-Trabalho e qualificação da atuação na área como competência comum de todas as profissões de saúde, incidindo na elaboração dos Contratos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) de forma participativa e envolvente dos representantes tanto do processo formativo como dos cenários de aprendizagem.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0247

Conteúdo: Garantir práticas de ensino e espaços de aprendizagem permanentes que reconheçam e valorizem a diversidade ocupacional formal e artesanal no campo da saúde, incorporando os saberes e práticas das pessoas trabalhadoras tradicionais e ancestrais, como parteiras, rezadores, benzedadeiras, pajés e terapeutas populares, por meio da construção de currículos interculturais, metodologias participativas e ações de educação permanente em saúde que respeitem os territórios, as culturas e os modos de vida da classe trabalhadora, promovendo o diálogo entre os saberes tradicionais e científicos e fortalecendo a integralidade do cuidado, desde o ensino básico até o ensino pós-graduado.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0308

Conteúdo: Garantir ambientes de aprendizagem seguros e saudáveis, com fiscalização e canais de denúncia acessíveis para casos de assédio, exploração e violações de direitos no contexto das novas relações de trabalho na formação em saúde. Anualmente, poderão ser feitas

campanhas de sensibilização em mídias digitais e presenciais, e pessoas preceptoras e coordenadoras de curso passarão por treinamentos obrigatórios de prevenção à violência.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0309

Conteúdo: Criar o Estatuto do Estagiário de Saúde, garantindo uma jornada máxima de 30 horas semanais, a fim de assegurar o cumprimento de direitos trabalhistas aos estudantes, combatendo jornadas abusivas, violência institucional e ausência de apoio psicossocial. Além disso, o Ministério da Saúde, em parceria com instituições de ensino, manterá uma rede de apoio psicossocial 24/7 via teleatendimento. Os indicadores incluirão a porcentagem de estudantes cobertos, número de denúncias registradas e resolvidas, avaliações semestrais de satisfação e saúde mental dos estudantes da saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0396

Conteúdo: Instituir mecanismos de vigilância e proteção à saúde mental e física das pessoas trabalhadoras e estudantes da saúde, com foco na redução da carga de trabalho excessiva, combate ao assédio moral e institucional, regulação do uso de tecnologias digitais no ambiente de trabalho e ampliação do acesso aos serviços de suporte psicológico e jurídico.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0133

Conteúdo: Garantindo a proteção integral da saúde da pessoa trabalhadora, diante das novas relações de trabalho, com políticas públicas urgentes que enfrentem a precarização, o trabalho remoto, o emprego intermitente e a digitalização, assegurando saúde mental, proteção psicossocial e prevenção de doenças.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0055

Conteúdo: Criar um observatório intersetorial regional das condições de trabalho e saúde com apoio das universidades, dos sindicatos e dos conselhos de saúde para monitorar doenças

relacionadas ao trabalho, mapear setores com maior vulnerabilidade e informalidade, publicar relatórios e propor políticas públicas baseadas em evidências.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0056

Conteúdo: Reduzir a carga horária, por ser essencial, para equilibrar vida pessoal e profissional, prevenindo o comprometimento da saúde mental e aumentando a produtividade, bem como pautar que as empresas criem ambientes saudáveis, promovendo saúde mental e atividades físicas, e implementem planos e estratégias para prevenir LER/DORT e doenças psicossociais, fortalecendo apoio psicológico e garantindo um ambiente seguro para que as pessoas trabalhadoras expressem preocupações sem represálias e tenham direito à aposentadoria digna.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0057

Conteúdo: Garantir o acompanhamento médico contínuo, para todas as pessoas trabalhadoras, quando associados aos riscos de seu ambiente de trabalho, dentro de um novo modelo de cuidado à saúde deste(a)s, focado na prevenção, no tratamento adequado e no bem-estar, com envolvimento de empregadores, sindicatos e pessoas trabalhadoras, bem como ser essencial desenvolver políticas públicas que ampliem o acesso à saúde para as pessoas trabalhadoras mais vulneráveis, garantindo atendimento digno e eficaz, especialmente para pessoas idosas e aqueles em condições precárias.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0252

Conteúdo: Estabelecer a efetivação da Lei nº 14.434/2022, do piso salarial da enfermagem, como base e não como complemento, com redução de carga horária para 30h semanais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0268

Conteúdo: Fortalecer a rede de atendimento à pessoa trabalhadora com integração dos serviços de saúde, propiciando os encaminhamentos especializados e regulando o fluxo do diagnóstico e monitoramento dos agravos relacionados ao trabalho e garantir a extinção da

escala de trabalho 6x1, a implantação da escala de trabalho 4x3, não perpassse 40 horas semanais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0293

Conteúdo: Ampliar o escopo da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, elevando ao status de departamento com maior capacidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0301

Conteúdo: Promover a Saúde Mental e do Bem-Estar nas Novas Dinâmicas de Trabalho. Implantar políticas públicas específicas para a promoção da saúde mental e do bem-estar das pessoas trabalhadoras, incorporando a avaliação permanente dos fatores de estresse ocupacional, riscos psicossociais e organizacionais. As políticas devem incluir programas de rastreamento de sofrimento psíquico, intervenções preventivas nos locais de trabalho e criação de estratégias de cuidado coletivo, respeitando as novas dinâmicas de trabalho como o teletrabalho, vínculos precários e intensificação das demandas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0303

Conteúdo: Criar Políticas Públicas para a Saúde Mental no Trabalho: Enfrentando o Estresse e a Precarização. Criar uma política nacional voltada à saúde mental no trabalho, que inclua a criação de programas de apoio psicológico tanto para as pessoas trabalhadoras com vínculo formal com vínculo formal quanto para os que atuam de forma autônoma ou informal. Isso deve incluir o fortalecimento de redes de apoio psicossocial, capacitação de gestores e programas de redução de estresse e Síndrome Burnout. As empresas devem ser incentivadas a adotar práticas de gestão humanizada e flexibilidade no trabalho, respeitando o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0096

Conteúdo: Regulamentando as novas formas de trabalho com proteção social, direito à desconexão, condições adequadas de trabalho, qualificação profissional contínua e contribuição

previdenciária, garantindo saúde, segurança e dignidade às pessoas trabalhadoras no contexto das transformações tecnológicas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0313

Conteúdo: Regularizar e regulamentar as novas formas de organização do trabalho, como o teletrabalho, trabalho híbrido, mediado por plataformas digitais, autônomos, terceirizados e outras formas precárias de trabalho, alinhadas aos princípios da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), tendo a contribuição previdenciária como estratégia fundamental para proteção social e o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, incluindo a cobertura por acidentes de trabalho, licenças médicas, reabilitação profissional e aposentadoria por invalidez.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0314

Conteúdo: Garantir que as pessoas trabalhadoras em regime de teletrabalho tenham acesso a condições adequadas de infraestrutura, ergonomia e ferramentas necessárias para o desempenho de suas atividades, com os custos arcados pela pessoa empregadora, assegurando o respeito aos limites da jornada laboral, incluindo o direito à desconexão fora do horário de trabalho, como forma de prevenção de adoecimentos e agravos relacionados às novas formas de organização do trabalho e de proteção à saúde física e mental.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0098

Conteúdo: Combatendo a informalização das relações laborais, revertendo ataques à dignidade, insegurança empregatícia, jornadas prolongadas, vínculos intermitentes e condições de trabalho perigosas, revogando a reforma trabalhista e previdenciária impostas à sociedade, tirando direitos e condições de vida digna das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0041

Conteúdo: Regularizar e regulamentar as novas formas de trabalho, garantindo direitos as pessoas trabalhadoras, incentivando a formalização do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0042

Conteúdo: Revogar a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a Lei nº 13.429/17, que dispõe sobre a terceirização da atividade fim.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0207

Conteúdo: Fazer a revisão da reforma previdenciária e trabalhista para recuperar direitos, pactuar e/ou ampliar direitos em consonância com determinantes sociais de saúde doença e especificidades de cada região, bem como riscos ocupacionais em cada categoria;

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0208

Conteúdo: Reduzir a jornada de trabalho para 36 horas semanais e extinguir a escala 6x1, sem redução salarial; realizar pesquisa nacional sobre novas formas de trabalho (remoto, plataformas digitais, etc.) dos impactos da saúde das pessoas trabalhadoras, subsidiando ações de promoção e proteção à saúde; garantir a democratização dos locais de trabalho, o direito de recusa ao trabalho perigoso, o respeito à integridade corporal, o combate à terceirização e a articulação interministerial (MS, MTE, MPS) na proteção à saúde laboral.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0209

Conteúdo: Ampliar a rede de atenção à saúde da pessoa trabalhadora, garantindo não apenas o acesso, mas também a efetividade do cuidado integral, assegurando as condições de saúde e segurança em todos os setores e atividades laborais, reconhecendo a dificuldade e diversidade das ocupações e os riscos específicos de cada realidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0294

Conteúdo: Intensificar ações dos sindicatos através de cláusulas e exigências da responsabilidade patronal para acompanhar CIPA/OLTs/NRs/ exigindo ações de AFT / MTE / previdência (INSS). Defender por meio de dispositivos diversos a presença de sindicatos em todos os locais de trabalho e atuação autônoma das CIPAs; revogar as leis que favoreceram o enfraquecimento sindical, como o fim do imposto sindical e o fim da homologação de demissão realizada nos sindicatos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0108

Conteúdo: Garantindo a criação de políticas públicas que considerem as especificidades de saúde das pessoas trabalhadoras motofretistas, possibilitando trabalho seguro e capacitação destes profissionais visando remuneração justa, acesso aos benefícios sociais, legitimação das suas representações sociais, a fim de transformar direitos do trabalho em direitos de humanos.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0052

Conteúdo: Fomentar a participação do Ministério da Saúde nos debates regulatórios, em discussões (em conjunto com Ministério do Trabalho e Emprego - MTE), negociações coletivas, em mesas redondas, convenções ou acordo coletivo para regulamentar ações e leis que protejam as pessoas trabalhadoras motofretistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0177

Conteúdo: Estimular a criação de políticas públicas contra a nova precarização (nova escravidão) e a representação da categoria motofretistas na política, ganhando mais força e espaço nos parlamentos do Brasil

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0109

Conteúdo: Garantindo relações de trabalho justas, seguras e dignas, enfrentando a precarização, a informalidade e a mercantilização da saúde, promovendo a valorização dos vínculos públicos, a regulamentação das novas formas de trabalho, como o home office e a uberização e a defesa dos direitos frente à pejetização, terceirização, quarteirização e flexibilização, assegurando a saúde física e mental das pessoas trabalhadoras e articulando trabalho, saúde e justiça social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0024

Conteúdo: Revogar as leis federais 13.467/17 (lei trabalhista) e 6.019/74 alterada pela lei 13.429/17 que permitiu as terceirizações das atividades-fim, pois aprofundou a precarização do

trabalho, com a pejotização, resultando em salários mais baixos e piores condições de trabalho, refletindo na saúde da pessoa trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0066

Conteúdo: Valorizar profissionais e garantir saúde no trabalho com infraestrutura adequada e gestão participativa com entidades de classe. Promover políticas públicas de incentivo às empresas que adotem boas práticas de saúde e segurança.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0216

Conteúdo: Combater a precarização e a exploração do trabalho, enfrentando a flexibilização dos contratos e a terceirização irrestrita, especialmente nas políticas públicas de saúde. Denunciar a mercantilização da saúde e os interesses que priorizam o lucro. Propor mecanismos legais que valorizem as pessoas trabalhadoras frente à uberização e à informalidade. Proteger e garantir direitos das pessoas trabalhadoras de Apps, freelancers, ambulantes e camelôs, articulando saúde com lutas classistas, antirracistas, antipatriarcais, antilgbtfóbicas e anticapacitistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0217

Conteúdo: Adequar as condições de trabalho e carga horária, propondo a delimitação da jornada para 30 horas semanais para todas as pessoas trabalhadoras da saúde, com extinção das jornadas extenuantes e da escala 6x1, sem redução salarial e com respeito ao direito ao descanso. Essa redução terá impacto positivo na saúde física e mental da classe trabalhadora. Apoiar o Movimento Vida Além do Trabalho (VAT) e a aprovação da proposta de lei em tramitação no legislativo federal.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0328

Conteúdo: Enfrentar o adoecimento mental e a digitalização abusiva, que vem causando o adoecimento psíquico com o crescimento de metas abusivas e condições precárias de trabalho, e regulamentar vínculos, garantir direitos, combater a Síndrome de Burnout e promover núcleos de cuidado coletivo, com responsabilização institucional e políticas preventivas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0380

Conteúdo: Garantir e ampliar à pessoa trabalhadora, acompanhante em situações de saúde de dependentes, independentemente do tipo de vínculo empregatício, com acesso a atestados, afastamentos ou licenças, renováveis sempre que necessário, sem prejuízo da remuneração, além de garantir licença maternidade de seis meses para todas as gestantes.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0125

Conteúdo: Garantindo a ampliação dos canais de denúncia e acompanhar assédio moral, adoecimento mental e condições precárias de trabalho, garantindo reabilitação psicossocial/física, com o reconhecimento impactos na saúde das pessoas trabalhadoras informais, por plataformas, remotas, novas tecnologias e comunidades tradicionais, assegurar assistência integral física e mental.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0051

Conteúdo: Estabelecer políticas efetivas de enfrentamento ao assédio no ambiente de trabalho, com garantia de proteção da vítima de assédio e punição da pessoa assediadora, divulgação ampla das formas de assédio, por meio de atividades preventivas, cursos, mídia social, criação de semana de dedicação para ofertar ações voltadas nos serviços de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com incremento do papel das entidades sindicais na apuração dos riscos e nos procedimentos inerentes ao programa de saúde da trabalhadora e do trabalhador.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0198

Conteúdo: Organizar os recursos existentes e, se necessário, financiar a aquisição de uma Unidade Fluvial, tipo (lança cabinada), para realizar atendimento itinerante em saúde do trabalhador e da trabalhadora para todos os municípios de pequeno porte do Brasil.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0239

Conteúdo: Instituir mecanismos de denúncia acessíveis, permitindo que pessoas trabalhadoras formais, informais, plataformizados, desempregadas e aposentadas, seus representantes, o controle social e a sociedade em geral relatem situações de violência no trabalho. A medida deve combater a exploração da classe trabalhadora, a precarização das relações laborais e a flexibilização dos contratos, inclusive a terceirização ampla e irrestrita nos serviços públicos e sociais. Busca-se garantir o funcionamento e o acesso ao sistema de proteção social, a extensão de direitos às pessoas trabalhadoras informais, a revogação de pontos da reforma trabalhista e a proteção das pessoas trabalhadoras afetados por mudanças climáticas, promovendo seu bem-estar e saúde mental.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0028

Conteúdo: Ampliando o debate da relação saúde, ambiente e trabalho das populações do campo, das florestas e das águas, estabelecendo estratégias de interação da Política Nacional Saúde Integral dos PCFA, com Política Nacional da Saúde Trabalhadora e Trabalhador, de maneira interseccional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0037

Conteúdo: Fomentar trabalho rural, agricultura familiar, com ênfase em comunidades quilombolas, melhorias na infraestrutura básica, como estradas, saúde e educação de forma a proporcionar melhores condições de sobrevivência.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0071

Conteúdo: Reconhecendo e garantindo os direitos das doulas como trabalhadoras da saúde, assegurando sua inserção nas políticas públicas, com regulamentação da profissão, valorização do cuidado e promoção de condições dignas de trabalho, formalização dos vínculos de trabalho das doulas com remuneração justa, acesso a direitos trabalhistas e previdenciários.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0196

Conteúdo: Inserção qualificada das doulas no Sistema Único de Saúde (SUS), com reconhecimento de seu papel fundamental nas ações educativas e de cuidado à gestante, especialmente no pré-natal, nas atividades previstas na Caderneta da Gestante do Ministério da Saúde e nos encontros de educação perinatal. Essa proposta visa garantir sua participação ativa nas ações de saúde da mulher, por meio da implementação de políticas que assegurem a valorização das doulas como profissionais de saúde, a regulamentação da profissão e a superação da precarização das relações de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0197

Conteúdo: Assegurar o pleno exercício da profissão de doula com autonomia e segurança, reconhecendo sua atuação independente como essencial para a qualidade do cuidado prestado, e garantindo sua proteção enquanto trabalhadora da saúde com implementação de políticas de proteção à saúde e segurança das doulas, incluindo acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e protocolos de biossegurança.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0130

Conteúdo: Realizando pesquisas e diagnósticos sobre a saúde de profissionais da comunicação pública, consolidando políticas de cuidado, prevenção ao adoecimento e promoção da saúde no trabalho. Instituído formação permanente em comunicação pública para pessoas trabalhadoras de órgãos públicos. Garantindo que novas formas de trabalho (uberização, pejetização, home office) não prejudiquem a saúde, promovendo ações de prevenção, ambientes saudáveis e enfrentando violências como assédio, precarização, LGBTQI+fobia e racismo, com formações contínuas no SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0248

Conteúdo: Realizar pesquisas e diagnósticos regulares sobre as condições de saúde e bem-estar de profissionais da comunicação pública, incluindo avaliações sobre o impacto da precarização do trabalho na qualidade da informação prestada à sociedade, de modo a subsidiar um reconhecimento institucional das vulnerabilidades e riscos enfrentados por profissionais da

comunicação pública, com atenção especial às jornadas intensas, pressões institucionais e exposição a ataques digitais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0249

Conteúdo: Fomentar a consolidação de políticas institucionais de cuidado, prevenção ao adoecimento e promoção da saúde no ambiente de trabalho, como acesso ao suporte psicológico, ambientes ergonômicos e políticas de desconexão digital, com suporte institucional, capacitações e medidas de proteção à integridade das pessoas trabalhadoras da comunicação da comunicação.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0056

Conteúdo: Enfrentando as novas relações de trabalho com participação ativa das pessoas trabalhadoras, garantindo direitos e combatendo o trabalho precário, informal e uberizado, o que aumentam a morbimortalidade, combatendo a precarização nos postos de trabalho com políticas públicas que incentivem empregos formais, assegurem direitos básicos e salários justos, e promovendo ações que garantam proteção social e condições dignas de trabalho, melhoria das condições e das relações de trabalho e cuidado integral com base no respeito ético.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0047

Conteúdo: Garantir políticas públicas, conteúdos e ações contínuas mensais que promovam a inclusão das pessoas trabalhadoras, de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas com deficiência, idosas, LGBTI+, negras, povos indígenas, originários e tradicionais, quilombolas e outros, reafirmando o direito de igualdade de oportunidades, consciência e ação para o combate ao preconceito, discriminação e precarização do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0048

Conteúdo: Promover igualdade de gênero e equiparação salarial, no trabalho, por meio de programas, políticas institucionais e educação permanente.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0158

Conteúdo: Substituir a escala 6x1 pela escala 4x3 com carga horária semanal máxima de 30 horas para todas as pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0342

Conteúdo: Garantir que contratos temporários, inclusive nas novas formas de trabalho (Home Office, freelancer, intermitente, motoristas e entregadores de Apps), assegurem direitos como férias, 13º, FGTS, insalubridade, licença saúde e maternidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0432

Conteúdo: Regular as novas formas de trabalho, especialmente aquelas mediadas por plataformas digitais, garantindo direitos trabalhistas e previdenciários, proteção social e condições dignas de trabalho, com fortalecimento da fiscalização e mecanismos que responsabilizem as plataformas pela saúde e segurança das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0088

Conteúdo: Assegurando a responsabilidade e o controle do Estado para regulamentar e impor limites a todas as formas e relações de trabalho, desenvolvidas no Brasil, de modo a garantir o patamar da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0204

Conteúdo: Garantir o tema da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano como debate fundamental para a cidadania, para fins de desencadear estratégias de aprimoramento de dispositivos legais ou outros mecanismos, por parte dos parlamentares nas esferas estaduais, municipais e federal e garantir o direito à desconexão digital, regulamentando a jornada de trabalho digital, o direito de imagem e o trabalho após os 60 anos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0110

Conteúdo: Regulamentando as novas formas de trabalho e promovendo acessibilidade e inclusão no ambiente laboral, com adaptações personalizadas, formação contínua das equipes e transformação da cultura organizacional, garantindo condições dignas, práticas anticapacitistas e proteção contra a precarização e a exploração de pessoas com deficiência, rejeitando ações paliativas que não assegurem igualdade de oportunidades nem permitam o confinamento dessas pessoas em funções subalternas, sem chances reais de valorização e crescimento profissional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0032

Conteúdo: Estabelecer plano de capacitação obrigatório para gestores e equipes de trabalho sobre acessibilidade, comunicação inclusiva e eliminação de barreiras atitudinais, com carga horária mínima de 20 horas anuais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0069

Conteúdo: Implementar uma linha de crédito através de financiamento público, para pequenas e médias empresas garantirem a acessibilidade universal, respeitadas as normas técnicas vigentes e em casos específicos, adaptações razoáveis, com assessoria técnica especializada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0070

Conteúdo: Criar programa de mentoria e desenvolvimento profissional específico para pessoas trabalhadoras com deficiência, com metas de progressão na carreira e acompanhamento periódico por comissões de igualdade de oportunidades.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0218

Conteúdo: Desenvolver ações articuladas entre a PNSTT com PNAISPD, voltadas a reabilitação na perspectiva de inserção e permanência no trabalho; políticas de antidiscriminação; ampliação da lei de cotas - incluindo empresas com + 50 pessoas trabalhadoras e destaque para PcDI, PcD com necessidades complexas de cuidado, negras, indígenas, LGBTQI+ e mulheres; Criação do Fundo Nacional da PcD e políticas que ampliem a fiscalização e destinação de recursos de multas com transparência; políticas de educação p/ garantir inclusão e permanência da PcD na educação básica, superior e setores de formação tecnologicamente avançados, por meio da adaptação dos currículos, recursos pedagógicos, formação anticapacitista e acessibilidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0219

Conteúdo: Ampliar vagas para pessoas com deficiência, incluindo empresas com mais de 50 pessoas trabalhadoras na Lei 8213/91 (Lei de Cotas). Realizar fiscalização, por meio de criação de certidão de "Cota Legal", a ser emitida pelos três entes federados, condicionando a mesma à concessão, financiamento, fomento, licitação, celebração de parceria, permissões, entre outros. Criar norma no serviço público e que esta preveja pena de exoneração da chefia quando a própria não viabilizar às pessoas trabalhadoras com deficiência cuidados com a segurança, saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho, respeitando em seu processo de criação o Lema "Nada sobre nós sem nós".

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0363

Conteúdo: Atualizar o Código Brasileiro de Ocupações (CBO), em articulação com os movimentos dos trabalhadores, a fim de contemplar as novas categorias de trabalhadores e trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0372

Conteúdo: Desenvolver estratégias e criação de regulamentações específicas para novas modalidades de trabalho, assegurando direitos como jornada justa, descanso e acesso à saúde. Inclusão e Equidade Políticas voltadas à inclusão de mulheres, pessoas negras, LGBTQI+ e pessoas com deficiência PcD no mercado de trabalho, garantindo equidade salarial e

oportunidades. Incentivo à contratação de pessoas trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social, com apoio a cooperativas e economia solidária.

Tipo: Diretriz -

Código: D-N-CSL-E2-0097

Conteúdo: Promovendo a proteção da saúde de todas as pessoas trabalhadoras, formais ou informais, por meio de serviços eficientes e fiscalização contínua; criando medidas eficazes para conter a precarização acelerada do trabalho e os efeitos da terceirização irrestrita decorrentes da reforma trabalhista, reconhecendo e enfrentando os impactos das novas formas de organização e relações de trabalho, incluindo a qualificação permanente, fortalecimento da autonomia local.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0062

Conteúdo: Criar um programa de educação permanente, em saúde para as pessoas trabalhadoras, com foco na qualificação continuada em temas relevantes, estruturado para facilitar o acesso desta(e)s nos dias de aula, organizado em polo, para cada município.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0317

Conteúdo: Garantir às pessoas trabalhadoras, através de calendário nacional, o direito ao acesso periódico às consultas e exames de rotinas, com agenda protegida em todas as esferas nacional, garantindo, assim, a saúde como um direito humano do profissional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0325

Conteúdo: Garantir a implementação efetiva dos Núcleos de Educação Permanente, visando capacitar teórico-tecnicamente profissionais em temas relacionados à saúde do trabalhador e da trabalhadora, controle social, identificação e notificação de agravos relacionados ao trabalho; criar mecanismos de sensibilização das classes profissionais quanto a participação da pessoa trabalhadora dos setores públicos e privados, garantindo o acesso de participação no controle

social, sem quaisquer prejuízos; valorizar os profissionais do SUS, assegurando a redução de 1/3 da carga horária de 15 ou 20 anos de efetivo exercício profissional no SUS, sem prejuízos da remuneração.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0418

Conteúdo: Reforçar a fiscalização trabalhista mediante a vigilância ativa e ajuda mútua dos diversos funcionários dentro do contexto da saúde, a exemplo da Unidade Básica de Saúde, identificando riscos ocupacionais ligados a situações trabalhistas exploratórias, como jornadas exaustivas, das terceirizações do trabalho e de doenças ligadas, como a Lesão por Esforço Repetitivo (LER).

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E2-0115

Conteúdo: Promovendo o protagonismo das pessoas trabalhadoras, e de suas representações, na análise dos processos e condições de trabalho, valorizando o conhecimento e experiências nos sistemas de informação, vigilância, assistência e reabilitação profissional, considerando-a Política Nacional da Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (PNSTT).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0007

Conteúdo: Ampliar e divulgar o observatório popular da saúde e trabalho, plataforma pública com dados, indicadores e mapas colaborativos construídos com a população sobre riscos, adoecimentos e condições de trabalho nos territórios, priorizando grupos em situação de vulnerabilidades, com foco em mulheres, negros, quilombolas, indígenas, migrantes, imigrantes, pessoas LGBTQI+, pessoas com deficiências, idosos e pessoas trabalhadoras informais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0337

Conteúdo: Fortalecer a atuação das entidades representativas de base das pessoas trabalhadoras, assegurando, conforme previsto na Lei nº 8.142/90, a indicação legítima de pessoas conselheiras, a estabilidade no emprego por 12 meses após o término do mandato, capacitação obrigatória com respaldo regimental e a avaliação periódica da PNSTT nas pautas dos conselhos de saúde, promovendo autonomia, continuidade e representatividade ativa.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E2-0516

Conteúdo: Criar plataforma digital (Web, Redes Sociais, WhatsApp) para saúde do trabalhador e da trabalhadora, com informações sobre direitos, segurança e serviços. Promover fóruns, chats e grupos para troca de experiências e organização coletiva. Facilitar denúncias seguras e participação em conselhos de saúde, permitindo monitoramento de políticas e avaliação de serviços. Informações e demandas enviadas aos Ministérios da Saúde e Trabalho e Emprego para decisões que impactam as pessoas trabalhadoras formais e informais.

**EIXO III – Participação Popular na Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras para o
Controle Social**

46 Diretrizes e 150 Propostas

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0001

Conteúdo: Promovendo a democratização da gestão, a participação ativa das pessoas trabalhadoras nas instâncias decisórias e o fortalecimento dos conselhos de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0414

Conteúdo: Melhorar a Legislação com Democratização de acesso e equilíbrio de forças na composição dos conselhos de saúde, em especial que não sejam presididos por representantes do Governo, mesmo que indiretamente e incentivar as pessoas trabalhadoras a ocuparem espaços públicos de interação com o controle social, como: associações de moradores; sindicatos; câmara de vereadores; e etc.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0467

Conteúdo: Garantir percentual financeiro exclusivo tripartite para o controle social (CS), assegurando financiamento conforme a Res. 453/12, que garante o funcionamento independente dos conselhos de saúde, com dotação orçamentária própria financiada pelos governos federal, estadual e municipal, garantindo estruturação e manutenção dos conselhos

municipais de saúde, realização das conferências e autonomia para que os conselhos executem o recurso, devendo prever as capacitações de seus membros, através de metodologias que construa uma consciência política da importância do CS nas conquistas sociais e com foco na formação de conselhos multiplicadores, fortalecendo o CS e a participação popular no SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0446

Conteúdo: Garantir que os conselhos municipais, estaduais e regionais de saúde tenham pleno acesso aos recursos financeiros e logísticos, garantindo deslocamento, internet, e estruturas adequadas para reuniões híbridas e remotas, dando autonomia ao mesmo.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0002

Conteúdo: Avançando para um controle social da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora interseccional e deliberativo, contribuindo para o alcance da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0016

Conteúdo: Instituir como estratégias de continuidade da 5ª CNSTT, Seminários itinerantes e permanentes em todas as regiões brasileiras, coordenados pela CGSAT e sob Controle Social, envolvendo além da Renastt, o Parlamento, e frentes interseccionais, universidades públicas, movimento das pessoas trabalhadoras, etc. de caráter obrigatório nos planos de trabalho do SUS e compondo a agenda oficial, assumindo esse espaço como arena de debate de temas sensíveis e controversos fundamentais para o campo da Saúde do Trabalhador como Direito Humano (STT como DH).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0269

Conteúdo: Garantir o SUS como ordenador de ações intersetoriais para a Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (STT) como Direito Humano, instituindo comissões, planos de trabalhos e ações conjuntas com outras esferas do Estado (Justiça, Educação, Desenvolvimento Social, Casa Civil etc.), desenvolvendo estratégias para a incorporação do trabalho, como Direito Humano, em todas as lutas sociais (classe, raça, gênero etc.), assumidas como fundamentais

para as ações de controle social, É essencial garantir a participação dos movimentos identitários, com perspectiva de classe na luta pela STT, como DH, considerando os novos cenários de trabalho, precarizado e desregulamentado.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0270

Conteúdo: Estimular os conselhos de saúde à publicização, com transparência das atividades realizadas pelo controle social; a renovação das pessoas conselheiras, reforçar o papel da pessoa gestora da saúde no conselho para responder às denúncias, comissões específicas e temas afins ao setor controlado do SUS etc. como membro permanente.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0003

Conteúdo: Transformando a participação popular na saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, com novos modelos de governança colaborativa, que integrem tecnologia, inclusão digital e inovação para garantir controle social ativo e descentralizado, criando espaços digitais e físicos e promover a educação popular digital para decisões baseadas em dados e co-criação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0460

Conteúdo: Criar um programa de capacitação digital para as pessoas trabalhadoras, com acesso gratuito à cursos online, webinar e eventos virtuais sobre temas como controle social, direitos trabalhistas, políticas públicas de saúde e como utilizar a plataforma de controle social digital. Esse programa visa promover a alfabetização digital e o empoderamento das pessoas trabalhadoras nas áreas de saúde pública e gestão participativa.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0461

Conteúdo: Governança Colaborativa nas Decisões Locais: Implantar Conselhos de Saúde Trabalhista com recursos Digitais, que funcionem hibridamente, com sessões físicas e virtuais. Isso permitirá às pessoas trabalhadoras das regiões mais remotas ou com dificuldades de acesso à cidade, participarem ativamente das decisões de saúde, com transparência e co-criação das políticas de saúde local. O uso de tecnologias de videoconferência, ferramentas de

colaboração e monitoramento de decisões em tempo real vai garantir que a governança seja inclusiva, participativa e eficaz.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0510

Conteúdo: Desenvolver uma plataforma digital acessível, com consultas públicas, fóruns de discussão e feedbacks instantâneos sobre as políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A plataforma permitirá votação em tempo real, a criação de enquetes sobre saúde no trabalho e o monitoramento das ações de saúde pública. A plataforma será inclusiva, com ferramentas de tradução e acessibilidade para todos os níveis de alfabetização digital.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0495

Conteúdo: Desenvolver e implementar uma Plataforma Digital de Participação Social em Saúde que sirva como um canal onde cidadãos e pessoas trabalhadoras possam realizar consultas públicas, registrar denúncias e dar feedback sobre as atividades dos Conselhos de Saúde, promovendo o acesso à informação e a prestação de contas.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0005

Conteúdo: Fortalecendo a participação das pessoas trabalhadoras do Ministério de Saúde (MS) no controle social, mobilizando as Superintendências Estaduais e o DF, a Renastt e os demais serviços do SUS, instituições de ensino e sociedade civil, garantindo qualidade de vida no trabalho por meio de educação popular, vigilância participativa e voz ativa de todos os vínculos laborais do MS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0271

Conteúdo: Garantir a criação de uma comissão em caráter de urgência, com representantes da sociedade civil organizada - Conselho Estadual e Municipal de Saúde, Superintendência do Ministério da Saúde, Ministério Público do Trabalho e órgãos ambientais, garantindo a presença do controle social nas articulações, para avaliar a efetividade das atribuições do Cerest, para

prevenção de riscos nos ambientes de trabalho, com geração de um relatório anual com as recomendações previstas em leis, portarias e resoluções vigente.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0454

Conteúdo: Garantir a participação efetiva das pessoas trabalhadoras em todos os espaços de controle social da PNSTT e reconhecer, de forma expressa, os sindicatos como componentes do sistema de vigilância em saúde nos territórios, tornando os sindicatos notificantes formais no sistema de notificação de agravos relacionados ao trabalho (acidentes, doenças, incidentes), reconhecendo seu papel estratégico na denúncia e na vigilância, assegurando aos(às) representantes sindicais acesso às informações sobre adoecimentos e acidentes de trabalho, fortalecendo sua atuação na defesa de melhores condições laborais e na construção de ambientes de trabalho mais saudáveis e seguros, garantindo sua participação, inclusive remota, em todos os conselhos e espaços deliberativos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0007

Conteúdo: Implantando a ouvidoria, na saúde indígena, com garantias de direito de resposta às denúncias de violações dos Direitos Humanos, com implementação de programas de combate aos assédios e quaisquer tipos de violências contra as pessoas trabalhadoras da saúde indígena.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0284

Conteúdo: MS/SESAI Investir em ferramentas atualizadas de formação do controle social que estimulem a participação popular e, simultaneamente, implementar mecanismos de informação sobre as políticas públicas, programas e ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora disponíveis nos âmbitos municipal e estadual, com o objetivo de fortalecer o controle social nos espaços de gestão do SasiSUS e garantir o acesso aos cuidados e à proteção dos profissionais que nele atuam (ou do SasiSUS).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0505

Conteúdo: Implantar ouvidoria na saúde indígena com garantias de direito de resposta às denúncias de violações dos Direitos Humanos, com implementação de programas de combate aos assédios, e quaisquer tipos de violências contra pessoas trabalhadoras da saúde indígena.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0010

Conteúdo: Fomentando a participação das pessoas trabalhadoras, nas reuniões dos Conselhos de Saúde e suas Comissões, sem prejuízo financeiro no trabalho, com o desenvolvimento de formações e capacitações como ferramentas para ampliar a Participação Social e sindical na implantação e fortalecimento das CISTTs nos territórios, assegurando ambiente favorável à sua participação.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0286

Conteúdo: Instituir programas de formação e capacitação popular sobre direitos trabalhistas na saúde, no controle social do SUS e formas de mobilização para garantir condições dignas de trabalho e atendimento de qualidade à população.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0287

Conteúdo: Ampliar, garantindo com reserva de vagas e recursos de acessibilidade e apoio, a participação de pessoas com transtornos mentais e suas redes de apoio na construção de políticas públicas de saúde e trabalho: incluir representantes de coletivos e movimentos de usuários da saúde mental nos Conselhos de Saúde e nas Conferências, garantindo protagonismo na formulação de políticas de trabalho e inclusão social; promover espaços permanentes de diálogo (como fóruns) para discutir e fortalecer modelos de trabalho alternativos (economia solidária, cooperativas), reconhecendo-os como estratégias de cuidado, geração de renda e promoção da saúde mental.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0297

Conteúdo: Garantir repasses financeiros federais e estaduais para a criação, a estruturação, a manutenção e a modernização dos Conselhos de Saúde, incluindo a construção de sedes, aquisição de equipamentos e custeio operacional contínuo com o desenvolvimento de um

programa nacional que ofereça suporte técnico financeiro e formativo aos conselhos de saúde, com foco no fortalecimento do controle social, transparência e eficiência na formulação das políticas públicas em saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0392

Conteúdo: Garantir a participação das CISTTs nas estratégias de educação permanente e nos processos deliberativos do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0410

Conteúdo: Criar ou fortalecer em todos os Conselhos Municipais de Saúde as CISTTs - Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, capacitando pessoas conselheiras de saúde: pessoas trabalhadoras, lideranças sindicais e representantes da sociedade civil sobre temas como legislação trabalhista e previdenciária, saúde e segurança no trabalho, em parceria com as Universidades, como estratégia de ampliação da representação de entidades de trabalhadores e trabalhadoras na defesa de melhores condições de trabalho, com ambientes saudáveis, salubres e sustentáveis, ampliando o diálogo dos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador com os Conselhos de Saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0419

Conteúdo: Ampliar junto ao governo federal o orçamento dos conselhos de saúde garantindo incentivos para o financiamento da formação, funcionamento e fortalecimento da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) em âmbito nacional, para que a mesma possa apoiar as comissões estaduais e municipais, tornando compulsória a implementação de CISTTs nos Conselhos de Saúde dos municípios, o fortalecimento de suas ações de apoio a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em todo o território nacional e para fortalecimento dos Conselhos de Saúde, mediante autonomia financeira de forma tripartite.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0426

Conteúdo: Aprimorar, implementar e fortalecer espaços de controle social da saúde da pessoa trabalhadora; efetivar a implementação de CISTTs em todos os municípios brasileiros; implementar fóruns populares de saúde da pessoa trabalhadora em regiões com alta

informalidade e trabalho precário; instituir a obrigatoriedade da anuência e participação das pessoas trabalhadoras nas avaliações psicossociais previstas na NR-1; garantir a realização da CNSTT a cada 4 anos, incluindo a devolutiva com representantes de cada estado paritariamente, um ano após a realização da 5ª CNSTT; no âmbito estadual apresentar a devolutiva em uma reunião do pleno no Conselho Estadual de Saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0438

Conteúdo: Reformular as CISTTs como estratégia de defesa da STT como DH, considerando: criação de CISTTs regionais com o papel mediador, sem comprometer a existência das CISTTs municipais e dos Conselhos Gestores Locais; promoção de encontros presenciais obrigatórios entre CISTT nacional e estaduais, com uma frequência semestral, para suprir a falta de conexão efetiva entre elas (mesma estratégia entre as CISTTs estaduais e as municipais); obrigatoriedade de prestação de contas quadrimestrais dos Cerests, em audiências públicas, como meta de ação e anuência das CISTTs; e garantia da participação das pessoas trabalhadoras informais nas CISTTs.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0443

Conteúdo: Estabelecer processo de fortalecimento dos espaços participativos por meio da CISTT para apropriação da PNSTT, visando o protagonismo das pessoas trabalhadoras e suas organizações, no processo de sua implementação, estabelecer comitês específicos dentro das empresas para tratar exclusivamente de questões relacionadas à saúde da pessoa trabalhadora, promovendo o diálogo entre empregadores e empregados.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0494

Conteúdo: Assegurar recursos financeiros e humanos para a implantação das propostas levantadas nas conferências.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0500

Conteúdo: Ampliar a acessibilidade comunicacional em todos os espaços e meios de informação, oferecendo às pessoas com diferentes necessidades, recursos que favoreçam a compreensão e a participação plena.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0501

Conteúdo: Capacitar as pessoas trabalhadoras para que constituam um conselho gestor no Cerest.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0030

Conteúdo: Fortalecendo a participação das pessoas trabalhadoras no controle social das ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, inclusive das novas formas de trabalho, garantindo autonomia e financiamento adequado dos conselhos de saúde e das CISTTs (Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora) em todos os níveis de gestão do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0421

Conteúdo: Ampliar e garantir a representatividade dos movimentos sociais da classe trabalhadora e representantes das pessoas trabalhadoras de Segurança do Trabalho no Conselho Nacional de Saúde, assim como, implantar instrumentos "acordo de cooperação", para oficializar a liberação da pessoa conselheira, que seja representante de empresas e instituições, nas reuniões dos conselhos de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0479

Conteúdo: Apoiar a implementação dos Conselhos Locais de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde - UBS.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0033

Conteúdo: Fortalecendo as instâncias de Controle Social, ampliando os canais de interação com pessoas usuárias com transparência e participação cidadã, promovendo a participação das pessoas trabalhadoras e suas comunidades nos processos decisórios para a efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) nos territórios.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0352

Conteúdo: Garantir a participação das pessoas trabalhadoras nos conselhos de saúde, conferências, comissões intersetoriais e fóruns permanentes, com ampla divulgação das reuniões, assegurando sua presença na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, com representatividade e transparência no processo decisório, fortalecendo os Conselhos de Saúde e as Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), ampliando os espaços de diálogo intersectorial, executando a Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nos estados e municípios a partir da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) como política transversal a outras políticas de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0354

Conteúdo: Garantir espaços permanentes de diálogo, na formulação de políticas sobre saúde do trabalhador no Conselho Nacional de Saúde, assim como fortalecendo uma política de incentivo à participação social, na saúde da trabalhadora e do trabalhador, com financiamento federal/governamental para a formação de lideranças, com a criação de campanhas de conscientização e fortalecimento dos conselhos de saúde, garantindo a presença efetiva destas pessoas representantes, em todas as instâncias do SUS e criação das Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), em todos os conselhos de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0429

Conteúdo: Promover processos de educação permanente das pessoas trabalhadoras do SUS, conselheiros(as) de saúde, atores dos movimentos sociais e sindicais em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, que considerem as realidades locais e regionais, as novas formas de agravos e adoecimento, frente às mudanças no mundo do trabalho, na perspectiva da promoção, proteção e recuperação da saúde, embasados nas legislações vigentes, Normas Regulamentadoras (NR) atualizadas, questões trabalhistas em si, na garantia dos direitos,

respeitando o previsto na Política Nacional de Educação Popular em Saúde - PNEPS e para o fortalecimento da PNSTT.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0004

Conteúdo: Fortalecendo o protagonismo das mulheres com deficiência, idosas, trans e travestis nos espaços de decisão sobre saúde da trabalhadora e do trabalhador, com políticas afirmativas e capacitação para a representação, enfrentando a invisibilidade gerada pela interseção entre machismo e capacitismo, que as exclui dos espaços de poder e formulação de políticas públicas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0266

Conteúdo: Estabelecer paridade de gênero (50%) entre representantes com deficiência em todos os conselhos e comissões de saúde da pessoa trabalhadora. Garantindo maior representatividade das mulheres com deficiência, mães atípicas e cuidadoras criando programa de lideranças, oferecendo formação política, suporte para participação (transporte acessível, tecnologia assistiva, intérpretes), bolsas de apoio financeiro e monitorando indicadores específicos, promovendo estudos e pesquisas que subsidiem políticas públicas adequadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0367

Conteúdo: Criar reserva de vagas a PcD em cargos de gestão e espaços de participação, assegurando participação plena e efetiva em espaços como Conselhos de Saúde e Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTTs) oportunizando formação para lideranças com deficiência, em parceria com organizações de pessoas com deficiência, para defesa de políticas públicas justas e atuação em conselhos e espaços de decisão política, assim como formações para pessoas conselheiras sobre a luta anticapacitista. Garantir intérpretes de libras, materiais acessíveis (braille, audiodescrição, linguagem simples etc.) e acessibilidade arquitetônica em todos os espaços de participação e controle social.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0041

Conteúdo: Assegurando a participação efetiva das pessoas trabalhadoras em reuniões e fóruns de controle social da STT, sem prejuízo salarial ou profissional, por meio de estratégias de divulgação, em parceria com entidades de classe, sindicatos e outras instâncias representativas, visando o fortalecimento da vigilância popular nas políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (STT).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0466

Conteúdo: Garantir política nacional de inserção/informação de deficiências irreversíveis/permanentes na carteira nacional de identidade, com nome social antes do nome de registro, dispensar renovação periódica de laudos, participação de centrais sindicais de trabalhadores e trabalhadoras, grupos vulnerabilizados, LGBTQI+, quilombolas, povos originários, PcD's, etc e, paridade de gênero, com acessibilidade integral, com intérpretes de libras, óculos inteligentes, pisos táteis, adaptações nos ambientes e acessibilidade necessárias à participação da comunidade nos conselhos de saúde para promover transparência, participação para construção de políticas públicas eficazes para a temática da saúde nos ambientes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0444

Conteúdo: Criar os Comitês Populares em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Espaços de acolhimento, mobilização e promoção da saúde, sobre a pauta do cotidiano da classe trabalhadora. Inicialmente os Cerests seriam os territórios a serem utilizados, realizando contínuos processos de Educação Popular em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora fazendo com que o Controle Social (nele inserido o movimento sindical, estudantil e popular entre outros) tenham o protagonismo em defesa da implementação da PNSTT efetivamente nos territórios.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0008

Conteúdo: Realizando formações políticas, integrando educação popular, tecnologia e capacitação em primeiros socorros no ambiente laboral para fortalecer a saúde da pessoa trabalhadora em situação de rua, na perspectiva da construção e fortalecimento da autonomia destas pessoas protagonistas em sua participação em espaços de controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0285

Conteúdo: Incluir e garantir a contratação de pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua nos serviços, nos programas, nos projetos e nas ações da Política Nacional de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador, oferecendo condições de permanência e manutenção do vínculo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0383

Conteúdo: Criação de um programa de formação de Agentes de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ASTT) advindos dos movimentos sociais para formação de pessoas multiplicadoras, realização de palestras, ações nas empresas em parceria com Cerests, CIPAs e equipes de saúde da família e comunidade. Além disso, podem também atuar em pontos fixos e estratégicos com grande circulação de pessoas. Assim, os ASTT e as pessoas trabalhadoras, bem como seus representantes poderão colaborar entre si e compreender a determinação social do processo saúde-doença e prevenção do adoecimento da pessoa trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0490

Conteúdo: Incluir e garantir a permanência da participação dos Movimentos Sociais da População em Situação de Rua em todos os espaços de controle e participação social responsáveis pela formulação, implementação e fiscalização da Política Nacional de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0015

Conteúdo: Ampliando e qualificando os mecanismos de participação social no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas de saúde da trabalhadora e do trabalhador, pelo fortalecimento dos conselhos de saúde, fóruns, conferências e espaços coletivos de deliberação, incluindo as diversas realidades laborais (formal, informal, autônoma, rural e urbana).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0386

Conteúdo: Implantar observatórios/fóruns como mecanismos de governança participativa territorial com abordagens da saúde, do trabalho e dos territórios das populações do campo, da floresta e das águas, para estabelecer ações de vigilância popular dos impactos socioambientais (aquecimento das águas, contaminação, deslocamento forçado, redução da biodiversidade) nos territórios das Plataformas Continentais Estendidas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0388

Conteúdo: Criar ambientes de trabalho saudáveis, com respeito, dignidade e igualdade de oportunidades, é fundamental para a saúde física e mental das trabalhadoras. Além disso, é crucial oferecer programas de capacitação contínua, especialmente para as pessoas trabalhadoras mais vulneráveis, como os terceirizados e informais. Isso inclui treinamentos em segurança no trabalho e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras, além de prepará-los para enfrentar as mudanças no mercado de trabalho.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0036

Conteúdo: Fortalecendo o controle social, a participação popular e a educação popular para garantir o trabalho, saberes e modo de vida das populações do Campo, Águas e Floresta (CFA) na promoção da saúde e proteção ambiental, com ênfase nas juventudes que assegure a escuta e o protagonismo das pessoas trabalhadoras na formulação e avaliação das políticas públicas de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0491

Conteúdo: Ampliar programas de formação/ação para fortalecimento do trabalho e saberes das Populações do CFA envolvendo as comunidades, juventudes (a partir da construção de uma conferência das juventudes do CFA), lideranças comunitárias, Cerests, agentes comunitários e populares de saúde, profissionais das vigilâncias e estratégia de saúde da família.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0492

Conteúdo: Assegurar participação permanente das populações dos Campos, Florestas e das Águas nas políticas públicas que respeitem os modos de vida, saberes tradicionais e contextos territoriais das pessoas trabalhadoras: mineiros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, com ações específicas de prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e à degradação ambiental.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0027

Conteúdo: Fortalecendo a Participação Popular e o Controle Social, nas Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, garantindo representação efetiva, com escuta ativa, formação crítica e protagonismo nos espaços de decisão, em sua formulação, implementação, monitoramento e fiscalização das Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Fomentando a Educação Popular em Saúde e Ampliando os Canais de Diálogo entre Sociedade Civil, Gestores e pessoas trabalhadoras do SUS, com vistas ampliar o acesso, e representação dos grupos vulneráveis, nos diversos territórios, promover a vigilância popular e defender os direitos sociais e trabalhistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0506

Conteúdo: Instituir a realização periódica (anual) de fóruns de STT, ampliando o campo de debate da aplicação de política de saúde, garantindo a participação popular na formulação das políticas públicas trabalhistas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0468

Conteúdo: Promover o debate público e a formação de conselhos de saúde e comissões intersetoriais com participação de pessoas usuárias, profissionais e especialistas sobre o uso terapêutico da cannabis, garantindo a escuta ativa dos trabalhadores da saúde e sua autonomia na escolha terapêutica.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0016

Conteúdo: Garantindo a inclusão de cenários especializados em Saúde das Trabalhadoras e dos Trabalhadores - nos âmbitos da atenção à saúde, vigilância em saúde, gestão e participação social - na composição da carga horária teórico-prática e prática em quaisquer residências em saúde, de modo a gerar familiaridade e contribuição do campo da Saúde e Trabalho com a área de ênfase da residência.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0290

Conteúdo: Institucionalizar nos Programas de Residência em Saúde um Núcleo de vivência teórico-prática, educação popular e reflexão crítica sobre Saúde das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, com ênfase na participação popular e no fortalecimento do controle social, articulando cenários especializados, espaços de escuta coletiva e ferramentas de comunicação acessíveis à população.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0291

Conteúdo: Estimular a inserção das residências multiprofissionais nos espaços de Controle Social, delimitando carga horária específica para desenvolvimento de ações junto à comunidade, como estratégia de aprendizado e mobilização, bem como propor estratégias de cuidado às pessoas residentes, considerando que estas também são pessoas trabalhadoras.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0018

Conteúdo: Ampliando a participação popular na saúde do trabalhador, com capacitação de estudantes trabalhadoras e trabalhadores para os Conselhos de Saúde, criação de canais de escuta integrados ao SUS e Cerests, e valorização de lideranças comunitárias na articulação com a Renastt.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0353

Conteúdo: Cobrar do Ministério da Saúde o cumprimento com seriedade das ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, bem como o fornecimento de subsídios aos estados e municípios, impulsionando as pesquisas acadêmicas na temática em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0405

Conteúdo: Criar uma plataforma digital de participação cidadã que articula estudantes de saúde, conselhos de saúde, Cerest's e demais setores em fóruns de debate e coprodução de políticas públicas, que contenha módulos de consulta pública, espaços de proposições colaborativas e acompanhamento de indicadores de saúde do trabalhador e da trabalhadora, permitindo que representações estudantis submetam propostas diretamente aos conselhos municipais, estaduais e ao CNS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0355

Conteúdo: Desenvolver Campanha Nacional e Interministerial de conscientização que promova a PNSTT em parceria com as CISTTs, os Sindicatos e as Associações de Classe para fiscalizar, monitorar e coibir práticas abusivas nas relações de trabalho, com foco na redução de acidentes e mortes relacionadas ao trabalho, especialmente em setores com alta informalidade, responsabilizando empresas por danos à saúde da pessoa trabalhadora e estabelecer a articulação das instâncias de controle social na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora criando um fluxo de comunicação e informação, garantindo a efetivação das propostas encaminhadas pelas CISTTs e aprovadas pelo conselho por meio da execução desta.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0393

Conteúdo: Incluir na PNSTT que os sindicatos, Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde são componentes do sistema de vigilância em saúde do trabalhador, com acesso às estratégias e informações das ações e estabelecimento de parcerias formais com o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social, para integrar os sindicatos e conselhos, no sistema de vigilância. Essas parcerias devem ser baseadas em princípios de colaboração, transparência e respeito mútuo. Estabelecimento de normatização que assegure o acesso dos representantes sindicais aos locais de trabalho para fins de inspeção e avaliação das condições de trabalho e saúde ocupacional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0476

Conteúdo: Criar uma campanha nacional de valorização da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0436

Conteúdo: Integrar as pessoas trabalhadoras e estagiárias nas ações de Vigilância Popular em Saúde do Trabalhador, ampliando a coleta de dados sobre condições laborais nos territórios e fortalecendo o vínculo entre serviços de saúde, universidades e movimentos sociais para maior impacto na formulação de políticas públicas.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0025

Conteúdo: Reconhecendo e fortalecendo os movimentos estudantis como espaços estratégicos de formação política e participação popular no controle social do SUS e na luta por um sistema de saúde democrático e equitativo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0296

Conteúdo: Incluir representantes de entidades estudantis de cursos da saúde nos conselhos de saúde e em espaços deliberativos do SUS em nível local, estadual e nacional, assegurando voz ativa nas decisões sobre Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora por meio de reserva de ao menos 10% das vagas para representantes estudantis da área da saúde. Bianualmente poderão ser publicados editais de chamamento para eleição de pessoas delegadas estudantis, com orientação técnica e apoio do Ministério da Saúde. Serão medidos o cumprimento da cota, frequência e propostas apresentadas pelos jovens conselheiros e avaliações de impacto das deliberações.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0459

Conteúdo: Formação de multiplicadores em controle social da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, selecionados em edital nacional com base em experiência em movimentos estudantis e projetos de extensão. Cada multiplicador deve participar de cursos cobrindo temas como orçamento público do SUS, transversalidade intra-SUS, controle social e vigilância em saúde do trabalhador. Após a formação, cada um organizará ao menos 2 oficinas locais por

semestre para capacitar outros estudantes, auxiliado por um kit de materiais pedagógicos produzido pelo Ministério da Saúde. Os indicadores incluem número de multiplicadores certificados, oficinas realizadas, participantes habilitados e novas propostas encaminhadas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0435

Conteúdo: Criar políticas institucionais que incentivem e garantam a presença das pessoas trabalhadoras e/ou estagiárias de diversos segmentos nos conselhos de saúde e nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests), sobre direitos trabalhistas, segurança no trabalho, participação em conselhos e instâncias populares, promovendo a formação de profissionais críticos e comprometidos com a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora possibilitando sua participação ativa nas discussões e decisões sobre políticas públicas, com formação específica sobre controle social e saúde da trabalhadora e do trabalhador.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0477

Conteúdo: Criar Comitês Locais de STT nos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Cerests) para fortalecimento da Redes de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Renastt), com participação popular nos espaços de Controle Social do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0295

Conteúdo: Regular e garantir, em âmbito nacional, mecanismos de incentivo e liberação para que pessoas trabalhadoras indicadas ou eleitas por suas entidades representativas possam participar efetivamente das instâncias de controle social, como conselhos de saúde, conferências, comitês e ações de vigilância participativa, durante sua jornada de trabalho, sem prejuízo à remuneração ou vínculo, reconhecendo essa participação como parte do direito à saúde e à cidadania, essencial à efetivação do SUS e da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0305

Conteúdo: Fortalecer a atuação das pessoas trabalhadoras na intervenção sobre os ambientes, condições, organização e gestão do trabalho por meio da criação de Frentes de Vigilância Popular, organizadas por categoria profissional, território ou ramo de atividade, integradas aos núcleos de Educação Permanente.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0417

Conteúdo: Garantir a participação das pessoas trabalhadoras, sem prejuízo salarial, para a formulação, a modificação e o acompanhamento da política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em todos os espaços participativos, incluindo as pessoas trabalhadoras rurais, pescadores e recicladores, para a garantia de escuta das demandas necessárias.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0390

Conteúdo: Incluir o tema da Participação e Controle Social no currículo escolar, promovendo desde cedo a consciência crítica, o reconhecimento de direitos e o papel da sociedade na fiscalização das políticas públicas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0394

Conteúdo: Promover a convergência de agendas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e políticas urbanas (Planejamento urbano, de transportes e circulação) como forma de fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador em temas relacionados à mobilidade urbana.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0474

Conteúdo: Promover a educação permanente das pessoas trabalhadoras do SUS, pessoas conselheiras de saúde, e atores dos movimentos sociais e sindicais, considerando as realidades locais e regionais, para que possam fiscalizar as ações da gestão na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) através da disponibilidade de recursos federais direcionado para estas ações.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0023

Conteúdo: Garantindo a participação ativa das pessoas estagiárias, da área da saúde, na formulação e fiscalização das políticas de saúde da trabalhadora e do trabalhador, fortalecendo espaços de controle social e promovendo sua formação crítica e cidadã para atuação na defesa de ambientes de trabalho saudáveis e seguros.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0034

Conteúdo: Ampliando a participação das pessoas trabalhadoras no controle social do SUS, formatando o debate sobre os determinantes do adoecimento da classe trabalhadora e as formas de superá-la.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0035

Conteúdo: Garantindo o protagonismo das pessoas trabalhadoras, e suas representações, na análise dos processos e condições de trabalho, com reconhecimento do seu conhecimento e experiências nos sistemas de informação, vigilância, assistência e reabilitação profissional como integrantes do sistema de proteção da segurança e saúde.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0040

Conteúdo: Mobilizando a participação popular, na saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras, para o controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0472

Conteúdo: Garantir a rede de apoio para o tratamento das pessoas trabalhadoras em âmbito de saúde ocupacional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0473

Conteúdo: Destinar 2% do fundo amazônico para Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0480

Conteúdo: Efetivar a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), considerando os princípios da integralidade, intersetorialidade e regionalização.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0011

Conteúdo: Criando as redes de comunicadores integradas às secretarias de saúde municipais, estaduais e ao Ministério da Saúde, para garantir a produção e a veiculação de conteúdos inclusivos e estimular a escuta ativa da população por meio de rádios comunitárias, mídias alternativas e coletivos de comunicação nas periferias e áreas rurais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0356

Conteúdo: Estabelecer meios eficazes de comunicação entre instituições de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e a população, com ênfase na escuta das demandas das pessoas trabalhadoras, sobretudo as pessoas mais vulnerabilizadas, criando canais permanentes de denúncia e avaliação do atendimento e das condições de trabalho, com retorno público e medidas corretivas, fomentando pesquisas populares e espaços de escuta nos territórios, permitindo que pessoas usuárias de serviços e pessoas trabalhadoras compartilhem suas experiências e contribuam com a formulação de políticas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0025

Conteúdo: Propor, criar e fortalecer canais de comunicação sobre a saúde das pessoas trabalhadoras, articulando ações entre saúde pública, empresas e comunidade para campanhas educativas, além de instituir uma política nacional de comunicação pública do SUS como política estruturante da saúde, com equipes qualificadas, recursos, participação social e transparência, voltada ao combate à desinformação, especialmente sobre prevenção de doenças e emergências sanitárias, promovendo o direito à informação ética e pública, incentivando boas práticas nos três níveis de governo de parcerias com veículos midiáticos, contribuindo para o aprimoramento da legislação sobre redes sociais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0402

Conteúdo: Instituir, com o apoio da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação e da Escola Nacional de Administração Pública, um programa permanente de formação em comunicação pública, coordenado pelo governo federal, voltado a todas as pessoas servidoras de órgãos estatais, com ênfase em sua relevância estratégica e na participação ativa de lideranças e gestores, especialmente para profissionais da área da comunicação, abordando temas como Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, determinantes sociais da saúde, equidade e combate à desinformação, além de, implementar políticas de educação popular em todos os níveis, considerando os efeitos das novas formas de trabalho na saúde física e mental da classe trabalhadora, incentivando ambientes de ensino justos, seguros e saudáveis.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0037

Conteúdo: Visibilizar os conselhos locais de saúde como espaços de capilarização da participação popular com inserção das pessoas trabalhadoras, formais e informais, sindicatos e demais entidades, estimulando a participação ativa na formulação, implementação e monitoramento das políticas de saúde, em todos os âmbitos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0043

Conteúdo: Fortalecendo a Participação Social nas Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora por meio da criação de mecanismos permanentes, participativos e intersetoriais de escuta, fiscalização e cuidado, com base em diagnósticos em saúde mental e equitativos, considerando as desigualdades dos territórios e realidades laborais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0050

Conteúdo: Garantindo a participação ativa e representativa das pessoas trabalhadoras na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, por meio do fortalecimento dos conselhos de saúde, da realização de conferências e audiências públicas, da criação de canais acessíveis para denúncias e sugestões.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0191

Conteúdo: Implantar e assegurar na Lei nº 11.350 de 2006 uma política para regulamentação de vínculos das categorias dos agentes comunitários de saúde (ACS) e aos agentes de combate a endemias (ACE) após a emenda constitucional 51/2006, garantindo a estabilidade dos direitos e inclusão no plano de cargo e carreira no município.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0457

Conteúdo: Fortalecer e ampliar o programa dos agentes populares de saúde (AgPopSUS) e da educação permanente em saúde do trabalhador (Ed. Pop. SUS), preconizado pela Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS), que traz uma perspectiva de formação-ação descolonizante, participativa, integrada de base territorial.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0458

Conteúdo: Instituir ações que assegurem o acesso igualitário e equitativo à saúde, com políticas específicas voltadas à proteção e promoção da saúde da trabalhadora e do trabalhador. Incluir diretrizes para o enfrentamento da violência de gênero nos ambientes de trabalho, garantir suporte psicossocial e criar políticas institucionais de acolhimento e cuidado com a saúde mental das pessoas trabalhadoras, reconhecendo suas múltiplas jornadas e vulnerabilidades.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0485

Conteúdo: Garantir a ampliação de representação dos profissionais de saúde residentes dentro dos núcleos, conselhos e/ou comissões que estruturam, discutem e fiscalizam os programas de residências em saúde nos âmbitos das três esferas do governo, como os Núcleo Docente Assistencial Estruturante (NDAE), Comissão de Residência Multiprofissional (COREMUS),

Comissões Descentralizadas Multiprofissionais de Residência (CODEMUS) e Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0486

Conteúdo: Garantir a participação ativa dos profissionais residentes em saúde no que tange à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras nos conselhos municipais e estaduais de saúde, bem como em conferências e movimentos sociais, garantindo a liberação de carga horária para atividades de representação sem necessidade de reposição.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0496

Conteúdo: Incentivar processos de formação contínua para pessoas trabalhadoras, conselheiros e conselheiras de saúde, participantes dos movimentos sociais e sindicais, com foco na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, levando em conta as realidades locais e regionais, as novas manifestações de agravos e doenças, com base nas leis em vigor e na salvaguarda de direitos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0051

Conteúdo: Garantindo ações de Educação Permanente e Popular, em STT, com participação de movimentos e controles sociais e ensino público/privado, com acesso às informações sobre saúde, prevenção e direitos trabalhistas, com ações intersetoriais, descentralizadas e adaptadas às realidades locais, formando multiplicadores com uso de tecnologias inclusivas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0401

Conteúdo: Promover reuniões, simpósios e campanhas com participação dos sindicatos, movimentos populares e sociais, organizações de categorias, conselho de saúde, Instituições de Educação Básica e Ensino Superior com intuito de promover os direitos da pessoa trabalhadora e sua saúde para fortalecer a participação e o controle social e a formação da juventude, abordando questões relacionadas aos acidentes de trabalho e suas subnotificações, abusos de poder e violações de direitos humanos nos ambientes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0493

Conteúdo: Implantar uma plataforma digital (app/site) para fortalecer a participação popular e controle social na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de forma integrada ao gov.br, segura e acessível com as seguintes funcionalidades: acesso à informação, conteúdo atualizado, legislação, notícias, alertas, campanhas de promoção da saúde e prevenção; canal para denúncias e ouvidoria com encaminhamento aos órgãos competentes; atendimento para dúvidas (chat bot/formulário); educação permanente (cursos/cartilhas/vídeos); intranet para conselhos/secretarias: com ferramentas de apoio ao trabalho, área de reuniões e troca de documentos e saberes.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0053

Conteúdo: Garantindo o protagonismo das pessoas trabalhadoras na análise dos processos e condições de trabalho, através do seu conhecimento e experiências nos sistemas de fiscalização, vigilância, assistência e reabilitação profissional como integrantes do sistema de proteção da saúde e da segurança.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0483

Conteúdo: Criação de uma frente de Vigilância pública, organizada por categorias profissionais ou ainda por ramo de atividade desde que sejam integradas aos CMS, Núcleos de Educação Permanente, Cerests, Sindicatos, Associações para compartilharem informações e saberes para que possam construir ações em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que beneficie a todos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0054

Conteúdo: Fomentando os processos e instâncias participativas no interior das práticas de ensino para promover a aprendizagem da confecção de mapas de risco e mobilização significativa da classe trabalhadora na definição de eixos e prioridades das ações do SUS em face da Saúde de Trabalhadoras e Trabalhadores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0511

Conteúdo: Criar espaços de escuta e diálogo para identificar e discutir questões que impactam na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, como domínio de informações e conhecimentos em Saúde Condições de Trabalho, ampliando a participação da classe trabalhadora nas instâncias de controle social do SUS, fortalecendo o protagonismo nas decisões sobre Saúde e Segurança no Trabalho, de modo a contribuir com a melhoria contínua das políticas públicas, garantindo que as necessidades das pessoas trabalhadoras sejam atendidas de forma eficaz e integrada.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0055

Conteúdo: Fomentando os processos e instâncias participativas no interior das práticas de ensino para promover a aprendizagem da confecção de mapas de risco e mobilização significativa da classe trabalhadora na definição de eixos e prioridades das ações do SUS em face da Saúde de Trabalhadoras e Trabalhadores.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0488

Conteúdo: Criar condições de acesso, permanência e organização para garantir a representação dos trabalhadores e trabalhadoras sobreviventes e/ou resgatados de trabalhos análogos a escravidão, com assento nos Conselhos de Saúde, Nacional, estaduais e municipais, assim como nas suas Comissões, em especial a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT).

Tipo: Proposta

Código P-CN-E3-0489

Conteúdo: Fomentar a Vigilância Popular no combate ao trabalho escravo, através de grupos e entidades sociais, promovendo ações nos territórios, ambientes de trabalho e ambientes escolares; e com lideranças comunitárias, movimentos sociais e sindicatos, para conscientização sobre o direito à saúde no ambiente de trabalho, direitos trabalhistas e os mecanismos de denúncia. Incluindo a criação e divulgação de um símbolo ou gesto reconhecível que permita a identificação segura de pessoas em situação de trabalho escravo.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0060

Conteúdo: Incentivando a participação social no contexto das residências em saúde para a implementação da Política Nacional de Residências em Saúde, pela defesa do direito à saúde e do fortalecimento de um Sistema Único de Saúde (SUS) mais justo, democrático e eficaz.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0061

Conteúdo: Fortalecendo a participação popular na Saúde das trabalhadoras e dos trabalhadores, consolidando os conselhos de saúde, conferências e a vigilância participativa como instrumentos fundamentais de formulação e monitoramento das políticas públicas, garantindo que as pessoas trabalhadoras sejam protagonistas na construção de ambientes seguros e na defesa de seus direitos à saúde.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0063

Conteúdo: Garantindo a participação democrática das pessoas trabalhadoras, nos espaços sindicais e de controle social da saúde, com educação popular, luta de classes e respeito à diversidade racial/de gênero/identidades, fortalecendo a Renastt, através de conferências/fóruns que assegurem voz aos grupos historicamente invisibilizados, conforme princípios do SUS.

Tipo: Proposta

Código P-CN-E3-0398

Conteúdo: Ampliar e fortalecer a Renastt com expansão de infraestrutura, plataforma digital acessível e financiamento para ações preventivas de educação continuada, incluindo as pessoas trabalhadoras informais, bem como assegurar ao Cerest como Centro de Referência para consultas e exames de especialidades.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0465

Conteúdo: Garantir nos instrumentos de gestão e planejamento do SUS recursos financeiros e estruturais para o funcionamento efetivo dos conselhos municipais de saúde, promovendo a

elaboração e fiscalização efetivas das políticas públicas de saúde, garantindo maior participação da população e fomento à articulação entre sindicatos, movimentos sociais e órgãos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0064

Conteúdo: Fortalecendo a participação das pessoas trabalhadoras, nas Políticas de Saúde Laboral, ampliando as Mesas de Negociação, garantindo direitos, Saúde Mental e segurança, com a promoção do controle social, ações integradas entre entes e setores, com valorização das Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora CISTTs, conselhos e educação permanente na execução da Política Nacional de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (PNSTT).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0469

Conteúdo: Fomentar a participação das pessoas trabalhadoras nos espaços institucionais como CISTTs, conselhos, associações, sindicatos e demais formas de organização, promovendo a participação popular. Aproximando as pessoas trabalhadoras por meio de encontros, fóruns e canais digitais, fortalecendo a participação e controle social na defesa dos seus direitos, bem como implementar estratégias para difusão de conhecimento pelo Cerests, CISTTs e Renastt através de marketing e tecnologia da informação e comunicação. Incentivando ações que fortaleçam as notificações de doenças e agravos relacionados ao trabalho, promovendo um diálogo efetivo entre as pessoas trabalhadoras, empregadores e sociedade civil.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0065

Conteúdo: Garantindo o protagonismo das pessoas trabalhadoras, e suas representações, na análise dos processos e condições de trabalho, com reconhecimento do seu conhecimento e experiências nos sistemas de informação, vigilância, assistência e reabilitação profissional como integrantes do Sistema de Proteção da Segurança e Saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0125

Conteúdo: Consolidar a vigilância popular e participativa como prática estratégica da PNSTT, incorporar oficialmente a metodologia da vigilância popular nos instrumentos da Renastt e na

saúde complementar; desenvolver sistema de denúncias comunitárias acessíveis, articulado às secretarias de saúde e órgãos de fiscalização; Fomentar projetos de pesquisa-ação em territórios vulnerabilizados com financiamento público e devolutiva popular, garantindo a presença de representantes da Renastt e das CISTTs nas instâncias deliberativas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0463

Conteúdo: Criar mecanismos permanentes e seguros de escuta e monitoramento de comunicação, como ouvidoria e plataforma digitais, para que as pessoas trabalhadoras possam relatar problemas de saúde relacionados ao ambiente de trabalho, propor melhorias e participação das decisões sobre políticas de saúde, independente de sua localização.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0482

Conteúdo: Criar um sistema de inclusão na PNSTT onde os CMS e órgãos de controle sejam componentes do sistema de vigilância buscando estratégias em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, sempre com acesso às informações e estratégias das ações e com as parcerias do MS, MTE, MP e MPT.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0074

Conteúdo: Fortalecendo e ampliando a Participação Popular e Social na formulação, implementação, monitoramento e fiscalização das Políticas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora por meio da criação de mecanismos permanentes, participativos e intersetoriais de escuta, fiscalização e cuidado, considerando as desigualdades dos territórios e realidades laborais, garantindo representação dos grupos vulneráveis. Promovendo maior transparência e Controle Social sobre a gestão do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0021

Conteúdo: Garantir recursos, fiscalização, capacitação e mecanismos acessíveis de denúncia. Fortalecer os Cerests e as CISTTs, garantindo sua existência onde não houver e alinhar ações da NR 1 à agenda 2030, aos ODS 3 e 8, promovendo inclusão e controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0311

Conteúdo: Garantir e fortalecer uma política de incentivo à participação social, na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com financiamento federal/governamental para a formação de lideranças. Campanhas de conscientização e fortalecimento dos conselhos de saúde, garantindo a presença efetiva de representantes das pessoas trabalhadoras em todas as instâncias do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0347

Conteúdo: Assegurar nas 3 esferas de governo, recursos financeiros fundo a fundo para educação em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, para as condições mínimas para seu bom funcionamento, tais como: infraestrutura, materiais permanentes, equipamentos, material de escritório e de informática, visando a implementação da Política Nacional de Educação Permanente.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0351

Conteúdo: Assegurar na Lei Orçamentária Anual (LOA) recursos financeiros através do Ministério da Saúde, garantindo financiamento federal para implementação da PNSTT com ênfase na criação e consolidação das redes de atenção à saúde do trabalhador (RAS-T), e o fortalecimento de espaço de cuidados como a PNPICS, para promover e executar ações intersetoriais voltadas à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras formais e informais, autônomos e precarizados, tanto no âmbito dos estados e municípios, com ênfase na Saúde do Trabalhador e Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0375

Conteúdo: Fortalecer o papel das pessoas trabalhadoras na vigilância em saúde e no SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0379

Conteúdo: Destinar dotação orçamentária e convênios (Ex.: Conass e Conasems), nas três esferas, para implementar, estruturar e manter os Conselhos de Saúde (nos três âmbitos) provendo-lhes de condições de mobilizar a comunidade local para debater e apontar caminhos para melhorar a saúde e condições de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0422

Conteúdo: Reconhecer o profissional Microscopista como profissional de Saúde no âmbito do SUS e sistemas complementares, estabelecendo diretrizes de formação técnica padronizadas e contínua, integrando o profissional às equipes multiprofissionais e garantindo condições dignas de trabalhos e remuneração, com a criação do plano de carreira e piso salarial.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0470

Conteúdo: Fortalecer financeiramente os conselhos de saúde nas três esferas, garantindo repasses via LOA e ativando conselhos locais para ampliar a participação das pessoas trabalhadoras no Controle Social. Implantar ouvidoria com sigilo no Cerest. Promover debates, articular sindicatos, fortalecer direitos laborais e fomentar educação permanente para conselhos em todos os níveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0497

Conteúdo: Assegurar a aplicabilidade da NR-15 no âmbito municipal, referente ao adicional de insalubridade e periculosidade aos servidores públicos, regulamentação de legislação específica para concessão humanizada dos referidos benefícios.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0498

Conteúdo: Fortalecer a fiscalização das condições de trabalho no setor da saúde, melhorando a fiscalização da jornada de trabalho, número de profissionais e condições laborais dos trabalhadores da saúde pública e privada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0502

Conteúdo: Garantir a fiscalização da vigilância em saúde do trabalhador nas empresas públicas e privadas fortalecendo os Cerests com a instituição de conselho gestores e recursos das três esferas de governo.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0075

Conteúdo: Fortalecendo a participação e controle social, os conselhos de saúde e a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0412

Conteúdo: Cumprir o que dispõe nas Leis nº 8080/1990 e 8142/1990. Bem como, a constituição federal de 1988, que inseriu a participação popular nas Conferências de Saúde, como espaço democrático, através de representantes de todos os segmentos da sociedade civil organizada e propôs uma política de saúde mais justa e igualitária para atender as necessidades de saúde de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, inclusive a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0433

Conteúdo: Fortalecer o controle social na saúde por meio da criação de CISTTs (Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora) nos conselhos de saúde, como estratégia para ampliar os debates sobre o tema junto à sociedade civil organizada e aprimorar a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas de saúde voltadas à população trabalhadora.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0084

Conteúdo: Fortalecendo a representação dos sindicatos nas instâncias do controle social do SUS (Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual), como modo em ampliar os espaços de discussão envolvendo todos os entes, organizações sociais e sindicatos, Cerests e CISTTs, para avaliação das ações e melhorias para a saúde do trabalhador e trabalhadora, aprimorando o acompanhamento e fiscalização da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), promovendo a democratização das políticas públicas, inclusão da

diversidade e o combate à invisibilidade de trabalhos precários, valorizando saberes e protagonismo comunitário, conforme especificidades regionais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0002

Conteúdo: Garantir liberação remunerada das pessoas trabalhadoras eleitas como delegados para Conferências de Saúde, com a finalidade de assegurar a participação social, democrática e sem prejuízo salarial ou de vínculo trabalhista.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0357

Conteúdo: Estabelecer parcerias com sindicatos, associações e movimentos sociais para ofertar mais qualificações sobre Saúde do trabalhador e da trabalhadora de modo a promover maior inserção e atuação das pessoas trabalhadoras e pessoas usuárias nos Conselhos Municipais e Estaduais de saúde, fortalecendo, assim, as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos relacionados à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, melhorando os processos e ambientes de trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0359

Conteúdo: Tornar o SUS mais acessível às pessoas trabalhadoras, especialmente nas áreas mais distantes ou vulneráveis, por meio de horários flexíveis e serviços online. Para o fortalecimento dos movimentos sociais e sindicais é crucial garantir a participação ativa das pessoas trabalhadoras na formulação de políticas públicas, pela melhoria na qualidade de vida, que atendam os anseios das pessoas como a garantia de creches em horários de atendimento compatíveis ao horário de trabalho dos pais, considerando a recepção e saída das crianças.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0365

Conteúdo: Incluir na PNSTT os sindicatos como componentes do sistema de vigilância em saúde do trabalhador, com acesso às estratégias e informações das ações de vigilância, a fim de qualificar as denúncias, que seja assegurado o acesso das pessoas representantes sindicais aos locais de trabalho para fins de avaliação das condições de trabalho e saúde ocupacional.

Que os sindicatos sejam considerados notificantes no sistema de notificação de eventos relacionados à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, podendo reportar incidentes, acidentes, doenças ocupacionais e outras situações relevantes; que os sindicatos tenham acesso aos registros e bancos de dados relacionados à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Estabelecer diretrizes nacionais para a vigilância participativa em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0366

Conteúdo: Garantir a participação de representantes da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e do Controle Social (conselhos e sindicatos) nas instâncias de elaboração e implementação das políticas para o desenvolvimento econômico em todas as esferas de governo, a fim de reduzir os impactos negativos das tecnologias e modelos de gestão, na definição de normas, parâmetros e indicadores para o acompanhamento das ações de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, a serem desenvolvidas no Sistema Único de Saúde, segundo os respectivos níveis de complexidade.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0369

Conteúdo: Dialogar sobre o SUS significa incluir a participação dos sindicatos, coletivos e associações de pessoas trabalhadoras, fomentando a mobilização coletiva, assegurando a participação e garantindo maior representatividade na elaboração e ampliação das políticas públicas voltadas para a classe trabalhadora em apropriação do seu direito aos cuidados de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0471

Conteúdo: Fortalecer o controle social do SUS, promovendo transparência, participação cidadã e protagonismo popular na formulação e execução das políticas de saúde. Capacitar membros, usar tecnologias para facilitar participação e garantir gestão colaborativa. Assegurar representatividade de quilombolas, indígenas, LGBTQI+, negros, PCD, pessoas com HIV, neurodivergentes, povos do campo, floresta, águas, tradicionais, em situação de rua, ciganos e de matriz africana.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0507

Conteúdo: Criar diretrizes que fortaleçam a acessibilidade e participação popular nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas voltadas para à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0514

Conteúdo: Garantir estabilidade e autonomia de pessoas conselheiras eleitas, contando com apoio institucional ao exercício de sua função.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0515

Conteúdo: Reforçar os conselhos locais de atenção primária, secundária e terciária, distritais, municipais, estaduais e Nacional de saúde, garantindo a representação dos(as) trabalhadores(as) e suas organizações (sindicatos, movimentos sociais, federações e centrais).

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0089

Conteúdo: Garantindo a participação ativa e representativa das pessoas trabalhadoras na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das Políticas Públicas de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, por meio do fortalecimento dos Conselhos de Saúde, da realização de conferências e audiências públicas, da criação de canais acessíveis para denúncias e sugestões.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0304

Conteúdo: Criar indicadores específicos para monitorar a participação de PcD em espaços de controle social, com avaliação regular de avanços e desafios, com a garantia de transparência em políticas públicas relacionadas à Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador com deficiência, com divulgação de dados em formatos acessíveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0451

Conteúdo: Criar mecanismos de apoio e reconhecimento para os profissionais que se dedicam ao controle social, como incentivos financeiros para custeios e formação permanente, bem como carga horária que garanta tempo para desenvolver as atribuições do conselho de saúde dentro da carga horária de trabalho dos profissionais da saúde e demais setores membros do controle social em todos os níveis como local, municipal e estadual.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0100

Conteúdo: Fortalecendo a participação ativa das doulas nos espaços de controle social, como os conselhos de saúde, assegurando sua representatividade nos processos deliberativos da saúde pública e fomentar a participação de doulas no acompanhamento das ações, em instituições públicas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0431

Conteúdo: Reconhecer o papel essencial das doulas no cuidado e apoio a gestantes, parturientes e puérperas, promovendo sua inserção efetiva nas categorias profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) como pessoas trabalhadoras da saúde, visando superar a invisibilidade institucional de sua atuação, assegurar sua participação nos espaços de controle social e garantir representação nos processos de formulação, fiscalização e deliberação das políticas públicas de saúde, valorizando sua contribuição para a humanização do parto e nascimento, criando um cadastro nacional de Doulas atuantes no SUS, com entrada de dados em âmbito municipal, com vistas ao planejamento de suporte à saúde da trabalhadora, incluindo a disponibilidade de imunobiológicos.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0102

Conteúdo: Garantindo e fomentando a realização periódica das Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, regulamentando a liberação das pessoas trabalhadoras do SUS para participação nas instâncias de Controle Social, sem prejuízo financeiro no trabalho, inclusive fortalecendo os Conselhos e suas Comissões, para ampliar o debate e aprimorar políticas públicas de saúde das pessoas trabalhadoras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0029

Conteúdo: Garantir que o tempo entre uma conferência e outra seja em intervalos de 2 anos, para que a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora esteja sempre em destaque.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0310

Conteúdo: Assegurar condições dignas e seguras para atuação das pessoas conselheiras de saúde do segmento usuário(a) garantindo formação contínua, acesso à informação de forma transparente e acessível, apoio para transporte e alimentação nas atividades do conselho, além da criação de mecanismos que assegure a participação efetiva e segura desses representantes nas decisões do SUS, prevenindo retaliações e ampliando sua voz nos espaços de deliberação assegurando a construção de uma saúde pública mais justa, democrática e participativa.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0312

Conteúdo: Criar redes de comunicadores integradas às secretarias de saúde municipais, estaduais e ao Ministério da Saúde de modo a desenvolver protocolos de comunicação com especial atenção para identificação de riscos e gestão de crises, que incluem a atuação coordenada dos órgãos públicos de saúde no planejamento, definição de estratégias e atuação durante emergências, garantindo agilidade, transparência e confiança junto à população, assegurando a participação das pessoas trabalhadoras na saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0424

Conteúdo: Tornar obrigatória a realização das Conferências de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora a cada quatro anos, assegurando um espaço regular para a análise da situação de saúde da população trabalhadora e para a formulação de diretrizes para as políticas públicas, considerando as transformações do mundo do trabalho.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0425

Conteúdo: Articular informação, comunicação, Visat, VigiPop Saúde do Trabalhador, participação e controle social por meio de dispositivo, vinculado à Renastt, no contexto da RAS,

e à CISTT Nacional, que amplifique a força política da voz das pessoas trabalhadoras, e de suas organizações, nas disputas por recursos públicos a serem aplicados nas políticas e serviços públicos para produção de saúde de trabalhadores e das trabalhadoras precarizados, em especial dos que vivem em territórios de baixo IDH (precarizados, vulnerabilizados, negligenciados, não regulamentados e expostos a agentes adoecedores).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0427

Conteúdo: Incentivar, fortalecer e garantir todos os Conselhos de Saúde, para o desenvolvimento, por meio de educação permanente e continuada, de cursos de formação, em parceria com as instâncias de educação pública (Universidades), Ministério da Saúde, MTE, e outros, como ferramenta para engajar, ainda mais, a participação do movimento sindical e contribuir para o incentivo à implantação das CISTTs nos Conselhos de Saúde, como uma estratégia para estreitar a comunicação entre classe trabalhadora, servidores/órgãos públicos e a sociedade civil, via controle social do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0434

Conteúdo: Dar ampla divulgação das conferências nos sites oficiais dos municípios e órgãos parceiros e promover seminários pós-conferências dando devolutivas para a sociedade referentes às propostas que foram aprovadas nas Conferências Regionais, Estaduais e Nacional; devendo ser incluídas nos planos municipais de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0449

Conteúdo: Disponibilizar canais para que as pessoas trabalhadoras possam sugerir, criticar ou elogiar as condições de trabalho e de saúde com o objetivo de melhorar o ambiente de trabalho, assegurando acolhimento, encaminhamento e resolução de casos de precarização, assédio e violência institucional.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0462

Conteúdo: Garantir a ampla divulgação, acessibilidade e transparência das informações sobre as ações da Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, em linguagem simples e por

meios acessíveis como rádios comunitárias, redes sociais e agentes populares, articulando essa estratégia ao fortalecimento do controle social nas unidades de saúde em todos os níveis de atenção, nas esferas públicas e privadas, por meio da criação e efetivação de conselhos locais de saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0475

Conteúdo: Desenvolver estratégias de comunicação adaptadas às realidades desses grupos, utilizando linguagem e formatos acessíveis (áudios, vídeos, materiais visuais) e canais de comunicação que sejam familiares a eles (rádios comunitárias, redes sociais, aplicativos de mensagens); essas estratégias podem incluir a presença de pessoas mediadoras culturais e pessoas tradutoras, quando necessário, para facilitar a comunicação com povos originários e comunidades tradicionais. Além disso, disponibilizar relatórios detalhados sobre a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em plataformas acessíveis e promover cooperação das rádios comunitárias, redes sociais e outros canais para disseminar informações seguras.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0484

Conteúdo: Construir um canal de acolhimento específico para denúncia e combate ao assédio moral e institucional nos ambientes de prática e formação em saúde dos profissionais residentes com uma equipe de referência no cuidado da saúde do trabalhador e trabalhadora no âmbito nacional, garantindo mecanismos para um atendimento acessível através das plataformas digitais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0512

Conteúdo: Implantar um sistema de comunicação efetiva, por todos os meios e mídias visando socializar as informações das realidades locais, regionais e nacional na modalidade de observatório em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com participação das organizações populares e sindicais efetivando sensibilização da sociedade, mobilização social, sobretudo incidência do SUS com base na realidade epidemiológica.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0504

Conteúdo: Criar normativa para orientar os conselhos Estaduais e municipais de Saúde a instituir comissões permanentes com recursos das 3 esferas de governo.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0513

Conteúdo: Assegurar que as decisões oriundas dos conselhos e conferências sejam respeitadas e efetivamente incorporadas às políticas públicas. Garantir a estabilidade e autonomia das pessoas conselheiras eleitas, com apoio institucional ao exercício de sua função.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0103

Conteúdo: Desenvolvendo formações e capacitações como ferramentas para ampliar a Participação Social, Popular e Sindical no campo da Saúde do Trabalhador, implantação e fortalecimento das Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTTs) nos territórios.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0306

Conteúdo: Promover a Educação Permanente em Saúde para docentes das instituições de ensino e educadores populares dos movimentos social e sindical em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, integrando informação, comunicação e participação nos espaços formais e não formais do ensino, fortalecendo conselhos locais como ambientes do aprender significativo, implantando escolas livres e grupos de protagonismo para ampliar a atuação crítico-democrática da classe trabalhadora, incentivando metodologias participativas e produção de materiais acessíveis, articulando ensino, pesquisa e extensão na formação de profissionais comprometidos com o SUS e com a promoção da saúde em todo os ambientes do trabalho formal ou artesanal.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0307

Conteúdo: Assegurar a importância do reconhecimento das causas estruturais do Trabalho Análogo ao Escravo pela gestão e demais atores do SUS, através de Educação Permanente, considerando a abordagem da interseccionalidade, e debater as precarizações e violências nos

ambientes e processos de trabalho, em especial às pessoas trabalhadoras em situação de trabalho análogo a escravidão, criando programa de educação permanente e popular voltadas à Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras sobreviventes e/ou resgatados de trabalhos análogos a escravidão.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0318

Conteúdo: Implementação de um Programa Nacional de Formação Sindical em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora com foco nas novas formas de exploração do trabalho e nos impactos da digitalização, voltado para dirigentes sindicais, representantes das Comissões de Fábrica, CIPAs e pessoas trabalhadoras em parceria com as entidades sindicais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0364

Conteúdo: Fortalecer a educação permanente como eixo estratégico para promover à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, e prevenir acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho, com participação dos empregadores e pessoas trabalhadoras. Propondo a criação de espaços de escuta e partilha, capacitação em novas tecnologias e ações intersetoriais coordenadas pelo Ministério da Saúde, visando o cuidado humanizado e contextualizado às novas relações de trabalho. Desse modo, fomentar as formações participativas para compreender às vivências das pessoas trabalhadoras, fortalecendo ações de promoção à saúde integral do trabalhador e da trabalhadora.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0399

Conteúdo: Implementar obrigatoriamente a formação em primeiros socorros no ambiente de trabalho, considerando a necessidade de socorristas em empresas em que cipeiros e brigadistas não recebem o treinamento adequado para tal função, bem como garantir a capacitação de voluntários.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0400

Conteúdo: Criar e promover campanhas educacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência (PcD) à saúde e trabalho - incluindo informações sobre o Auxílio Inclusão, combate

ao capacitismo, racismo e sexismo - com destaque às barreiras enfrentadas por mulheres negras com deficiência - e reafirmando o direito ao trabalho dessa população. Criar campanhas voltadas à participação social de pessoas com deficiência, incentivando sua inserção em conselhos e comissões de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, com informações também sobre outros canais e espaços de participação. Promover campanhas anticapacitistas em espaços de controle social, promovendo atitudes respeitosas e colaborativas.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0404

Conteúdo: Expandir curso de especialização em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora nas universidades/institutos federais, impulsionando bolsas CNPQ/CAPES para servidores públicos da saúde em mestrado/doutorado, garantindo custeio para participação de usuários em conferências de controle social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0437

Conteúdo: Construir com o MEC, com sindicatos e universidades, a inserção da temática Direitos Humanos, Trabalho como Direito Humano e Promoção da Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador como conteúdos inscritos em disciplinas obrigatórias que devem ser contemplados nas estruturas curriculares dos cursos da área da saúde.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0456

Conteúdo: Promover práticas formativas que reconheçam a diversidade das experiências e saberes, valorizando metodologias participativas e educação popular como ferramentas de fortalecimento do cuidado. Incluir espaços de escuta e acolhimento sobre os desafios enfrentados por pessoas trabalhadoras no ambiente de trabalho, como assédio, discriminação, racismo e invisibilidade do cuidado.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0464

Conteúdo: Garantir ações de educação permanente com Capacitação e valorização das pessoas trabalhadoras, especialmente os informais, fortalecendo a inserção da participação popular na saúde, como instrumento de controle social, fomentando conselhos locais, territórios

saudáveis, campanhas de saúde, segurança no trabalho, lideranças comunitárias, universidades, entidades e movimentos sociais.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0478

Conteúdo: Garantir cursos e oficinas populares em regime de educação continuada sobre Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em parceria com os sindicatos, universidades e movimentos sociais e parceiros tanto da esfera pública, quanto privada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0481

Conteúdo: Envolver estudantes, pessoas trabalhadoras e instituições como sindicatos, associações, Cerests e serviços de saúde no ensino da construção coletiva de mapas de risco, saúde e afetos, realizando oficinas com metodologias participativas, integrando saberes da classe trabalhadora às estratégias do SUS, promovendo a aprendizagem da escuta sensível, do diálogo e da vigilância popular, bem como favorecendo planos intersetoriais que fortaleçam o protagonismo popular na identificação de riscos, definição de prioridades e promoção de ambientes de trabalho e vida mais saudáveis.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0499

Conteúdo: Ampliar a política de educação popular em saúde nos processos de formação e educação permanente de todas as pessoas trabalhadoras criando sistema de ouvidoria multicanal integrado, com participação de associações e movimentos sindicais, técnicos e acadêmicos reunidos em observatórios populares, incluindo canais protegidos para denúncias de violações de direitos trabalhistas e todas as formas de assédios integrados a ouvidoria do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0503

Conteúdo: Garantir a realização de ações permanentes em saúde (capacitação, formação) dos conselheiros, utilizando mídias sociais, visando a promoção e prevenção da saúde do

trabalhador e trabalhadora realizando parcerias com as escolas de governo e escola de saúde pública (sugerir grade curricular).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0397

Conteúdo: Focar no processo de vigilância as novas formas de gestão, capacitando atores responsáveis pelo monitoramento das empresas, para enfrentar os mecanismos utilizados de intensificação da exploração com utilização da tecnologia e modelos de gestão, com assédio moral institucional sendo corriqueiro. O risco psicossocial é elevado, e tem gerado alto número de adoecimento e sofrimento.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0104

Conteúdo: Ampliando a participação popular na saúde do trabalhador, com capacitação de estudantes trabalhadora(e)s para os Conselhos de Saúde, criação de canais de escuta integrados ao SUS e Cerest, e valorização de lideranças comunitárias na articulação com a Renastt.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0381

Conteúdo: Promover o engajamento efetivo da sociedade civil nas decisões de políticas públicas de saúde, identificando as principais demandas da população estudante trabalhadora, capacitando representantes para atuar nos Conselhos de Saúde e criando canais digitais para facilitar a sua participação, implantando núcleos de escuta nas instituições de ensino, integrados ao SUS e Cerest, para acolhimento e prevenção do adoecimento mental decorrente da dupla jornada.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0487

Conteúdo: Elaborar, em conjunto com as pessoas trabalhadoras e suas organizações, políticas públicas orientadas à promoção da saúde física, mental e psicossocial, bem como outras

voltadas à identificação e eliminação das diversas formas de assédios, iniquidades e outras violências que atingem as diferentes pessoas trabalhadoras como camelôs, ambulantes, trabalhadores e trabalhadoras plataformizados como motoristas, motofretistas e bikes, entre outros.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0105

Conteúdo: Fortalecendo a articulação do Controle Social no SUS, estabelecendo espaços permanentes de diálogo sobre a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Implementando o fortalecimento das CISTTs com a qualificação de pessoas conselheiras de saúde, sindicatos, movimentos sociais e populares, em defesa da efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). Garantindo participação popular ativa, ambientes de trabalho dignos e saudáveis, justiça social, acesso à informação e o reconhecimento da saúde como um direito inalienável no SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0345

Conteúdo: Fortalecer mecanismos de participação juvenil dos povos tradicionais, dos campos e das cidades e pessoas com deficiência (PcD) nas conferências com a criação de um programa de incentivo para a formação política nas escolas e universidades com inclusão do tema do Programa de Saúde Escolar - PSE no controle social do SUS.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0346

Conteúdo: Fomentar a participação popular na Saúde do Trabalhador e Trabalhadora por meio de um encontro anual, promovido pelos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) e Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTTs), com todos os sindicatos, associações e outras entidades da sociedade civil para discussão da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora (PNSTT) e da Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0406

Conteúdo: Fortalecer a participação dos movimentos sociais e populares nos processos de educação popular em saúde, com ênfase no controle social, na formação crítica de conselheiros(as) e na vigilância popular em saúde como prática emancipatória apoiando e ampliando o programa AGPOP SUS e Participa Mais.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0106

Conteúdo: Garantindo a participação das pessoas trabalhadoras nos espaços de Controle Social do SUS, assegurando ambiente favorável à sua participação, fortalecendo a representação sindical, a formação política e a articulação com Conselhos de Saúde e instâncias democráticas, para consolidar a saúde como direito e o trabalho digno como determinante social.

Tipo: Proposta

Código: P-CN-E3-0374

Conteúdo: Fortalecer representação efetiva das centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos nos conselhos de saúde em todos os níveis (municipal, estadual e nacional) com formação permanente em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e apoio técnico e político às entidades sindicais para incidirem de forma qualificada nesses espaços.

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0107

Conteúdo: Fortalecendo a representação dos sindicatos nas instâncias do controle social do SUS (Conselho Municipal de Saúde, Conselho Estadual).

Tipo: Diretriz

Código: D-N-CSL-E3-0126

Conteúdo: Fortalecendo o controle social na saúde com base nos princípios da Política Nacional de Educação Popular em Saúde com enfoque na saúde mental e nas questões de gênero.

Anexo II – Moções

47 MOÇÕES DE APELO

Moção nº 01 – Saúde e direitos para trabalhadores plataformizados e ambulantes: Propõe a criação de políticas públicas específicas de saúde, segurança e proteção social para trabalhadores plataformizados e ambulantes, diante da precarização e do aumento de acidentes e adoecimentos.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; CGSAT e demais autoridades competentes.

Moção nº 05 – Inserção formal dos estudantes da área da saúde nos Conselhos de Saúde: Propõe a instituição de cotas mínimas e máximas para estudantes da saúde nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, assegurando eleição democrática e apoio para sua atuação no controle social.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

Moção nº 06 – Reconhecimento dos trabalhadores da segurança pública como sujeitos de direitos: Solicita o reconhecimento dos trabalhadores da segurança pública como sujeitos de direito à saúde, com acesso às políticas de Saúde do Trabalhador e condições dignas de atuação.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Moção nº 07 – Reconhecimento do/a musicoterapeuta como profissional de saúde: Defende o reconhecimento da musicoterapia como profissão de saúde, com inclusão de musicoterapeutas nas equipes multiprofissionais do SUS.

Destinatários: Conselho Nacional de Saúde; SGTES e DEGERTES.

Moção nº 10 – Regulamentação da profissão de doulas e sua inserção no SUS: Propõe regulamentar a profissão de doulas e incluí-las formalmente nos serviços do SUS, reconhecendo seu papel na humanização do parto e nascimento.

Destinatários: Câmara dos Deputados; Ministério da Saúde e CONITEC.

Moção nº 11 – Políticas Públicas para Pacientes Oncológicos: Reivindica a criação e fortalecimento de políticas públicas específicas para pacientes oncológicos, garantindo diagnóstico precoce, cuidado integral e respeito no atendimento. Ressalta a necessidade de ampliar serviços no SUS para essa população.

Destinatários: Ministério da Saúde; SUS; AGSUS e demais órgãos relacionados à saúde.

Moção nº 12 – Política Nacional de Práticas Corporais e Atividade Física: Propõe a criação de uma política nacional de práticas corporais e atividade física no âmbito do SUS, como medida de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Destinatário: Ministério da Saúde, AGSUS dentre outros relacionados a saúde

Moção nº 19 – Ampliação de Medicamentos Oftalmológicos na RENAME/SUS: Solicita a inclusão e ampliação de medicamentos oftalmológicos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), garantindo acesso universal e assistência integral pelo SUS. Destaca a necessidade de suprir demandas reprimidas e melhorar a qualidade do cuidado em saúde ocular.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 26 – Verba Específica para Conselhos de Saúde e CISTTs: Solicita a destinação de verba federal específica para o funcionamento de conselhos de saúde e CISTTs, garantindo autonomia e estrutura.

Destinatários: Governo Federal; Conselho Nacional de Saúde; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento e Orçamento.

Moção nº 27 – Medidas de Reparação a Trabalhadores/as Afetados/as pela Pandemia: Reivindica a adoção de medidas efetivas de reparação aos trabalhadores e trabalhadoras impactados pela pandemia de COVID-19, assegurando apoio social, econômico e em saúde. Destaca a responsabilidade do Estado na proteção e recuperação desses grupos.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego e Congresso Nacional.

Moção nº 28 – Riscos à Saúde pela Desinformação e Precarização da Comunicação Pública: Alerta sobre os impactos da desinformação institucionalizada e da precarização da comunicação pública no país, que comprometem a saúde da população. Defende o fortalecimento da comunicação pública como estratégia de promoção da saúde e garantia do direito à informação.

Destinatários: Ministério da Saúde e Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Moção nº 31 – Dificuldades de Famílias de Autistas no Acesso a Medicamentos: Destaca as dificuldades enfrentadas por famílias de pessoas autistas em conseguir medicamentos, devido às poucas opções disponíveis na rede pública. Reivindica a ampliação da oferta e da assistência no SUS.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 32 – Saúde Bucal do Trabalhador: Defende a implementação de ações de promoção, prevenção e assistência em saúde bucal voltadas aos trabalhadores.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 33 – Saúde Mental da Mulher Trabalhadora: Reconhece que a saúde mental da mulher trabalhadora é impactada por múltiplos fatores, como precariedade de emprego, sobrecarga de responsabilidades, solidão, abandono, abuso de álcool e drogas, além da falta de cuidados pré e pós-natais. Defende políticas específicas de atenção à saúde mental das mulheres.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério das Mulheres.

Moção nº 34 – Vetos a Projetos de Lei que Discriminem Trabalhadores do Sexo: Solicita o veto a projetos de lei que promovam discriminação contra trabalhadores e trabalhadoras do sexo, assegurando direitos humanos e proteção em saúde.

Destinatários: Congresso Nacional e Presidência da República.

Moção nº 35 – Proteção à Saúde de Farmacêuticos e Profissionais Expostos a Riscos: Considera a exposição diária de farmacêuticos e demais profissionais de saúde a agentes biológicos, químicos, físicos e ergonômicos. Reivindica medidas de proteção, vigilância e prevenção.

Destinatários: Ministério da Saúde e Conselhos Profissionais.

Moção nº 36 – Atendimento Noturno e Audiovisual em Saúde do Trabalhador: Propõe a criação de atendimento médico em diversas especialidades, disponível em período noturno e em sistema audiovisual, ampliando o acesso e a comodidade dos trabalhadores.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 39 – Enfrentamento ao Feminicídio e Desigualdade de Gênero: Denuncia o Brasil como 5º país no ranking mundial de feminicídios, destacando o descaso de agressores em relação às medidas protetivas e a persistência de uma cultura machista. Reivindica políticas eficazes de enfrentamento à violência contra a mulher.

Destinatários: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Mulheres e Congresso Nacional.

Moção nº 43 – Atendimento Multidisciplinar às Pessoas com Deficiência: Aponta a carência de profissionais multidisciplinares no atendimento em saúde às pessoas com deficiência. Reivindica que estados e municípios custeiem equipes completas para garantir cuidado integral.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 46 – Saúde de Trabalhadores Rurais e Ribeirinhos: Destaca os riscos enfrentados por trabalhadores rurais e comunidades ribeirinhas, como exposição a agrotóxicos, acidentes e doenças ocupacionais, somados à dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Defende ações específicas de proteção.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Moção nº 52 – Financiamento e Estrutura para Conselhos de Saúde: Reivindica a criação de resoluções específicas que assegurem financiamento e estrutura adequada para o pleno funcionamento dos conselhos de saúde.

Destinatários: Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 54 – Ampliação de Recursos para Municípios Atingidos por Mineração e Desastres: Solicita ampliar recursos e programas integrados de saúde voltados a municípios e populações impactadas por mineração, crimes ambientais e desastres, garantindo atenção integral e reparação.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 58 – Cumprimento da Reserva de Vagas para Pessoas com Deficiência em Concursos Públicos: Denuncia o descumprimento da reserva legal de vagas para PCD em concursos públicos, prevista na Constituição, na Lei nº 8.112/1990 e na Lei Brasileira de Inclusão, e exige sua efetiva aplicação.

Destinatários: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e Ministério Público Federal.

Moção nº 62 – Retomada da Conferência Nacional de Saúde Bucal: Afirma que a saúde bucal é direito garantido pelo SUS, mas milhões ainda enfrentam barreiras de acesso, agravadas pela pandemia. Ressalta que a última conferência ocorreu em 2004 e reivindica sua retomada como espaço democrático para atualizar diretrizes e fortalecer políticas públicas.

Destinatários: Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 64 – Inclusão de Trabalhadores no Espectro Autista: Destaca a invisibilidade e o preconceito enfrentados por trabalhadores no espectro autista e reivindica políticas de visibilidade, respeito e inclusão efetiva no mundo do trabalho.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério dos Direitos Humanos.

Moção nº 70 – Desmantelamento e Problemas no CEREST: Denuncia o desmantelamento, assédio organizacional, burocratização, falta de transparência na verba RENASTT, desvio de recursos, troca de chefia e despejo do CEREST Campinas. Reivindica providências para sua reestruturação e funcionamento adequado.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal de Campinas. (observação pela MD e setor jurídico)

Moção nº 74 – Piso Salarial e Jornada da Enfermagem: Denuncia o congelamento do piso salarial da enfermagem desde 2022 e reivindica sua atualização, além da regulamentação de jornada de trabalho digna para a categoria.

Destinatários: Congresso Nacional e Ministério da Saúde.

Moção nº 75 – Subnotificação de Acidentes e Doenças do Trabalho: Denuncia a grave subnotificação de casos no sistema TABNET, comprometendo a proteção à saúde do trabalhador. Reivindica medidas de transparência e monitoramento.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 78 – Prevenção de Adoecimentos em Trabalhadores do SUS: Alerta para o elevado número de acidentes e doenças do trabalho, sobretudo transtornos mentais, entre trabalhadores do SUS, e denuncia o descaso dos gestores com a prevenção.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 84 – Instituição do Programa PNAIST/SUS: Reivindica a publicação de portaria do Ministério da Saúde instituindo o Programa de Atenção Integral à Saúde e Segurança da Trabalhadora e do Trabalhador do SUS – PNAIST/SUS.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 87 – Inclusão de Homens Trans, Transmasculinos e Não Binários nas Diretrizes: Solicita a inclusão explícita de homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias nas diretrizes da 5ª CNSTT, assegurando representatividade e enfrentamento das barreiras específicas.

Destinatários: Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 93 – Regulamentação por Códigos Sanitários: Defende a regulamentação de políticas de saúde e segurança do trabalho por meio da inclusão de dispositivos específicos nos códigos sanitários.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 97 – Contra a Terceirização e Contratos Precarizantes: Rechaça toda forma de terceirização, especialmente contratos “pejotizados”, que fragilizam direitos e precarizam as relações de trabalho.

Destinatários: Congresso Nacional e Ministério do Trabalho e Emprego.

Moção nº 98 – Cotas para Pessoas Trans em Concursos Públicos: Propõe a inclusão de cotas para pessoas trans em concursos públicos municipais, estaduais e federais, como medida de inclusão e equidade no mundo do trabalho.

Destinatários: Congresso Nacional; Ministérios da Gestão, da Saúde e dos Direitos Humanos.

Moção nº 100 – Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) – 50 Anos: Reconhece a importância do PAT, instituído pela Lei nº 6.321/1976, regulamentado pelo Decreto nº

10.854/2021, e que completará 50 anos em 2026. Reivindica sua valorização, fortalecimento e atualização.

Destinatários: Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde.

Moção nº 105 – Inserção das PICS na PNSTT: Afirma que o modelo biomédico é insuficiente para os agravos crônicos do trabalho e reivindica a incorporação das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) na PNSTT, conforme evidências da OMS.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 109 – Observatório de Saúde do Trabalhador e Sofrimento Psíquico: Propõe que o Observatório priorize a análise dos processos de trabalho geradores de desgaste mental, integrando vigilância, formação crítica e apoio aos CERESTs e movimentos sociais.

Destinatários: Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 110 – Acessibilidade nas Conferências de Saúde do Trabalhador: Denuncia problemas de acessibilidade na 5ª CNSTT, com pessoas com deficiência realocadas em hotéis distantes, e solicita que futuras conferências garantam respeito e dignidade a esse público.

Destinatários: Comissão Organizadora da 5ª CNSTT e Ministério da Saúde.

Moção nº 112 – Inclusão de Nutricionistas nas Empresas: Defende a obrigatoriedade da presença de nutricionistas nas empresas, promovendo saúde, produtividade e redução de custos relacionados ao adoecimento.

Destinatários: Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde.

Moção nº 114 – Falta de UTIs em Hospitais Públicos: Denuncia a insuficiência de leitos de UTI nos hospitais públicos e reivindica ampliação da estrutura para atender às necessidades da população.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 116 – Inclusão de Mulheres Surdas e PcDs nas Políticas de Saúde e Trabalho: Solicita apoio prioritário do SUS a mulheres surdas, com intérpretes de Libras garantidos em maternidades, e a inclusão de PcDs como prioridade em políticas de saúde e trabalho.

Destinatários: Ministério da Saúde e Congresso Nacional.

Moção nº 121 – Defesa da Soberania Nacional e da Democracia: Denuncia ataques à soberania nacional e à democracia brasileira por grupos que agem contra os interesses do povo. Reivindica medidas de proteção ao Estado Democrático de Direito.

Destinatários: Congresso Nacional; Presidência da República e Ministério da Justiça.

Moção nº 123 – Combate ao Trabalho Escravo e Promoção do Trabalho Digno: Reconhece que o trabalho escravo persiste no Brasil e reivindica políticas que assegurem trabalho digno e o pleno respeito aos direitos humanos.

Destinatários: Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho.

Moção nº 124 – Integração dos Serviços Municipais à RENASTT: Solicita o reconhecimento formal de que os serviços municipais de saúde do trabalhador também integram a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENASTT).

Destinatários: Ministério da Saúde.

38 MOÇÕES DE APOIO

Moção nº 2 – Regulamentação da Cannabis Terapêutica e Inclusão no SUS: Reivindica a regulamentação do uso terapêutico da cannabis, a produção nacional, a inclusão no SUS e o reconhecimento das associações de cannabis terapêutica, além da integração às farmácias vivas e às práticas integrativas e complementares em saúde.

Destinatários: Ministério da Saúde; Congresso Nacional e ANVISA.

Moção nº 9 – Participação dos Residentes em Saúde no Controle Social: Ressalta que os residentes em saúde são profissionais em formação no SUS que historicamente tiveram sua participação no controle social ignorada. Solicita sua inclusão efetiva nesse espaço democrático.

Destinatários: Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 14 – Participação de Trabalhadores em Pesquisas Clínicas: Reivindica que o Ministério da Saúde reconheça e acolha a participação de trabalhadores e trabalhadoras em pesquisas clínicas como um direito humano e ético, assegurando proteção e respeito.

Destinatários: Ministério da Saúde, Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e ao Ministério da Educação.

Moção nº 15 – Criação de Frentes Parlamentares em Defesa da Saúde do Trabalhador: Propõe a criação de frentes parlamentares específicas para defender a saúde do trabalhador e da trabalhadora como direito humano fundamental.

Destinatários: Congresso Nacional.

Moção nº 16 – Inclusão da Expressão “Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano”: Solicita que a expressão seja incorporada em toda a documentação oficial de âmbito nacional, estadual e municipal relacionada às relações de trabalho e saúde.

Destinatários: Ministério da Saúde; Conselhos de Saúde e Órgãos Legislativos.

Moção nº 18 – Valorização do Trabalho de Cuidado Realizado por Mulheres: Denuncia a desvalorização e invisibilidade do trabalho de cuidado, remunerado e não remunerado, majoritariamente assumido por mulheres, sobretudo negras, como determinante do processo saúde-doença.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério das Mulheres e Ministério da Igualdade Racial.

Moção nº 20 – Criação de Frentes Interseccionais em Saúde do Trabalhador: Defende a criação de frentes interseccionais para articular a saúde do trabalhador e da trabalhadora como direito humano, considerando gênero, raça, etnia e diversidade.

Destinatários: Congresso Nacional e Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 23 – Inclusão de Fonoaudiólogos nas Equipes Multiprofissionais: Denuncia a falta de fonoaudiólogos nas equipes de saúde do SUS, comprometendo a integralidade do cuidado. Reivindica sua inclusão obrigatória nas equipes multiprofissionais.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 29 – Apoio à PEC 14/2021 (Aposentadoria de ACS e ACE): Declara apoio à PEC 14/2021, que reivindica aposentadoria digna, com integralidade e paridade, para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE).

Destinatários: Congresso Nacional.

Moção nº 30 – Direito à Proteção contra Acidentes de Trabalho: Reforça o direito constitucional de trabalhadores urbanos e rurais à proteção contra acidentes de trabalho, com seguro a cargo do empregador, além da indenização nos casos de dolo ou culpa.

Destinatários: Congresso Nacional e Ministério do Trabalho e Emprego.

Moção nº 38 – Descumprimento da Anvisa no Artigo 200 da Constituição: Denuncia que a Anvisa não cumpre o artigo 200 da Constituição ao não operacionalizar ações de vigilância em saúde do trabalhador em estabelecimentos de trabalho. Defende que a agência vá além da regulação de produtos e considere também os trabalhadores.

Destinatários: Anvisa; Ministério da Saúde.

Moção nº 40 – Manutenção do VRT do Benzeno e Reabertura das Comissões: Defende a manutenção do Valor de Referência Tecnológico (VRT) do Benzeno e a reabertura das Comissões Estaduais e da Comissão Nacional Tripartite de Prevenção à Exposição Ocupacional ao Benzeno.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego.

Moção nº 42 – Financiamento da Vigilância em Saúde do Trabalhador: Propõe que o financiamento das ações de vigilância em saúde do trabalhador, hoje na Média e Alta Complexidade (MAC), seja transferido para a Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA).

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 49 – Reajuste da Bolsa Permanência do ProUni: Denuncia que a Bolsa Permanência do ProUni, congelada em R\$ 700, não cobre o custo de vida, forçando estudantes vulneráveis a trabalhos precários e afetando sua saúde e formação. Reivindica reajuste urgente.

Destinatários: Ministério da Educação e Congresso Nacional.

Moção nº 50 – Políticas Intersetoriais de Saúde e Educação: Solicita articulação entre saúde, educação, trabalho, fazenda, transporte e comunicação, com apoio de governos e conselhos, para políticas integradas de proteção à saúde do trabalhador.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho; Ministério da Fazenda; Casa Civil; Frente Parlamentar de Educação; Conselhos Nacionais; Governos Estaduais e Secretarias.

Moção nº 53 – Enfrentamento à Transfobia na 5ª CNSTT: Denuncia atos transfóbicos e violações de direitos de pessoas trans ocorridos na conferência, exigindo respeito às identidades de gênero em todos os espaços do SUS e do controle social.

Destinatários: Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Moção nº 57 – Recebimento do IFA por ACS e ACE: Apoia a reivindicação de que trabalhadores ACS e ACE recebam o Incentivo Financeiro Adicional (IFA), reconhecendo sua contribuição essencial ao SUS.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 61 – Plano de Seminários Itinerantes Sistemáticos: Propõe a realização de seminários itinerantes para consolidar o debate da 5ª CNSTT e difundir a saúde do trabalhador como direito humano em todo o país.

Destinatários: Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Moção nº 65 – Piso Salarial para Profissionais de Odontologia: Reivindica piso salarial digno e atualizado para profissionais de odontologia, combatendo a precarização e assegurando atendimento de qualidade à população.

Destinatários: Congresso Nacional e Ministério da Saúde.

Moção nº 69 – Retomada de Ferramentas de Vigilância pela CGSAT: Solicita a retomada de ferramentas da CGSAT que monitoravam em tempo real acidentes e óbitos relacionados ao trabalho, fortalecendo a resposta rápida aos agravos.

Destinatários: Ministério da Saúde e CGSAT.

Moção nº 71 – Inclusão de Fisioterapeutas no SUS: Defende a inclusão de fisioterapeutas na saúde do trabalhador para enfrentar o aumento de agravos musculoesqueléticos e ergonômicos, ampliando a integralidade e a prevenção no SUS.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 76 – Redução da Jornada dos Residentes em Saúde: Denuncia que residentes cumprem jornadas de 60h semanais, acima do limite constitucional e da OIT, prejudicando saúde e cuidado no SUS. Reivindica redução para 44h semanais sem corte na bolsa.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

Moção nº 79 – Regulamentação da Saúde do Trabalhador no SUS: Reforça a necessidade de regulamentar os incisos da lei 8.080/1990 que tratam da saúde do trabalhador, garantindo efetividade ao artigo 200 da Constituição.

Destinatários: Ministério da Saúde e Congresso Nacional.

Moção nº 81 – Representação Sindical da Saúde Indígena: Reivindica o reconhecimento e a efetiva representação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde indígena, assegurando direitos trabalhistas e valorização profissional.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério dos Povos Indígenas e Ministério do Trabalho e Emprego.

Moção nº 83 – Regulação das Apostas Esportivas Online: Denuncia os impactos das apostas esportivas online sobre a saúde mental dos trabalhadores, como endividamento e adoecimento psíquico. Reivindica elevação da taxação de 18% para 50% e maior controle sobre marketing e proibição de acesso a menores.

Destinatários: Congresso Nacional; Ministério da Fazenda e Ministério da Saúde.

Moção nº 85 – Integração da Saúde do Trabalhador aos Direitos Humanos: Denuncia que a legislação não integra a saúde do trabalhador às normativas de direitos humanos, em desacordo com o artigo 1º, inciso III, da Constituição. Reivindica ajustes legais para garantir dignidade da pessoa humana.

Destinatários: Congresso Nacional e Ministério da Saúde.

Moção nº 89 – Reconhecimento dos Condutores Socorristas do SAMU: Propõe o reconhecimento legal dos condutores socorristas do SAMU como profissionais de saúde, com jornada de 30 horas semanais e salário equivalente às demais categorias da área.

Destinatários: Congresso Nacional e Ministério da Saúde.

Moção nº 91 – Defesa dos Direitos dos Trabalhadores da Rede Federal no RJ: Denuncia que unidades de saúde federais no Rio de Janeiro, transferidas a OSs e ao GHC, não respeitam direitos trabalhistas, praticando assédio moral e institucional. Exige medidas imediatas de proteção.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério Público do Trabalho.

Moção nº 92 – Elevação da CGSAT na Estrutura do Ministério da Saúde: Reivindica que a CGSAT tenha status hierárquico mais elevado no organograma do Ministério da Saúde, garantindo maior visibilidade institucional da saúde do trabalhador no SUS.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 101 – Ações Permanentes em Saúde do Trabalhador: Defende que CGSAT, CISTT Nacional e RENASTT elaborem cronograma de ações permanentes em todos os níveis federativos, respeitando princípios de intersetorialidade, interdisciplinaridade e controle social.

Destinatários: Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Saúde.

Moção nº 102 – Mobilização Interinstitucional em Defesa da Saúde do Trabalhador: Propõe unir esforços entre conferências, parlamentares, gestores e Presidência da República para fortalecer a saúde do trabalhador como direito humano.

Destinatários: Congresso Nacional; Ministérios e Presidência da República.

Moção nº 103 – Concessão de Cadeira de Rodas a Pessoas em Vulnerabilidade: Solicita que pessoas de baixa renda e em situação de vulnerabilidade tenham acesso gratuito a cadeiras de rodas, garantindo inclusão e dignidade.

Destinatários: Ministério da Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Moção nº 104 – Garantia de Condições aos Estudantes do Programa Mais Médicos: Reafirma o compromisso de assegurar condições dignas de formação para estudantes de medicina do Programa Mais Médicos – Graduação, com atenção especial a grupos em vulnerabilidade biopsicossocial.

Destinatários: Ministério da Educação e Ministério da Saúde.

Moção nº 106 – Defesa da Lei de Cotas para PcDs: Denuncia que, após 34 anos, pessoas com deficiência ainda enfrentam exclusão e descumprimento da lei de cotas. Reivindica reforço da fiscalização e rejeição a projetos que fragilizem essa conquista histórica.

Destinatários: Congresso Nacional; Ministério Público do Trabalho e Ministério da Saúde.

Moção nº 107 – Adoecimento Mental e Terapia Comunitária Integrativa (TCI): Diante da sobrecarga laboral e do adoecimento mental, propõe a adoção da Terapia Comunitária

Integrativa como prática coletiva de baixo custo e alto impacto no SUS para promoção da saúde mental.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 111 – Inclusão de Psicólogos nos CERESTs: Considerando o aumento alarmante do adoecimento psicológico, propõe a presença de psicólogos nos CERESTs para promover políticas de prevenção, enfrentamento do assédio e proteção à dignidade do trabalhador.

Destinatários: Ministério da Saúde.

Moção nº 117 – Inclusão dos Fóruns das Residências nos Debates Nacionais: Solicita a participação dos fóruns representativos das residências em todos os debates sobre formação e trabalho em saúde, no executivo, legislativo e controle social.

Destinatários: Ministério da Saúde; Congresso Nacional e Conselhos de Saúde.

12 MOÇÕES DE REPÚDIO

Moção nº 13 – Acessibilidade para Pessoas Surdas e com Deficiência: Denuncia a falta de acessibilidade nos ambientes de trabalho para pessoas surdas e com deficiência, incluindo exigência anual de laudo médico, ausência de intérpretes de Libras, materiais adaptados e políticas inclusivas. Reivindica garantias de autonomia e dignidade profissional.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego e Congresso Nacional.

Moção nº 17 – Ataques ao Programa Mais Médicos pelo Governo Trump: Repudia os ataques do governo dos Estados Unidos, na gestão Donald Trump, ao Programa Mais Médicos, destacando sua importância para o SUS e para a população brasileira.

Destinatários: Congresso Nacional; Ministério da Saúde e Presidência da República.

Moção nº 21 – Repúdio à Decisão na ADIN 7.497/MT: Repudia decisão judicial de 01/07/2024, nos autos da ADIN 7.497/MT, que declarou inconstitucional dispositivos baseados no princípio da separação dos poderes. Considera afronta à Constituição Federal de 1988. (observação pela MD e setor jurídico)

Destinatários: Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional.

Moção nº 44 – Violência contra Profissionais de Enfermagem: Repudia as agressões a profissionais da saúde, especialmente da enfermagem, que exercem suas funções sob medo e sem segurança adequada nos espaços de trabalho.

Destinatários: Ministério da Saúde; Conselhos Profissionais; Ministérios da Justiça e da Segurança Pública.

Moção nº 45 – Impactos de Radionuclídeos e Metais Pesados na Saúde: Alerta para graves riscos de contaminação de água, solos e ar por radionuclídeos e metais pesados, afetando trabalhadores e comunidades próximas a empreendimentos. Defende medidas preventivas rigorosas.

Destinatários: Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente e Congresso Nacional.

Moção nº 48 – Discriminação LGBTQIA+ na Enfermagem: Repudia a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ na contratação de profissionais de enfermagem, em afronta às leis brasileiras de igualdade.

Destinatários: Ministério da Saúde; Conselhos de Enfermagem; Ministério dos Direitos Humanos.

Moção nº 60 – Atos Antissindicais contra o Sindisaúde: Denuncia agressões praticadas da Diretoria do Grupo Hospitalar Conceição, indicada pelo Ministério da Saúde, contra o Sindisaúde RS, configurando atos antissindicais que violam direitos constitucionais.

Destinatários: Ministério da Saúde e Ministério Público do Trabalho.

Moção nº 63 – Defesa dos Direitos de Trabalhadores com Deficiência e Contra o PL 2661/2025: Reivindica a efetividade plena dos direitos das pessoas com deficiência, repudia o PL 2661/2025 e solicita a revogação imediata do teto de gastos que compromete políticas sociais.

Destinatários: Congresso Nacional e Presidência da República.

Moção nº 94 – Perseguição a Trabalhadores por Reivindicação de Direitos: Denuncia a perseguição a trabalhadores e trabalhadoras que buscam seus direitos, saúde e qualidade no ambiente de trabalho, exigindo medidas de proteção.

Destinatários: Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde.

Moção nº 118 – Repúdio à Terceirização e Pejotização no SUS: Repudia a terceirização de unidades de saúde e hospitais públicos para OSs e a pejotização de trabalhadores e trabalhadoras do SUS, por fragilizar direitos e a universalidade do sistema.

Destinatários: Congresso Nacional; Ministério da Saúde.

Moção nº 119 – Defesa da Soberania Nacional: Reafirma a defesa da soberania nacional frente a ameaças externas e internas, reconhecendo-a como condição essencial para a democracia e para a proteção dos direitos do povo brasileiro.

Destinatários: Congresso Nacional; Presidência da República; Ministério da Defesa.

01 MOÇÃO INTERNACIONAL

Moção nº 37 (redação alinhada) – Fortalecimento da Atenção Básica em Roraima

Denuncia a sobrecarga dos serviços de Atenção Básica no Estado de Roraima, decorrente de insuficiência histórica de financiamento, limitações estruturais e desafios regionais, reafirmando o direito universal à saúde sem qualquer forma de discriminação, com necessidade de adoção de medidas extraordinárias de apoio técnico, financeiro e assistencial pelos entes federativos.

Destinatários: Ministério da Saúde e Governo do Estado de Roraima.